

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Ana Karolina Moniz Salomão

**Divulgação e apropriação das avaliações externas do Sistema Municipal de Avaliação
Educacional de São Luís - SIMAE: possibilidades para o seu aprimoramento**

Juiz de Fora

2021

Ana Karolina Moniz Salomão

**Divulgação e apropriação das avaliações externas do Sistema Municipal de Avaliação
Educacional de São Luís - SIMAE: possibilidades para o seu aprimoramento**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Salomão, Ana Karolina Moniz.

Divulgação e apropriação das avaliações externas do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís - SIMAE : possibilidades para o seu aprimoramento / Ana Karolina Moniz Salomão. -- 2021.

159 f. : il.

Orientador: Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2021.

1. SIMAE. 2. Divulgação dos resultados. 3. Apropriação pedagógica. 4. Qualidade da oferta educacional. I. Burgos, Marcelo Tadeu Baumann, orient. II. Título.

Ana Karolina Moniz Salomão

Divulgação e apropriação das avaliações externas do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís - SIMAE: possibilidades para o seu aprimoramento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 17 de maio de 2021


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Tadeu Baumann Burgos - Orientador
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro



Prof.^a Dr.^a Rosângela Veiga Júlio Ferreira
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.^a Dr.^a Camila Gonçalves Silva de Figueiredo
Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Dedico este trabalho aos meus filhos Ana Vitória e João Alexandre, por serem a razão da minha vida e motivação das lutas diárias.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, sempre. A Ele toda honra e toda glória!

Aos meus filhos Ana Vitória e João Alexandre, razões de minhas lutas diárias, sacrifícios e felicidades. Agradeço por entenderem minha ausência, mesmo estando presente.

Ao meu esposo, João Bernardo Bringel, mais que companheiro, foi um professor. Com sua inteligência e experiência como gestor público, possibilitou-me os mais valorosos aprendizados. Obrigada, João, por tua paciência e mão amiga nas horas difíceis.

A meus pais, José Salomão (*in memoriam*) e Ana Amélia, que sempre, com muito sacrifício, possibilitaram-nos (a mim e às minhas irmãs) a melhor educação, por acreditarem que o estudo nos torna livres e nos leva aonde quisermos. “Algo que ninguém tira”.

Às minhas irmãs Ana Karla e Ana Karina pelos incentivos diários. Em especial à Karlinha, por seu orgulho publicizado, sempre.

À minha mãe do coração, Joana, que tomou conta de minha vida para que, com tranquilidade, pudesse me dedicar ao mestrado e muitas vezes ficava aos domingos à noite ao meu lado até que eu conseguisse enviar a última atividade.

À Secretaria Municipal de Educação de São Luís, através do professor Moacir Feitosa, que possibilitou o aprimoramento da Rede com o mestrado para os servidores e por seu apoio e incentivo, sempre.

Às companheiras de trabalho do Núcleo de Avaliação Educacional, pelo aprendizado diário, em especial à Debora, pela amizade e companheirismo.

Às dez companheiras de mestrado: Maria de Jesus (Juju), Silvana, Olinda, Rosa, Soraya e Eliana, pela convivência e apoio mútuo, em especial: Patrícia, Arsênia e Luziane, pelos sorrisos e lágrimas compartilhadas.

Ao meu Suporte Acadêmico, Daniel Eveling, por tornar esta caminhada mais leve, tornando-se um amigo.

Ao professor orientador, Dr. Marcelo Tadeu Baumann Burgos, por sua exigência que me levou à reflexão e ao aprendizado constante.

À Prof.^a Dr.^a Rosangela Veiga Júlio Ferreira (Membro Interno/ PPGP/UFJF), por seu profissionalismo e preciosa colaboração durante a qualificação que deram um “toque” especial no trabalho, assim como suas contribuições na defesa, que com tom poético, proporcionaram uma surpreendente tranquilidade nesse momento solene e tão esperando. Que linda manhã de maio, mês Mariano!

À Prof.^a Dr.^a Camila Gonçalves Figueiredo (Membro externo), por sua calma que acalma e palavras de incentivo e entusiasmo com o trabalho.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, através de seus servidores, por nos receber de forma organizada e carinhosa.

Aos colegas de turma do Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública de 2018, pelo companheirismo e união.

Às amigas: professora Elcia Luciene, amiga e gestora da Escola Estadual João Evangelista Serra dos Santos, meu segundo vínculo, pelo incentivo e liberação para as viagens durante o período presencial, e à Priscila, pelas orações, sempre carinhosas e oportunas.

Às professoras Geovana e Estegith, por apoiarem na pesquisa no município de Teresina.

E à minha amada São Luís do Maranhão, terra de cantos e encantos. Terra de Ferreira Gullar, Aluísio Azevedo, Zeca Baleiro, Alcione, e de muita “gente importante”, e de gente que me importo. É para essa gente que agradeço, aos alunos da Rede pública municipal de São Luís.

Hino de Louvação de São Luís

Ó minha cidade
Deixa-me viver
Que eu quero aprender
Tua poesia
Sol e maresia
Lendas e mistérios
Luar das serestas
E o azul de teus dias
Quero ouvir à noite
Tambores do Congo
Gemendo e cantando
Dores e saudades
A evocar martírios
Lágrimas, açoites
Que floriram claros
Sóis da liberdade
Quero ler nas ruas
Fontes, cantarias
Torres e mirantes
Igrejas, sobrados
Nas lentas ladeiras
Que sobem angústias
Sonhos do futuro
Glórias do passado
Bandeira Tribuzzi.

(SÃO LUÍS, 2021, recurso on-line).

RESUMO

O presente estudo de caso foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O foco da investigação é o processo de divulgação e apropriação dos resultados da avaliação externa da Rede pública escolar do município de São Luís do Maranhão, tendo como questionamento basilar: como aprimorar o processo de divulgação e apropriação pedagógicas dos resultados do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE) de modo a viabilizar o planejamento de ações e políticas públicas para melhoria do desempenho? O principal objetivo da pesquisa é investigar e analisar o processo de divulgação do SIMAE e dos seus resultados, de forma a possibilitar a apropriação pedagógica, acrescido de outros objetivos, os específicos: analisar o SIMAE, tendo como referência o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema de Avaliação Educacional de Teresina (SAETHE); analisar como a divulgação dos resultados pode contribuir para uma apropriação pedagógica a partir das potencialidades e fragilidades apontadas pelos sujeitos da pesquisa; e, por fim, propor estratégias de divulgação e apropriação pedagógica dos resultados para os técnicos da Administração Central. Para tanto, a pesquisa de caráter qualitativo teve como unidades de análise o SIMAE e o SAETHE. A escolha de Teresina foi determinada pelas semelhanças socioeconômicas entre os municípios, por adotarem avaliações externas em cooperação técnica com a mesma entidade de assistência e pelo fato de Teresina apresentar nas avaliações educacionais nacionais resultados superiores aos de São Luís. Assim, o estudo aponta de forma comparativa os Sistemas de São Luís e Teresina. Para tanto, além de leituras documentais e bibliográficas foram realizadas entrevistas com os atores envolvidos (gestor da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, coordenadoras dos setores de avaliação e de formação de gestores, coordenadores pedagógicos e professores) dos respectivos municípios, analisando as características de processo decisório, coordenação, concentração e descentralização dos processos, fluxo, padrão e instrumentos de divulgação. Logo, considerando o referencial teórico de análise e as evidências, é proposto um Plano de Ação com estratégias de divulgação, para os técnicos da Administração Central da SEMED, que atenda às especificidades e ações dos diferentes setores da secretaria, visando ao aperfeiçoamento do processo de divulgação e à apropriação dos resultados do SIMAE, consolidando-o como valor social, organizacional e alavanca de transformação do desempenho dos estudantes da Rede pública de São Luís.

Palavras-chave: SIMAE. Divulgação dos resultados. Apropriação pedagógica. Qualidade da oferta educacional.

ABSTRACT

This present case study was developed within the scope of the Professional Master's degree in Management and Evaluation of Public Education (PPGP) of the Public Policies Center and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The focus of the investigation is the process of dissemination and appropriation of the results of the external evaluation of the public school Network in the city of São Luís do Maranhão, with the basic question: how to improve the process of pedagogical dissemination and appropriation of the results of the Municipal System of Educational Evaluation of São Luís (SIMAE) in order to enable the planning of actions and public policies to improve performance? The main objective of the research is to investigate and analyze the process of disseminating SIMAE and its results, in order to enable pedagogical appropriation, in addition to other specific objectives: to analyze SIMAE, having as reference the Basic Education Assessment System (SAEB) and the Teresina Educational Assessment System (SAETHE); analyze how the dissemination of results can contribute to a pedagogical appropriation based on the strengths and weaknesses pointed out by the research subjects; and, finally, to propose strategies for the dissemination and pedagogical appropriation of results for Central Administration technicians. For that, the qualitative research had to SIMAE and SAETHE as analysis units. The choice of Teresina was determined by the socioeconomic similarities between the municipalities, by adopting external assessments in technical cooperation with the same assistance entity, and by the fact that Teresina presented results in national educational assessments that were superior to those of São Luís. Thus, the study points out in a comparative way the São Luís and Teresina systems. For that, in addition to documentary and bibliographic readings, interviews were conducted with the actors involved (manager of the Municipal Education Secretariat of São Luís, coordinators of the evaluation and manager training sectors, pedagogical coordinators and teachers) of the respective municipalities, analyzing the characteristics decision-making, coordination, concentration and decentralization of processes, flow, standard and dissemination instruments. Therefore, considering the theoretical framework of analysis and the evidence, an Action Plan with dissemination strategies is proposed for the technicians of the Central Administration of SEMED, which meets the specificities and actions of the different sectors of the secretariat, aiming at improving the process of dissemination and appropriation of SIMAE results, consolidating it as a social and organizational value and a lever for transforming the performance of students in the São Luís public network.

Keywords: SIMAE. Disclosure of results. Pedagogical appropriation. Quality of educational offer.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Atendimento Educacional (EF e EM) – Brasil (1980-2000)	25
Gráfico 2	- Série Histórica do IDEB dos AI-SL	32
Gráfico 3	- Nota Padronizada e Indicador de Desempenho – AI	33
Gráfico 4	- Resultados do IDEB dos Anos Finais – SL	33
Gráfico 5	- Nota Padronizada e Indicador de Desempenho – AF	34
Gráfico 6	- Matrículas em 2019 – SL	37
Gráfico 7	- Participação no SIMAE – AI (2017-2018)	48
Gráfico 8	- Participação no SIMAE – AF (2017-2018)	49
Gráfico 9	- Participação no SIMAE – EJA (2018)	50
Gráfico 10	- Desempenho nos AI em LP e MTM (2017-2018)	51
Gráfico 11	- Desempenho nos AF em LP e MTM (2017-2018)	52
Gráfico 12	- Distribuição dos Estudantes na Escala de Proficiência – AI em LP ..	53
Gráfico 13	- Percentual do Aumento de Desempenho por Ano – LP	54
Gráfico 14	- Metas de Aprendizagem (2017-2028) AI em LP	56
Gráfico 15	- Metas de Aprendizagem (2017-2028) AF em LP	57
Gráfico 16	- Metas de Aprendizagem (2017-2028) AI em MTM	57
Gráfico 17	- Metas de Aprendizagem (2017-2028) AF em MTM	58
Gráfico 18	- Comparação dos IDEB São Luís – Teresina	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Características do SIMAE e SAEB	43
Quadro 2	- Características das Avaliações do SIMAE (2017-2019)	46
Quadro 3	- Classificação das Escolas de Acordo com o Perfil – PIP	62
Quadro 4	- Caracterização da Ampliação das Ações do PIP 2019	64
Quadro 5	- Ações Formativas (2018)	65
Quadro 6	- Síntese das Evidências	75
Quadro 7	- Instrumento de Coleta de Dados	85
Quadro 8	- Identificação dos Entrevistados	86
Quadro 9	- Temas e Objetivos das Entrevistas	87
Quadro 10	- Características do Processo de Divulgação-Apropriação e Gestão dos Resultados em São Luís e Teresina	93
Quadro 11	- Perfil dos Entrevistados	95
Quadro 12	- Formações: Centro de Formação do Educador	114
Quadro 13	- Evidências Geradas pela Pesquisa	116
Quadro 14	- Resumo das Evidências Geradas pela Pesquisa	118
Quadro 15	- Resumo das Ações do PAE	120
Quadro 16	- Resumo da Ação 1: Estratégia Híbrida e Implementação do SIMAE	122
Quadro 17	- Resumo da Ação 2: Estratégia de Divulgação e Apropriação dos Resultados Adequadas às Diferentes Funções Desempenhadas pelos Setores no Âmbito da SEMED	126
Quadro 18	- Resumo da Ação 3: Agenda de Trabalho nos Espaços Colaborativos	134
Quadro 19	- Resumo da Ação 4: Reformulação das Ações do NAE	137
Quadro 20	- Resumo da Ação 5: Resumo da Proposta de Monitoramento dos Planos de Ação	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Pressupostos, Princípios e Diretrizes do PIP	61
Figura 2	- Apresentação das Páginas Iniciais do Portal do SIMAE (SL e CAEd)	67
Figura 3	- Apresentação do Portal – Opção “O Sistema”	68
Figura 4	- Apresentação do Portal – Opção “Resultados”	68
Figura 5	- Apresentação do Portal – Opção “Resultados-Participação-Desempenho-Senha-Projeto”	69
Figura 6	- Apresentação do Portal “Filtro de Pesquisa por Resultado”	70
Figura 7	- Apresentação do Portal “Resultados da Escola”	70
Figura 8	- Distribuição por Padrões de Desempenho (Município-Núcleo- Escola)	71
Figura 9	- Apresentação do Portal “Resultados por Aluno”	72
Figura 10	- Apresentação do Portal “Resultados por Aluno e Acerto por Descritor”	73
Figura 11	- Apresentação do Portal “Coleção-Revistas Pedagógicas”	74
Figura 12	- Dinâmica: Divulgação-Apropriação	83
Figura 13	- Proposta: Divulgação e Apropriação dos Resultados das Avaliações Externas	106
Figura 14	- Análise de Desempenho – Setor de Currículo	128

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1	- Modificações do SAEB	26
Diagrama 2	- Programa Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender	36
Organograma 1	- Estrutura da SEMED – SL	39
Diagrama 3	- Estrutura das Avaliações do SIMAE	43
Diagrama 4	- Formação dos Conjuntos Avaliados – SIMAE	45
Organograma 2	- Arquitetura do Acesso aos Resultados	45
Diagrama 5	- Avaliação da Política Educacional de São Luís	80
Diagrama 6	- Fluxo da Divulgação dos Resultados na Secretaria Municipal de Educação – Teresina	101
Diagrama 7	- Fluxo do Processo de Divulgação de Apropriação dos Resultados do SAEHTE na Administração Central	104
Diagrama 8	- Processo de Divulgação na Secretaria Municipal de Educação	107
Diagrama 9	- Fluxo do Processo de Divulgação e Apropriação dos Resultados do SIMAE na Administração Central	109
Diagrama 10	- Proposta do Processo de Divulgação e Apropriação dos Resultados do SIMAE	125
Diagrama 11	- Análise de Desempenho – Setor de Recursos Humanos	127
Organograma 3	- Demonstração de Espaços Colaborativos	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Padrões de Desempenho dos Anos Iniciais – LP e MTM (2017-2018) ..	51
Tabela 2	- Padrões de Desempenho dos Anos Finais – LP e MTM	52
Tabela 3	- Resultados da ANA (2013-2016)	60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AF	Anos Finais
AI	Anos Iniciais
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
Art.	Artigo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEFE	Centro de Formação do Educador
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJAI	Educação de Jovens, Adultos e Idosos
EM	Ensino Médio
FNDE	Fundo do Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEM	Índice de Desenvolvimento Educacional do Município de São Luís
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSE	Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica
LP	Língua Portuguesa
MA	Maranhão
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação
MTM	Matemática
NAE	Núcleo de Avaliação Educacional
NALF	Núcleo de Alfabetização
NPM	New Public Management
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAE	Plano de Ação Educacional
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Intervenção Pedagógica
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PMALFA	Programa Mais Alfabetização
PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PPGP	Programa de Pós-Graduação Profissional
PROFA	Programa de Formação de Professores Alfabetizadores
PSLTQLE	Programa São Luís Te quero Lendo e Escrevendo
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAETHE	Sistema de Avaliação Educacional de Teresina
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação – Teresina
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SIMAE	Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís
SL	São Luís
TCT	Teoria Clássica dos Testes
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UEB	Unidade de Educação Básica
UF	Unidade da Federação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE) E OS SEUS RESULTADOS ..	24
2.1	AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL	25
2.2	O SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE) .	31
2.2.1	A Rede Municipal de Educação de São Luís: elementos contextuais do SIMAE	37
2.2.2	O Núcleo de Avaliação Educacional (NAE)	40
2.2.3	Elementos e características do SIMAE	42
2.2.4	Das avaliações e dos resultados do SIMAE	46
2.2.5	As apropriações decorrentes das Avaliações do SIMAE	55
2.2.6	Meios e materiais de divulgação dos resultados do SIMAE	66
3	ANÁLISE DO MATERIAL E DO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAE	76
3.1	POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO E SUAS ETAPAS	77
3.2	METODOLOGIA DA PESQUISA	83
3.3	AS EXPERIÊNCIAS COMPARATIVAS DE DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÃO	88
3.4	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SOBRE OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE SÃO LUÍS (SIMAE) E TERESINA (SAETHE)	94
3.4.1	A implantação do Sistema	96
3.4.2	Uso dos resultados	111
4	PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAE	117
4.1	DETALHAMENTO DO PAE	118
4.1.1	Decisão e estratégia para a mudança	121
4.1.2	Processo de divulgação e apropriação dos resultados	124
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	144
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Gestor de Secretaria Municipal de Educação de Teresina	150

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Coordenador do Setor de Avaliação de Teresina	151
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Gerente de Formação da Secretaria Municipal de Educação de Teresina	152
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Gestor de Secretaria Municipal de Educação de São Luís	153
APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional de São Luís e Coordenadoras de Formação de Coordenadores Pedagógicos e de Gestores Escolares e Coordenadores Escolares	155
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	157

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo de caso tem como objetivo investigar e analisar o processo de divulgação e apropriação dos resultados das avaliações do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE) e a sua correlação entre esses processos em prol da aprendizagem. A partir disso, propomos estratégias para a Secretaria Municipal de Educação visando ao aprimoramento da divulgação como forma de promover a “apropriação pedagógica”¹ desses resultados pela Rede Municipal de Educação de São Luís².

De acordo com Silva (2013, p. 16), conhecer os “resultados do sistema pode contribuir para facilitar a compreensão e apropriação destes por parte dos profissionais da área educacional”. Assim, a divulgação dos resultados é uma das etapas do processo de avaliação, pois a comunicação sobre a qualidade educacional ofertada pode induzir e viabilizar a formulação de políticas e ações públicas baseadas em evidências estruturadas

É perceptível, no âmbito da Rede municipal de ensino de São Luís, as dificuldades para a compreensão do sistema de avaliação e para a interpretação dos resultados produzidos. Essa dificuldade de entendimento e compreensão pode resultar numa “ineficiência sistêmica”, uma vez que o sistema de avaliação não se constitui, por si só, um fim que justifique a sua existência. A percepção mais visível dessa dificuldade é a constatação de que o planejamento e a práxis do sistema educacional bem como a integração entre fins e meios no âmbito do órgão central ainda não são amplamente fundamentados nas evidências reveladas pelas avaliações. Esse aspecto aproxima-se do apontado por Castro (2009) ao discorrer sobre as iniciativas de avaliação:

[...] todas essas iniciativas indicam a progressiva institucionalização da avaliação como mecanismo importante para subsidiar o processo de formulação e monitoramento de Políticas Públicas responsáveis e transparentes que devem nortear o aprimoramento de ações de melhoria da aprendizagem. (CASTRO, 2009, p. 273).

¹ Divulgação pedagógica dos resultados, segundo Jane Bete Martins Nunes da Silva, é o processo de interpretação e análise dos resultados no qual os materiais permitem e constroem as compreensões de dados no momento inicial de apresentação. Isso visa à melhoria do processo de apropriação, segundo momento das práticas nas atividades pedagógicas, “possibilitando a sua mudança ou seu aprimoramento” (SILVA, 2016, p. 15).

² Divulgação pedagógica dos resultados, segundo Jane Bete Martins Nunes da Silva é o processo de interpretação e análise dos resultados no qual os materiais permitam e construam a compreensões de dados no momento inicial de apresentação. Isso visa a melhoria do processo de apropriação, segundo momento das práticas, nas atividades pedagógicas, possibilitando a sua mudança ou seu aprimoramento. (SILVA, 2016, p. 17).

Também é perceptível o entendimento de que a divulgação é um ato complexo, sendo a publicação do resultado uma das etapas. A divulgação é o elemento-chave da transparência, esta capaz de promover a legitimação do sistema, bem como os elementos motivacionais para o planejamento e a implementação das ações de mudanças formuladas no âmbito do processo de apropriação.

A partir desses entendimentos, o tema escolhido decorre de dois interesses: o primeiro, pessoal, pois amplia meu conhecimento sobre avaliação, tema predominante do Núcleo de Avaliação Educacional (NAE)/ Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED), onde atualmente exerço minhas atividades profissionais como técnica responsável pela divulgação dos resultados e suporte relacionado à avaliação no Núcleo Turu Bequimão³.

O segundo interesse é mais ambicioso, pois, como técnica do NAE, percebi que a divulgação dos resultados das avaliações externas, como do SIMAE, ainda não possibilita uma apropriação pedagógica pela Rede municipal. Portanto, o SIMAE ainda não atingiu os objetivos de sua existência, o que evidencia a necessidade de aprimoramento do processo de divulgação para apropriação pedagógica à institucionalização de ações sistêmicas. A divulgação e a apropriação constituem um binômio que pode levar a uma confusão conceitual em que se sobrepõem. Para efeito metodológico, anotamos a conceituação dada por Silva (2016), que expressa:

a divulgação pode ser entendida como o processo de disseminação dos resultados relativos ao desempenho educacional dos estudantes e aos diferentes atores educacionais (alunos, professores, gestores, pais); já a apropriação pode ser entendida como a compreensão dos dados e a utilização dos resultados nas práticas pedagógicas, possibilitando a sua mudança ou seu aprimoramento. (SILVA, 2016, p. 15).

Tendo por base esse duplo interesse de pesquisa, elencamos como questionamento basilar deste estudo de caso: “como aprimorar o processo de divulgação e a apropriação pedagógica dos resultados do SIMAE de modo a viabilizar o planejamento de ações e políticas públicas para a melhoria do desempenho?”.

Ressalta-se que a pesquisa tem como objetivo geral investigar e analisar o processo de divulgação do SIMAE e dos seus resultados de forma a possibilitar a apropriação pedagógica.

³ Núcleo Turu Bequimão: a Rede de escolas públicas do município de São Luís está organizada por núcleos, de acordo com a localização geográfica, sendo 7 núcleos: Núcleo Anil, Núcleo Centro, Núcleo Coradinho, Núcleo Cidade Operária, Núcleo Itaquí Bacanga, Núcleo Turu Bequimão e Núcleo Rural, explicado mais detalhadamente no próximo capítulo.

O trabalho foi estruturado nesta Introdução, que apresenta, em linhas gerais, a pesquisa, e mais quatro capítulos.

Na sequência, o segundo capítulo descreve e analisa o histórico da política de avaliação externa no Brasil, o desempenho do município nas avaliações do SAEB e os antecedentes da adoção de um sistema próprio de avaliação pelo município de São Luís/MA, ocorrida em 2017. Também é feita uma breve contextualização do município, na qual são descritos os elementos constitutivos da Rede de ensino, a gestão das escolas, a estrutura organizacional da SEMED, em especial do Núcleo de Avaliação Educacional (NAE), os elementos característicos do SIMAE, as avaliações já realizadas e os resultados obtidos.

O terceiro capítulo desta pesquisa trata especificamente do processo de divulgação-apropriação do SIMAE, os instrumentos, meios e materiais utilizados pelos municípios de São Luís e Teresina. Para fins metodológicos, foi adotado o conceito desenvolvido por Silva (2016), para quem divulgação e apropriação são processos distintos, necessariamente relacionados. A experiência de São Luís é comparada à do município de Teresina, que foi escolhido pelo êxito do sistema educacional e pelo tempo de maturação do sistema de avaliação. Além disso, tanto o município quanto o estado do Piauí guardam características econômicas e sociais que se aproximam da realidade de São Luís e do estado do Maranhão, porém visualizamos em Teresina um desempenho educacional superior. Atenção especial é dada ao Programa de Intervenção Pedagógica (PIP). O PIP, adotado pela SEMED, tem relevância, pois constitui e exemplifica, de forma material, um conjunto de ações adotadas a partir da apropriação de resultados.

O Capítulo 3 traz também o percurso metodológico da pesquisa, consolidada num estudo de caso, através de pesquisas bibliográficas e entrevistas com os profissionais ligados aos Sistemas de avaliação dos municípios de São Luís e Teresina, analisadas à luz dos referências teóricos estudados que tratam de avaliação externa: Machado (2012), Fontanive (2013), Gimenes *et al.* (2013), Santana (2019) e Soligo (2010); política pública: Saravia (2006) e Anderson (1979 apud ABRUCIO, 1998); conceitos de divulgação e apropriação: Silva (2006, 2016), Bueno (2010), Buzato (2016) e Simões e Gouveia (2011); e política de responsabilização: Brooke (2006); que serviram de suporte para a proposição de ações que minimizam as fragilidades do processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE pelos profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED/SL).

O Capítulo 4 apresenta o Plano de Ação Educacional (PAE), que propõe o aprimoramento do processo de divulgação, estratégias, processos e procedimentos (protocolos) que possibilitam uma apropriação dos resultados mais eficiente no âmbito da administração central, o que poderá repercutir positivamente nas escolas, enquanto espaço de implementação

das políticas e, conseqüentemente, no desempenho dos estudantes. A proposição do Plano de Ação Educacional enquanto ação de apropriação de resultados, apresentado nesse capítulo, tem o objetivo de refletir sobre o impacto da adoção de ações sistêmicas de apropriação pedagógica dos resultados da avaliação externa, bem como a sugestão de ações sistêmicas de apropriação para os diferentes atores da Secretaria: gestores da Rede e técnicos da Administração Central, bem como a avaliação da efetividade das ações implementadas.

2 A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE) E OS SEUS RESULTADOS

O presente capítulo descreve como ocorre o processo de divulgação de resultados das avaliações em larga escala do SIMAE. Apresenta, como introito, um breve histórico das avaliações externas no Brasil, desde a institucionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), abordando as modificações de cada edição, iniciando pelo ano de 1990, até a derradeira reformulação, pela Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019, que estabelece as diretrizes para a realização das avaliações (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2019a). Conclui-se que o SAEB, com o movimento de avaliar nacionalmente os resultados do sistema educacional, impulsionou e alicerçou a adoção de sistemas próprios de avaliação nos estados e municípios.

Nas décadas de 1980 e 1990, a administração pública foi marcada pelo movimento denominado posteriormente de *New Public Management* (NPM), que pretendeu transformar o caráter da administração pública de burocrático para administração gerencial. Dentre as propostas incorporadas ao movimento, duas são relevantes no contexto do presente estudo de caso: a alteração do foco do controle dos processos para os resultados e adoção do princípio da transparência como fundamento para garantir a avaliação social das ações dos governos. As experiências internacionais e a brasileira de avaliação de resultados nasceram nesse contexto, pois tais princípios permeiam as análises sobre os sistemas de avaliação em larga escala, inclusive os educacionais

O capítulo traça o histórico e analisando o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Iniciado em 1990, o SAEB, em 2020, consolidou 30 anos de experiência brasileira em avaliação da educação nacional. O sistema e seus resultados servem de inspiração para a adoção de sistemas próprios de avaliação pelos entes federados, o que no município de São Luís ocorreu em 2017, completando três anos, como apontado na Introdução.

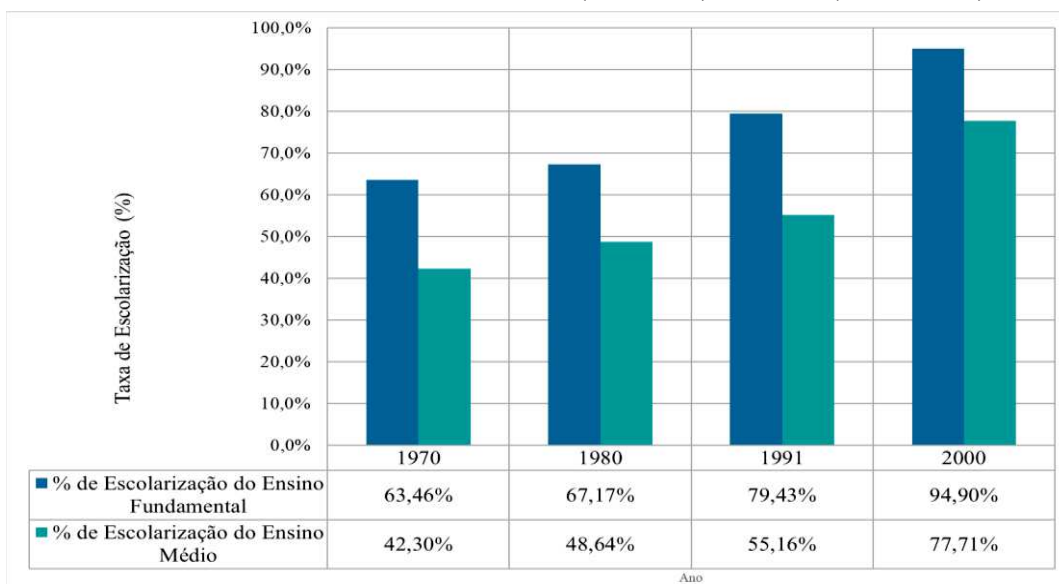
A digressão sobre o SAEB servirá de referência para a análise do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís/MA (SIMAE), pois o referido Sistema, iniciado em 2017, realizou três avaliações, sendo a última em 2019. Assim, nas seções posteriores são descritos e analisados o desempenho do município de São Luís no SAEB, abordando os antecedentes do SIMAE, os aspectos organizacionais da gestão educacional municipal, especialmente os relacionados à gestão da avaliação, e os elementos constitutivos da Rede de ensino municipal e, finalmente, as análises dos resultados do SIMAE.

2.1 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL

A abertura democrática do país, no final da década de 1980, culminou na promulgação da Constituição Cidadã que, em seu art. 205, consagrou a educação como um direito individual: “Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, recurso on-line).

Nesse contexto da educação como um direito, nos anos de 1990 as ações dos governos buscaram universalizar o acesso ao Ensino Fundamental (EF) mediante a ampliação da oferta. Isso se refletiu, por exemplo, nas taxas de escolarização do Ensino Fundamental, que passaram de 79,43% em 1991 para 94,90 % em 2010, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Atendimento Educacional (EF e EM) – Brasil (1980-2000)



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019a).

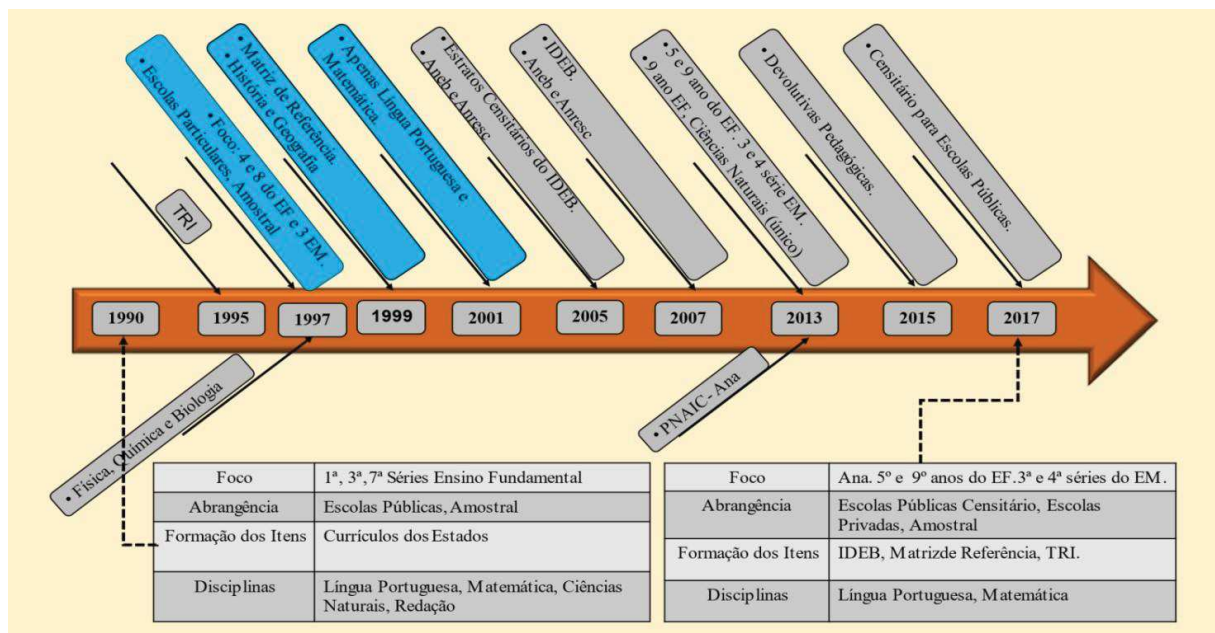
O desafio de universalizar o atendimento aos estudantes do Ensino Fundamental e de ampliar o acesso ao Ensino Médio (EM), paulatinamente foi adensado e “o enfoque deixou de ser quantitativo e fixou-se na qualidade do ensino oferecido” (BROOKE, 2015, p. 61). A qualidade da oferta educacional, entendida inicialmente como aspecto específico de mensuração do aprendizado, requeria a produção de um conjunto de indicadores e evidências sobre o “resultado” da educação.

Então, o governo federal estruturou, em 1990, o Sistema de Avaliação da Educação

Básica (SAEB) enquanto política pública de avaliação em larga escala, cujo objetivo, à época, foi “realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que presumidamente possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2019b, recurso on-line). Tal sistema teve como referência países como os Estados Unidos, Cuba e o Chile, que já realizavam avaliações no âmbito dos seus sistemas educacionais, sendo a sua adoção recomendada até mesmo pelo Banco Mundial.

Entre 1990 a 2020, o SAEB foi objeto de mudanças sucessivas que envolveram o público-alvo, a abrangência (universo da aplicação), o fundamento teórico da formulação das questões e os componentes curriculares objetos da avaliação. Tais mudanças estão expostas no Diagrama 1:

Diagrama 1 - Modificações do SAEB



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2019b).

Assim, o SAEB teve como público-alvo inicial os estudantes do Ensino Fundamental, especificamente das 1ª, 3ª e 7ª séries. Em 1997, o público foi ampliado, incorporando o Ensino Médio, passando a ser composto pelas 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e pela 3ª série do Ensino Médio, assim permanecendo até 2013. Nesse ano, o Ensino Fundamental adotou o conceito de “ano”, passando a ser constituído por 9 anos, e foram avaliados o 5º e o 9º anos.

Também foi acrescida a 4ª série do Ensino Médio e, conforme previsto na legislação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), uma avaliação específica para o ciclo de alfabetização. De forma concisa, o histórico indica que o público-alvo do SAEB evoluiu do Ensino Fundamental para um público-alvo representativo de toda a educação básica.

Quanto ao universo das aplicações, o SAEB teve início utilizando uma amostra de escolas públicas. Em 1997, foram incorporados de forma amostral estudantes pertencentes a escolas privadas. Em 2009, foram adotados metodologicamente os estratos censitários do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em 2017, a avaliação das escolas públicas passou a ser censitária, permanecendo as escolas privadas como amostral. Assim, o SAEB evoluiu resumidamente da seguinte forma: a) do segmento unicamente público para abranger o público e o privado; b) no segmento público, de amostral para censitário; c) no segmento privado, como amostral.

As características pedagógicas de formulação dos testes das avaliações tiveram expressiva evolução, tanto na base de conhecimento e conteúdo, quanto na formulação dos testes. Nas suas primeiras 3 (três) edições, foram utilizadas as bases curriculares dos estados como referência. A partir de 1997, o SAEB passou a utilizar uma matriz própria de referência, possibilitando a avaliação de competências e habilidades. A última avaliação já adotou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como base de conhecimento sobre a qual a avaliação foi construída. Assim, em relação à elaboração dos itens, em 1995 os testes deixaram o aspecto metodológico da Teoria Clássica dos Testes⁴ (TCT) para adotar a Teoria de Resposta ao Item⁵ (TRI).

Ao adotar uma base curricular única, o SAEB viabilizou uma referência nacional de conhecimento, base para a temática de aprendizagem dos estudantes. Já a TRI possibilitou a inferência das proficiências dos estudantes, permitindo “realizar análises comparativas do desempenho dos alunos, colocados em escalas de proficiências” (FONTANIVE; ELLIOT; KLEIN, 2007, p. 262). Assim, pode-se considerar que tais evoluções alavancaram a qualidade das avaliações do SAEB.

⁴ Teoria Clássica dos Testes (TCT): “resume o desempenho num teste pelo somatório de acertos dos itens. [...] O resultado obtido depende exclusivamente do conteúdo da prova” (BROOKE, 2015, p. 183-184).

⁵ Teoria de Resposta ao Item (TRI) é um conjunto de modelos que relacionam a probabilidade de um aluno apresentar uma determinada resposta a um item, com sua proficiência e características (parâmetros) do item. [...] O modelo logístico da TRI parte do princípio de que quanto maior a proficiência do respondente, maior a sua probabilidade de acerto, traço latente acumulativo (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011, p. 3).

Em sua primeira implementação, o SAEB focalizou 4 (quatro) disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Redação. Em 1997, com a avaliação sendo ampliada para o Ensino Médio, foram acrescentadas as disciplinas de Física, Química e Biologia. Em 1999, foram avaliadas também as disciplinas História e Geografia. A partir de 2001, as avaliações se concentraram nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, sendo que no ano de 2013 ocorreu uma avaliação de Ciências Naturais cujo resultado não foi divulgado.

Em 2005, 15 anos do início do SAEB, foi instituído o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para tanto, foi indispensável a consolidação de pressupostos anteriores, como a adoção da matriz de referência, a TRI e as disciplinas objeto de avaliação. Calculado a partir da combinação do desempenho obtido na Prova Brasil com o fluxo escolar registrado no Censo Escolar (aprovação, reprovação e abandono), fundamentou o estabelecimento de metas de desempenho para cada ente federado, alcançando, inclusive, cada unidade escolar. Desconsiderando as discussões de mérito sobre a redução da avaliação educacional a um único indicador funcional, a institucionalização do IDEB serviu para alavancar o reconhecimento nacional do sistema de avaliação da educação brasileira pelos governos, gestores educacionais, profissionais da educação, pela sociedade civil organizada e pela sociedade em geral.

As avaliações do SAEB, por terem como objetivo principal acompanhar a qualidade da educação e “divulgam seus resultados na internet, para consulta pública, ou utilizam-se da mídia ou de outras formas de disseminação, sem que os resultados da avaliação sejam devolvidos para as escolas”, são classificadas, segundo Bonamino e Sousa (2012, p. 375), como avaliações de 1ª geração. Vale ressaltar que, segundo as autoras, as avaliações são classificadas conforme os objetivos, o processo de divulgação e a utilização dos resultados. Assim, recebem três classificações: a primeira, como dito acima, tem objetivo diagnóstico – o processo de divulgação é publicitado por meio de mídias digitais de forma ampla, sem detalhamento e análise nas unidades escolares e “sem atribuição de consequências diretas para as escolas e para o currículo escolar. As outras duas gerações articulam os resultados das avaliações a políticas de responsabilização, com atribuição de consequências simbólicas ou materiais para os agentes escolares” (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 373).

Neste quesito, responsabilização, enquanto política de *accountability*⁶, pode ser entendida como a publicização das “informações sobre o trabalho das escolas e consideram-se

⁶ *Accountability*: “uma forma de prestação de contas e de responsabilização fundamentada em valores, promotora de confiança nos professores e nas escolas” (BROOKE, 2015, p. 487).

os gestores e outros membros da equipe escolar como corresponsáveis pelo nível de desempenho alcançado pela instituição” (BROOKE, 2006, p. 378).

As avaliações de segunda geração

são as que além da divulgação pública, a devolução dos resultados para as escolas, sem estabelecer consequências materiais. Nesse caso, as consequências são simbólicas e decorrem da divulgação e da apropriação das informações sobre os resultados da escola pelos pais e pela sociedade. (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 375).

Essas avaliações apresentam consequências denominadas de “*lows stakes* ou de *responsabilização branda*” (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 375).

Já as avaliações de terceira geração são aquelas cujas políticas de responsabilização são “fortes” ou “*hight stakes*”, em que “além da divulgação dos resultados aferidos, sanções ou recompensas estabelecidas com base nos desempenhos obtidos por alunos e escolas, em graus e diversidades variadas” (GIMENES *et al.*, 2013, p. 18). Mais adiante, será identificado que os Sistemas de Avaliação implementados pelos municípios são caracterizados como avaliações de segunda e terceira geração, em virtude do processo de divulgação e consequente responsabilização.

O entendimento de que a educação brasileira se desenvolve em um ambiente social marcado por desigualdades, assim como esse contexto interfere no aprendizado, fizeram com que o SAEB passasse também a identificar variáveis contextuais que presumidamente se relacionam com o aprendizado. O Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (INSE) é uma resposta nesse sentido. De acordo com Nota Técnica do Ministério da Educação (MEC), o INSE é formulado a partir das informações do desempenho escolar e de questionários contextuais, e

o nível socioeconômico é considerado um constructo latente, que sintetiza, de maneira unidimensional, informações sobre a escolaridade dos pais e sobre a renda familiar. O Inse objetiva contextualizar o desempenho das escolas nas avaliações e nos exames realizados pelo Inep⁷, bem como o seu esforço na realização do trabalho educativo, ao caracterizar, de modo geral, o padrão devido de seu público, relacionados à respectiva posição na hierarquia social. (BRASIL, 2014, p. 5).

Mais recentemente, foi lançada a Plataforma de Devolutivas Pedagógicas destinada aos

⁷ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

professores, com o objetivo de propiciar uma apropriação direta das avaliações realizadas pelo professor e pela escola – instrumento avançado que permite, inclusive, a montagem de cadernos de provas com base nos conteúdos.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é de especial interesse neste estudo de caso. Em 2012, mesmo não considerada uma avaliação externa, os resultados da “Provinha Brasil”, aliados aos das avaliações dos anos anteriores do SAEB, indicaram a necessidade de se intensificar, nacionalmente, as ações de promoção da melhoria da qualidade da alfabetização. Em decorrência, a Portaria n° 867, de 4 de julho de 2012, instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (BRASIL, 2012). Como especificado no documento orientador do MEC, o pacto foi estruturado em quatro eixos – formação continuada de professores alfabetizadores; materiais didáticos e pedagógicos; avaliação; e gestão, controle social e comunicação – tendo como um dos eixos estruturantes da continuidade ao processo de avaliação, o que resultou na implantação da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

A importância de se destacar o PNAIC e a ANA neste trabalho reside no fato de que o programa e a ação de avaliação são os únicos em que se identifica, com clareza, uma ação pedagógica do governo federal resultante do binômio avaliação-apropriação. O programa foi amplo, envolvendo as três esferas de governo, com sistemática definida e com uma proposta de avaliação específica para o público-alvo da avaliação.

Às características já discutidas sobre o SAEB se somam características de gestão. Dessas, destaca-se inicialmente a adoção da transparência como princípio. O sistema adotou um padrão de transparência que abrange desde a sua metodologia, consubstanciada em notas técnicas, até a divulgação aberta dos resultados das avaliações. Seja qual julgamento for posteriormente dado ao desempenho do ente federado ou da escola, a transparência foi um dos fatores que alavancou valor social da credibilidade do sistema de avaliação.

O segundo aspecto a ser destacado, e que se relaciona com o primeiro, é a divulgação. É perceptível, na própria organização do sistema, que divulgação não é apenas um ato e, sim, a etapa de um processo. Tratar a divulgação como ato trará como consequência uma visão equivocada de que tudo será resolvido a partir da publicação dos resultados.

O terceiro ponto, que também se relaciona com a transparência, foi a garantia do amplo acesso remoto à informação. Além dos resultados e seus microdados, todos os fundamentos de referência são abertos e estão disponíveis de forma ampla e irrestrita. Esse amplo acesso, via internet, possibilitou, inclusive, a formulação pela sociedade civil de sítios com informações sobre o sistema educacional brasileiro e seus resultados.

Desta forma, resultado e transparência foram associados, outorgando ao SAEB um valor social não encontrado em nenhum outro sistema de avaliação. Assim, o SAEB passou a ser um sistema de Estado. A continuidade do seu processo de construção compartilhada e a implantação gradual de modificações seletivas e sólidas também são características que ajudam a explicar esse valor.

Por sua vez, ao longo dos 30 anos de existência do SAEB, somente o PNAIC foi concebido pelo governo federal como uma intervenção organizada e sistematizada em larga escala no sistema nacional de ensino. Se de um lado isso deixa explícito a dificuldade de se formular intervenções em larga escala fundamentadas nas evidências do binômio divulgação-apropriação de resultados, por outro, é inegável que no nível dos entes subnacionais a promoção de tais ações se deu em uma escala muito maior, inclusive impulsionando a adoção de sistemas próprios de avaliação. Assim afirma Blasis (2013):

o caráter censitário da Prova Brasil as projeções de metas bianuais do Ideb-que se tornou ferramenta para o acompanhamento das metas de qualidade para educação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) - contribuíram para mobilizar ainda mais a atenção dos gestores de redes municipais e estaduais de educação em torno das avaliações externas, intensificando a adesão aos indicadores de qualidade na educação e até mesmo a proliferação de sistemas de avaliação em vários estados e municípios. (BLASIS, 2013, p. 253).

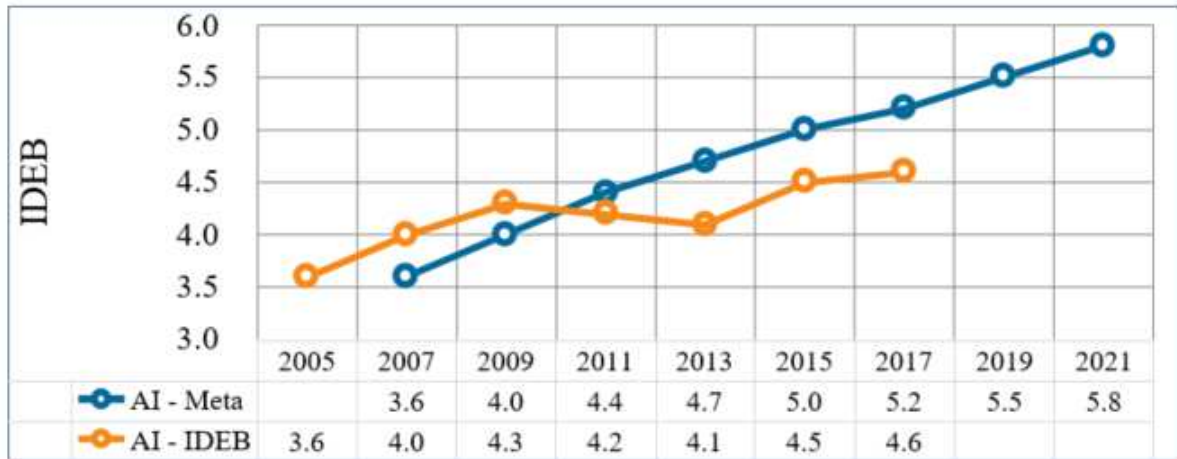
Neste movimento de utilizar e estruturar formas de mensuração de resultados das Redes, o município de São Luís instituiu seu sistema próprio de avaliação, com todas as características de uma avaliação externa de larga escala, com o objetivo de conhecer a educação ofertada, conforme apresentado na próxima seção.

2.2 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE)

O Maranhão é um dos nove estados da região Nordeste. O estado é o de 8ª maior extensão territorial do Brasil, com uma área com 332 mil km². No Nordeste, tem área inferior apenas à da Bahia, a 5ª maior do Brasil. Contando com 217 municípios, sua capital é a ilha de São Luís, cujo centro histórico foi reconhecido, em 1997, como patrimônio cultural da humanidade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019b) estimou que, em 2019, a população de São Luís seria de 1,1 milhão de habitantes no ano de 2019, distribuídos numa área geográfica de 831,7 km², divididos em 302 bairros.

No contexto educacional, o desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental de São Luís, mensurado pelo IDEB, apresentou, de uma forma geral, uma queda entre 2009 e 2013, voltando a apresentar um crescimento tímido nas edições seguintes, sem, portanto, alcançar as metas projetadas, conforme pode ser observado no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Série Histórica do IDEB dos AI-SL

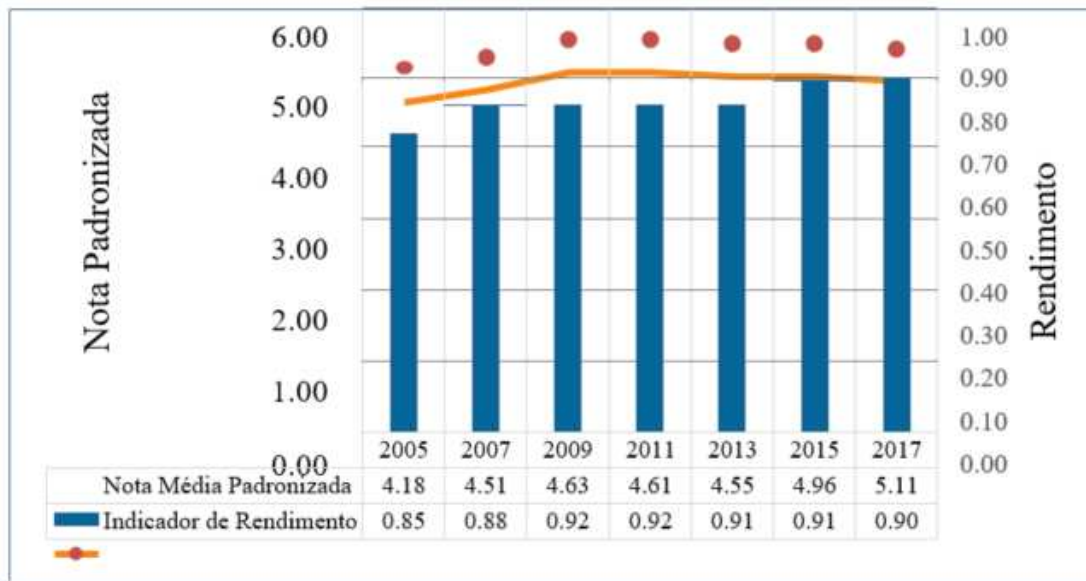


Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em QEDU (2020).

De acordo com o gráfico, percebe-se que os estudantes dos Anos Iniciais (AI) do Ensino Fundamental somente conseguiram ultrapassar as metas estabelecidas nos anos de 2007 e 2009. Nas avaliações após 2009, não foram atingidas as metas, e nos anos de 2011 e 2013 o IDEB foi inferior ao observado em 2009.

No período 2005-2009, ocorreu uma elevação tanto da proficiência (nota média padronizada), quanto do fluxo da aprovação (rendimento). Nos anos de 2011 e 2013, a proficiência se reduz e as elevações ocorridas nos anos de 2015 e 2017 são insuficientes para compensar a tendência de manutenção do fluxo de aprovação, e a sua queda é observada em 2017 (QEDU, 2020). De qualquer forma, as modificações nos padrões de proficiência e fluxo são marginais, não evidenciando alterações acentuadas que assegurassem o cumprimento das metas estabelecidas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conforme o Gráfico 3:

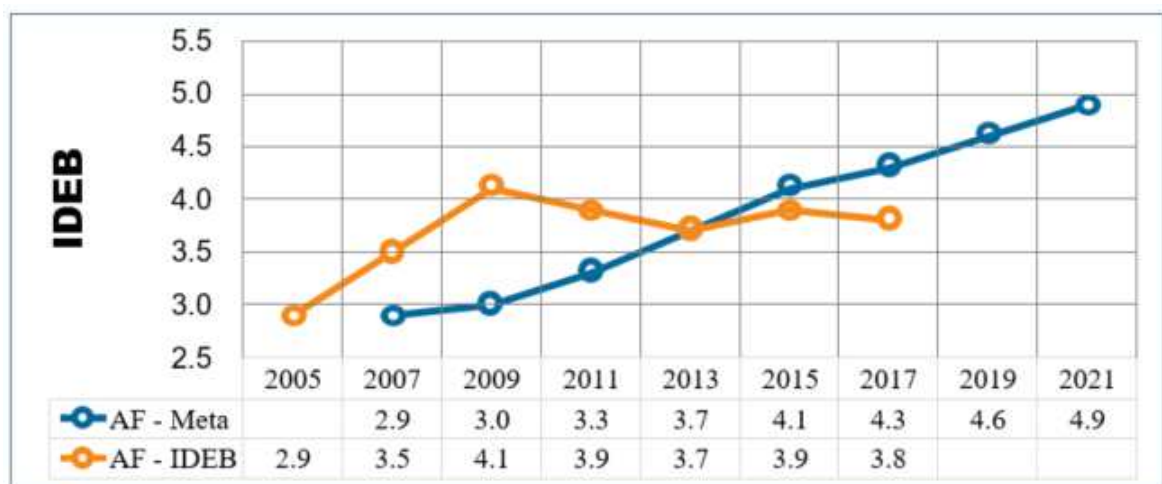
Gráfico 3 - Nota Padronizada e Indicador de Desempenho – AI



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em QEdu (2020).

Com referência ao desempenho dos alunos dos Anos Finais (AF) do Ensino Fundamental, conforme evidenciado no Gráfico 4, percebe-se uma queda no desempenho a partir de 2009 e que as metas, desde 2011, não são atingidas:

Gráfico 4 - Resultados do IDEB dos Anos Finais – SL

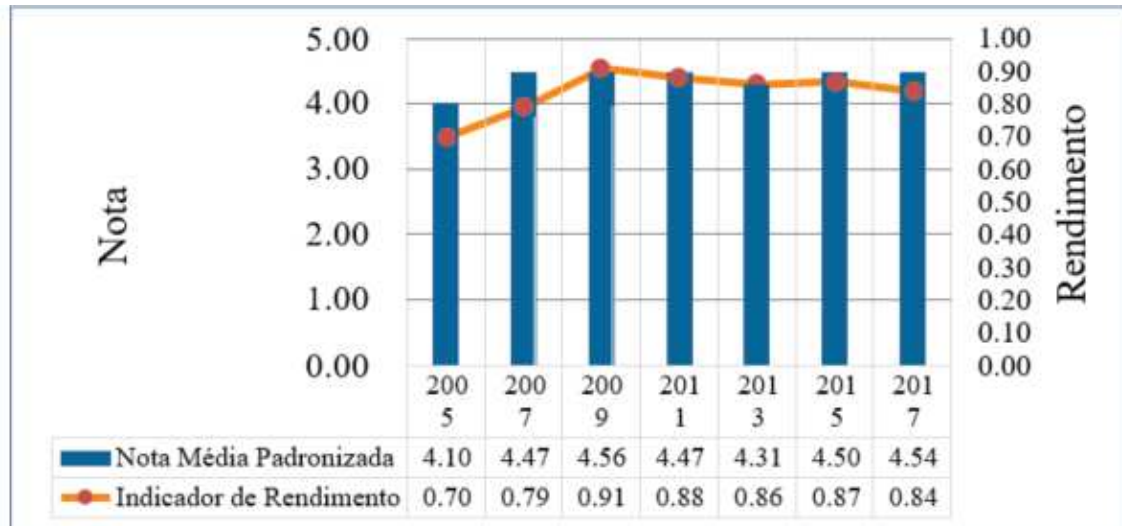


Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em QEdu (2020).

Em relação à proficiência (nota média padronizada), nota-se uma tendência de melhoria no período 2005-2009, caindo na próxima edição. O fluxo (indicador de rendimento) se elevou no período 2005-2009, apresentando uma tendência à queda a partir de 2009. Assim, de acordo com as avaliações do SAEB, não é perceptível um melhor desempenho dos alunos dos Anos

Finais do Ensino Fundamental, pelo contrário, os indicadores demonstram uma situação mais incômoda do que a dos Anos Iniciais. O Gráfico 5 apresenta a série histórica das notas padronizadas e do indicador de desempenho nos Anos Finais:

Gráfico 5 - Nota Padronizada e Indicador de Desempenho – AF



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em QEdu (2020).

No período de 2001 a 2008, o município de São Luís foi governado pelo mesmo grupo político. Em 2002, a SEMED mapeou o sistema educacional, considerando as condições de infraestrutura das escolas, as condições de trabalho dos profissionais da educação nas unidades escolares, as satisfações e insatisfações dos profissionais, pendências do órgão central em relação à categoria, bem como as proposições para alterar a situação dos resultados. O mapeamento foi feito a partir de visitas às escolas e de manifestações escritas dos alunos. Isso resultou na publicação “Programa São Luís Te Quero Lendo e Escrevendo: Cadernos de Cartas”, consolidado sob a forma de um livro. A partir daí foi instituído o Programa São Luís Te Quero Lendo e Escrevendo (PSLTQLE).

O PSLTQLE estabeleceu como meta a “melhoria da qualidade da educação” (FEITOSA; GRILL; PINTO, 2004) e foi estruturado em quatro eixos⁸: a) Gestão; b) Avaliação;

⁸ Eixos: o eixo Gestão se propunha a viabilizar o processo de reformulação e fortalecimento da gestão via Planejamento Estratégico em todos os níveis de intervenção, garantindo um olhar estratégico aos envolvidos na concepção, desenvolvimento a execução do PSLTQLE; o eixo Rede Social Educativa tinha como objetivo fortalecer as relações escola, família, comunidade, e parcerias interinstitucionais, através do comitê gestor e projetos de enfrentamento das problemáticas da escola e comunidade local; o eixo avaliação buscava desenvolver ações e programas que viabilizassem a avaliação qualitativa da aprendizagem dos alunos na Rede municipal; o eixo formação objetivava desenvolver programas e projetos de formação continuada em serviço, com vistas ao processo de profissionalização com foco nas problemáticas do cotidiano escolar.

c) Rede Social Educativa; e d) Formação Continuada de Professores, Coordenadores Pedagógicos e Gestores Escolares. No início, o programa foi desenvolvido em parceria com a Fundação Sôusândrade, vinculada à Universidade Federal do Maranhão. Num segundo momento, o programa passou a ter como parceiro o Instituto Abaporu⁹, com expertise na consolidação de políticas públicas.

No âmbito do programa, foram dinamizadas as iniciativas federais do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), que objetivava favorecer “a socialização do conhecimento didático hoje disponível sobre a alfabetização e, ao mesmo tempo, reafirmando a importância da implementação de políticas públicas destinadas a assegurar o desenvolvimento profissional de professores” (BRASIL, 2001, p. 1).

Assim, em São Luís, as avaliações iniciais do SAEB calcadas no IDEB (2005-2009) estiveram sob a influência do PSLTQLE, que contemplava as propostas de trabalho sistêmico de formação de professores, de gestão e contínuo processo de avaliação. Nesse período, como anteriormente analisado, foi observada uma elevação do IDEB tanto dos Anos Iniciais quanto dos Finais, com elevação da proficiência e, principalmente, do fluxo de aprovação.

Em 2009, São Luís passou a ter um novo governo. Inicialmente, o PSLTQLE foi mantido, porém a gestão foi marcada pela descontinuidade de comando na SEMED. Foram quatro anos e quatro secretários, e tal período coincide com as quedas observadas nos indicadores educacionais a partir de 2011, pois a “descontinuidade das políticas educacionais no contexto brasileiro é histórica e as tem tornado frágeis e suscetíveis ao fracasso. Cada novo governo ignora a política implementada pelo seu antecessor e cria uma nova” (SOUZA; OLIVEIRA, 2010 apud OLIVEIRA, 2019, p. 31).

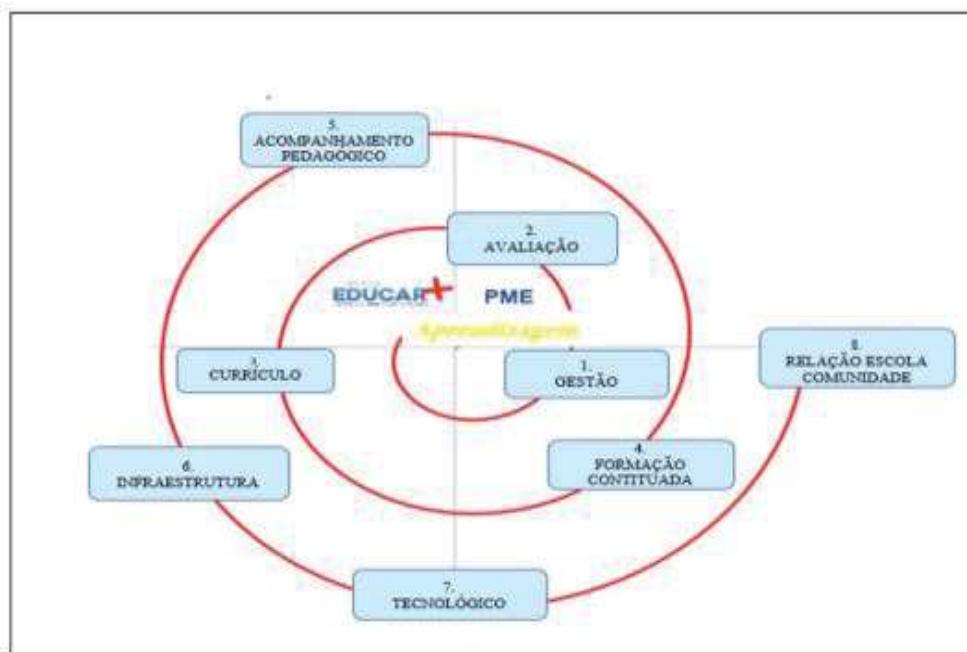
Em 2013, tomou posse outro governo. O primeiro comando na área da educação dura apenas um ano. O segundo permaneceu até fevereiro de 2016 e teve a sua gestão marcada por greve de professores, vandalismos em escolas e atraso no calendário escolar, porém é necessário registrar que nesse período foi criado o Núcleo de Avaliação Educacional (NAE), que intensificou o trabalho de divulgação dos resultados das avaliações externas com foco na elevação do desempenho, realizando encontros formativos, oficinas de elaboração de itens com gestores e coordenadores pedagógicos, contudo não há registro de um plano estruturado para a educação do período. Em 2015, mesmo sem atingir as metas para os Anos Iniciais e Finais, o IDEB apresentou uma pequena elevação.

⁹ O Instituto Abaporu de Educação e Cultura é uma consultoria que desenvolve projetos educacionais e sociais prestando assessoria a instituições educativas.

Destarte, em fevereiro de 2016, a Secretaria Municipal da Educação passou a ter uma nova gestão. De início, foi promovido um levantamento de informações denominado: “Diagnóstico da Rede Municipal de Educação de São Luís”. O público-alvo do levantamento foram os professores e demais profissionais da educação. O diagnóstico foi amplo, envolvendo, dentre outros fatores, a formação dos profissionais, as competências técnicas e pedagógicas para o desempenho profissional, a formação continuada oferecida pela SEMED, voltadas à melhoria da prática pedagógica dos profissionais da educação, alcançando a influência do planejamento escolar e sua relação com o cotidiano das atividades nas escolas da Rede. O levantamento também apontou o descontentamento dos professores com relação às condições de trabalho, salários, organização escolar e atrasos no calendário.

Com fundamento no diagnóstico e no Plano Municipal de Educação (PME), em junho de 2017 foi lançado o programa “Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender”. O programa foi estruturado em 8 eixos: a) gestão; b) avaliação; c) currículo; d) formação continuada; e) acompanhamento pedagógico; f) infraestrutura; g) tecnológico; e h) relação escola-comunidade, conforme o Diagrama 2:

Diagrama 2 - Programa Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender



Fonte: São Luís (2017a).

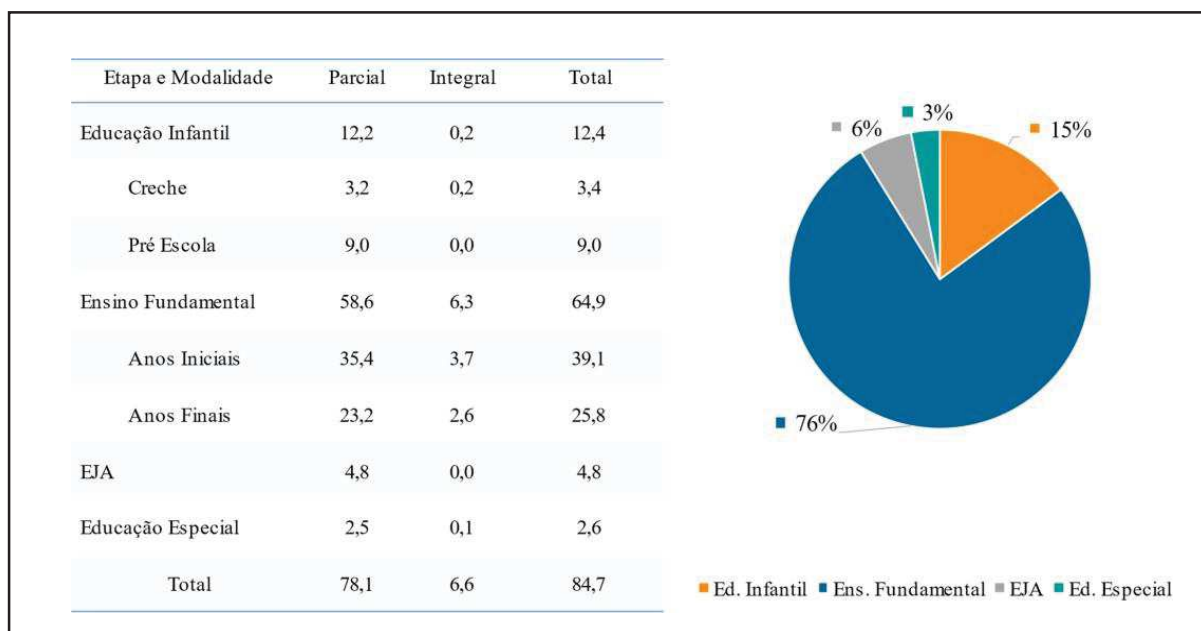
Nesse contexto, pressionado pela necessidade de melhoria dos resultados e amparado na estratégia 2.25 do Plano Municipal de Educação, que prevê “implantar e implementar, a partir de 2016, o Sistema de Avaliação Institucional e de Aprendizagem da Rede Pública

Municipal de Ensino” (SÃO LUÍS, 2015, p. 3), foi adotado, no município, um sistema próprio de avaliação – o Sistema de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE), descrito e analisado na seção seguinte.

2.2.1 A Rede Municipal de Educação de São Luís: elementos contextuais do SIMAE

De acordo com o Censo Escolar/INEP/MEC de 2019, o número de alunos matriculados na Rede de ensino municipal de São Luís foi de 84,7 mil, dos quais 92,2% dos alunos em tempo parcial e 8,8% em tempo integral. As matrículas no Ensino Fundamental totalizaram 66,993 mil, sendo 40,039 mil nos Anos Iniciais e 26,595 mil nos Finais. Das matrículas do Ensino Fundamental, 90,3% foram de tempo parcial e 9,7% de tempo integral. Observando-se o município de Teresina, no Ensino Fundamental 85,8% das matrículas são de tempo parcial e 14,2%, de tempo integral. Porém, enquanto nos Anos Finais do Ensino Fundamental de Teresina as matrículas de tempo integral representam 19,4%, em São Luís elas representam 10,1%. O Gráfico 6 demonstra as matrículas e as correspondentes participações percentuais:

Gráfico 6 - Matrículas em 2019 – SL



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado no Censo Escolar 2019.

A Rede escolar do município é composta por 162 unidades escolares, sendo 143 voltadas ao Ensino Fundamental regular, 94 unidades ofertam educação infantil e 58 oferecem Educação de Jovens e Adultos (EJA) em horário noturno, ocupando o espaço nas escolas de Ensino

Fundamental regular. A proximidade geográfica das unidades escolares determina o seu agrupamento em sete núcleos, caracterizando uma departamentalização da gestão escolar por área geográfica. O agrupamento por núcleos é utilizado também nas agregações efetuadas no SIMAE, bem como na organização dos eventos referentes à divulgação e à apropriação de resultados.

A SEMED, conforme o Relatório de Gestão 2018, contou com 7.712 profissionais, dos quais 5.144 eram professores, sendo 84,6% com nível superior, efetivos; 3,7% de nível médio, efetivos; e 11,7% contratados, com nível superior. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental regular, a média de alunos por turma, em 2018, foi de 26,3. Já nos Anos Finais, a média foi de 30,5 alunos por turma (SÃO LUÍS, 2018a).

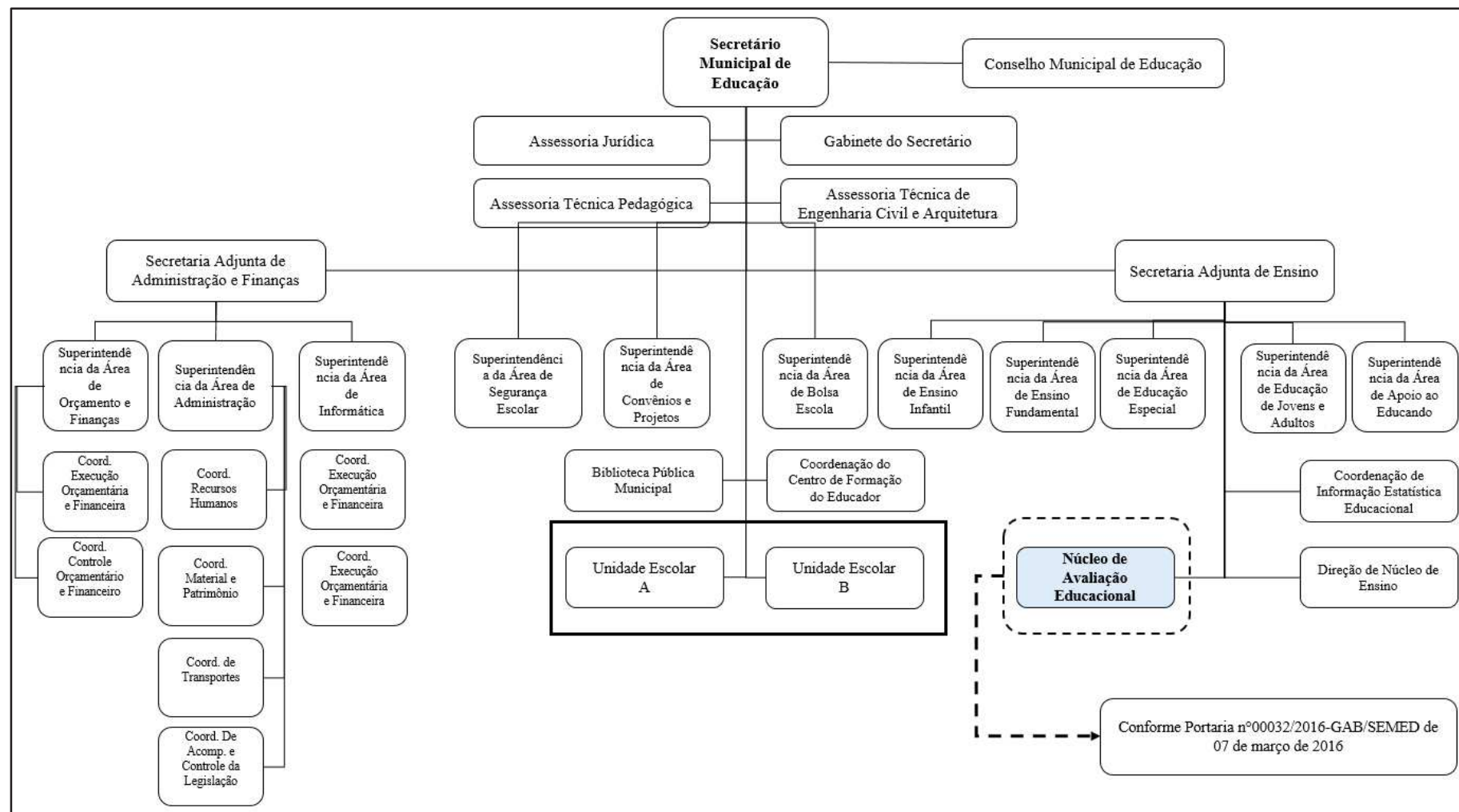
As escolas são dirigidas por gestores escolares, ocupantes de cargos comissionados de livre provimento, designados dentre os servidores do próprio quadro ou contratados. Em 2018, consoante o que reza o PME, o município estabeleceu e estruturou um processo seletivo para as funções de gestor geral e adjunto das Unidades de Educação Básica (UEB). Importa ressaltar que, até então, não foi identificado um processo burocraticamente sistematizado de seleção dos gestores escolares. Também se ressalta que não há registro de uma sistemática formalizada de pactuação de resultados, bem como de remuneração variável pelo resultado alcançado.

O município conta também com 461 especialistas em educação¹⁰, todos concursados de nível superior. Apesar de o número de especialistas ser superior ao das unidades escolares, nem todas as unidades contam com tais profissionais, principalmente as unidades localizadas nas áreas rurais. Uma vez que os gestores escolares e os especialistas se caracterizam como os principais atores na gestão do processo pedagógico nas escolas, rupturas nessa composição podem redundar em fragilidades no binômio divulgação-apropriação.

A análise da estrutura organizacional, demonstrada no Organograma 1, revela uma departamentalização que segmenta as ações relacionadas diretamente com educação das atividades-fim de suporte e logística, ditas “atividades-meio”:

¹⁰ Especialista em Educação na SEMED-SL, conforme Lei nº 4.749/2007, são pedagogos com habilitação em orientação educacional, supervisão escolar, administração escolar e inspeção escolar, com a responsabilidade de proporcionar às escolas e aos docentes orientação e coordenação na execução das políticas e programas estabelecidos pelo Sistema de Ensino Público da Prefeitura de São Luís, conforme o artigo 11 do estatuto (SÃO LUÍS, 2007).

Organograma 1 - Estrutura da SEMED – SL



Fonte: São Luís (2019a).

É possível identificar entidades especializadas subordinadas diretamente ao Secretário de Educação que podem ser caracterizadas como integrantes de uma das duas grandes estratégias de departamentalização adotadas na SEMED, dentre essas, destacamos a Coordenação do Centro de Formação do Educador (CEFE). A estrutura organizacional da SEMED pode ser caracterizada como predominantemente verticalizada, hierarquizada e burocrática.

A departamentalização da Secretaria Adjunta de Ensino reflete, predominantemente, as etapas e modalidades da educação. Além disso, conta com uma superintendência de apoio ao educando. Destacam-se também duas unidades: a primeira, formal, destina-se a coordenar os núcleos escolares; a segunda, informal, concentra e coordena as avaliações educacionais.

A seguir será apresentado o Núcleo de Avaliação Educacional (NAE) enquanto setor da Secretaria Municipal de Educação, responsável pelas avaliações externas, inclusive o SIMAE.

2.2.2 O Núcleo de Avaliação Educacional (NAE)

Atendendo a uma das estratégias definidas no PME, o NAE foi criado em 7 de maio de 2014, com as atribuições de:

[...] fornecer, analisar e encaminhar indicadores de qualidade da educação municipal a partir do acompanhamento da prática **avaliativa na escola**, da coleta e leitura de dados de **fontes diversas** (Censo escolar, SAEB/ Prova Brasil, ANA, Provinha Brasil), e da aplicação de **testes padronizados próprios** que possibilitam a **aferição da aprendizagem** dos alunos e instrumentos que avaliem aspectos **da gestão da SEMED e das escolas** de forma a proporcionar o diálogo contínuo das práticas pedagógicas e redefinições de políticas públicas na rede de ensino municipal. (SÃO LUÍS, 2014, p. 5, grifo do autor).

As atribuições dadas ao NAE foram restritivas sob o aspecto sistêmico do processo de avaliação, cabendo-lhe a análise de indicadores de qualidade para que sejam utilizados no âmbito da Secretaria. Afirma-se que eram restritivas, porque não havia clareza quanto à coordenação do processo de avaliação. Por outro lado, essas atribuições expressavam uma preocupação com o binômio divulgação-apropriação ao afirmarem que a produção e as análises devem possibilitar o diálogo com as políticas públicas e as práticas pedagógicas. Tendo em perspectiva a implementação do SIMAE, em 2016, as atribuições do NAE foram revistas e passaram a ser:

I - Elaborar Diretrizes que orientem a prática avaliativa das escolas da Rede Municipal de Ensino: Sistemática de Avaliação da Rede. Meta Avaliação e propor atualização de documentos oficiais referentes à avaliação da aprendizagem; II - Realizar e apoiar ações avaliativas de várias esferas que forneçam subsídios para formulação e reformulação de políticas públicas, visando a otimização de investimentos públicos e garantia de indicadores educacionais de qualidade; III - Disseminar os resultados das avaliações que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), bem como o índice Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e outras avaliações realizadas e/ou coordenada pelo INEP/MEC; IV - Analisar e emitir pareceres em resposta às demandas sobre o processo de avaliação na Rede Municipal; V - Organizar processos formativos realizados pela equipe e/ou articulados com os grupos de formação da Rede Municipal; VI - Monitorar por meio do Sistema de Avaliação Municipal o rendimento dos estudantes, visando garantir a oferta de ensino público de qualidade com equidade; [...]. (SÃO LUÍS, 2016a, p. 3).

A comparação entre as atribuições iniciais do NAE com as atuais atesta o significativo avanço na compreensão da avaliação como um processo que vai além da produção de indicadores, bem como na sua inter-relação com o ensino e a aprendizagem, com a política e investimentos públicos. Destacamos duas atribuições: a primeira diz respeito à responsabilização pela disseminação dos resultados da avaliação; a segunda se refere à atualização dos documentos oficiais sobre avaliação.

A disseminação, vista como divulgação, insere-se no conceito mais amplo de transparência que, como anteriormente abordado na análise do SAEB, é um princípio de gestão quando o todo é capaz de legitimar o sistema de avaliação, catalisar motivações para propostas de políticas públicas e ações fundamentadas em evidências. Já a formulação de documentos oficiais dá organicidade formal ao processo avaliativo, seus instrumentos e resultados, propiciando, assim, a consolidação documental formal de referência do sistema, fundamentando a legitimação e a cultura.

Atualmente, o NAE é composto por oito profissionais, dos quais sete são servidores efetivos: a coordenadora e cinco técnicas de acompanhamento de núcleos, um técnico administrativo e um técnico de acompanhamento de núcleo, ocupante de cargo em comissão.

No contexto do NAE, os técnicos são responsáveis pelos processos de avaliação externa da Rede municipal, especialmente o SIMAE, que tem início na validação da base de dados dos estudantes, passando pela formação dos aplicadores externos, organização e acompanhamento de toda a logística de aplicação dos testes, e, por fim, a divulgação dos resultados obtidos nas avaliações.

2.2.3 Elementos e características do SIMAE

Após um processo de socialização, a SEMED firmou parceria técnica e financeira com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF)¹¹, com o objetivo de ter o apoio técnico e a disponibilização de sistema de informação que sustentasse a avaliação de desempenho educacional da Rede municipal. E com base nas entrevistas que embasaram a construção e análises do Capítulo 3, achou-se por bem trazer as falas do gestor da Rede e da responsável pelo Núcleo de Avaliação Educacional para corroborar a importância da parceria com o CAEd na implantação:

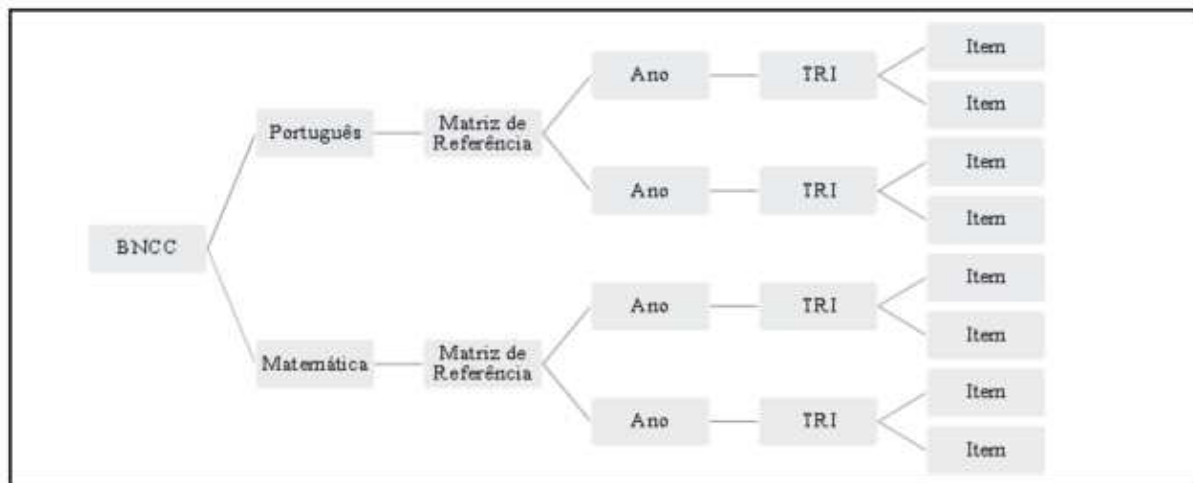
Fizemos uma viagem específica a Minas Gerais, Belo Horizonte, que seria para conversar com a Ana Lucia Gazzola sobre a formação de professores e também com a intenção de passar para os meninos materiais que pudesse acelerar o processo de aprendizagem deles e de lá de Belo Horizonte fomos, de carro, até Juiz de Fora e fizemos uma conversa bem animada, bem demorada e profunda com o CAEd e, portanto, com pessoal da Universidade Federal de Juiz de Fora. (GESTOR DA REDE, 2020).

Aproveitamos essa viagem para conhecer mais o trabalho do CAEd e um pouco do trabalho que Minas Gerais já havia feito com base na avaliação, as tomadas de decisões baseadas em evidências. E com a experiência que ele tem em educação, visão e conhecimento que possuía da própria avaliação, foi que o SIMAE nasceu, a partir dessa perspectiva e dessa necessidade da gestão de tomar decisões com base em evidências. (COORDENADORA DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, entrevista realizada em 26 ago. 2020).

Dentre os critérios utilizados para a escolha do parceiro, esteve a sua expertise no tema, já tendo, inclusive, parcerias de mesmo propósito em execução com outros entes federativos. As avaliações do SIMAE, atualmente, seguem a estrutura apresentada pelo Diagrama 3, a seguir:

¹¹ O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) é referência nacional na execução de programas de avaliação educacional, na formação de especialistas na área de gestão da educação pública e no desenvolvimento de tecnologias de administração escolar. Atua junto ao governo federal, estados, municípios, instituições e fundações na realização de avaliações de larga escala com a produção de medidas de desempenho e na investigação de fatores intra e extraescolares associados ao desempenho.

Diagrama 3 - Estrutura das Avaliações do SIMAE



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Observando a estrutura das avaliações sob o aspecto da concepção metodológica, o SIMAE parte da BNCC, sobre a qual é construída a matriz de referência (que se configura um recorte do currículo) para cada componente curricular e ano de estudo do Ensino Fundamental. Os itens, questões a serem utilizadas nos testes, são construídos com fundamento nas matrizes de referência e na Teoria de Resposta ao Item (TRI).

Numa análise comparativa, três características distinguem o SIMAE do SAEB: o público-alvo, a periodicidade de aplicação das avaliações e as metas de desempenho. Essas três características se justificam em função das especificidades requeridas para a formulação das intervenções pela Rede de ensino. Assim, o Quadro 1 demonstra as características do SIMAE e do SAEB com relação ao Ensino Fundamental:

Quadro 1 - Características do SIMAE e SAEB

Características	SIMAE/São Luís	SAEB/Prova Brasil
Público-Alvo	1º ao 9º ano do EF	5º e 9º anos do EF
Universo	Censitário	Censitário
Formulação de Itens	BNCC, Matriz de Referência, TRI	BNCC, Matriz de Referência, TRI
Componentes Curriculares Avaliados	Língua Portuguesa e Matemática	Língua Portuguesa e Matemática
Periodicidade da Divulgação	Anual	Bianual
Meta de Desempenho	Escola e Componente Curricular	IDEB para UF ¹² e MEC/Escolas
Responsabilidade	SEMED/ NAE/CAEd	MEC/INEP

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

¹² Unidade da Federação.

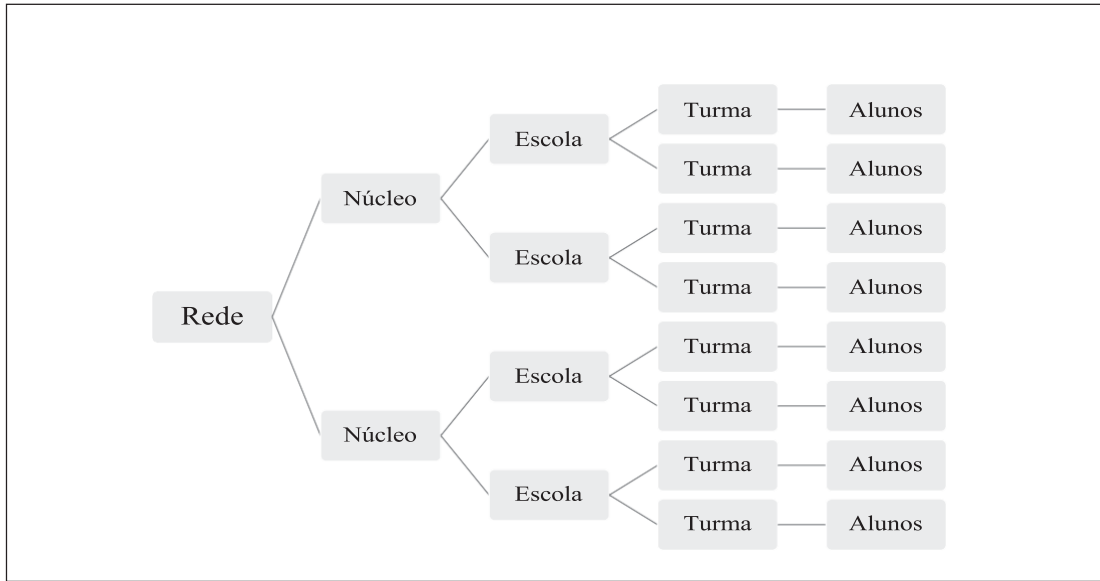
Como observado, o SIMAE adota como pressuposto o caráter cumulativo do conhecimento dos alunos, assim sua estrutura permite focalizar em que etapas devem ocorrer os maiores esforços de intervenção. A variável temporal se justifica em função da preocupação da urgência da resposta, logo avaliações anuais possibilitam revisões de curto prazo do resultado das práticas pedagógicas e das intervenções anteriormente planejadas e implementadas.

Diferente das metas do SAEB, as metas de desempenho do SIMAE adotam unicamente o desempenho do ponto de vista da proficiência. As metas são estabelecidas por escola e decompostas por componente curricular. A SEMED, através do CAEd, estabeleceu o Índice de Desenvolvimento Educacional do Município de São Luís - MA (IDEM), que “reflete, de forma sintética, a qualidade da educação medida em três dimensões relevantes: desempenho em língua portuguesa, desempenho em matemática e fluxo” (SÃO LUÍS, 2020, p. 17), índice este estabelecido por escola com características semelhantes ao índice nacional – IDEB.

O SIMAE, assim como o SAEB, classifica o resultado da proficiência dos alunos numa escala contínua, do menor para o maior desempenho, especificado para cada componente curricular avaliado e etapa de ensino. A escala agrupa as pontuações e classifica-se em: abaixo do básico; básico; proficiente; e avançado. A esses fatores cabe acrescentar uma observação: o município se destaca como o primeiro e principal responsável político e legal pelo Ensino Fundamental, e isso estimula pressões para a adoção de decisões de ajuste na política pública em um prazo político diferenciado em relação ao do governo federal. Tal fato se constitui em argumento que justifica o custo de oportunidade e político para a adoção de um sistema próprio de avaliação.

O sistema tem arquitetura agregativa para a gestão dos resultados. Na base está cada aluno, que são agrupados nas suas respectivas turmas. A agregação por turmas compõe a escola, as escolas são agregadas nos núcleos que, por sua vez, constituem a visão da Rede de ensino, conforme o Diagrama 4:

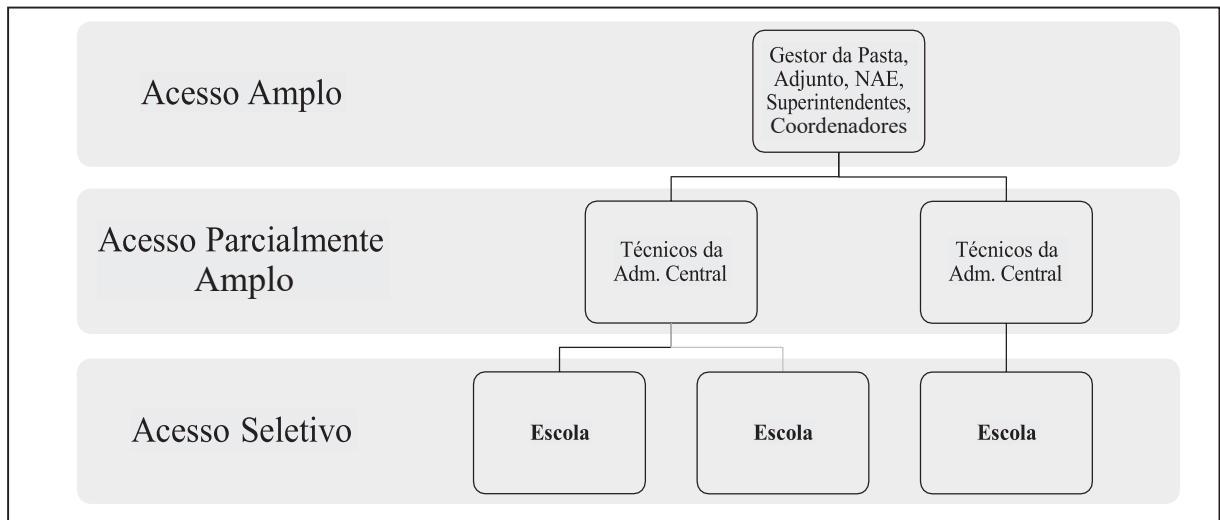
Diagrama 4 - Formação dos Conjuntos Avaliados – SIMAE



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A arquitetura do acesso aos resultados é organizada na razão direta da hierarquia. Tais arquiteturas são compatíveis com o padrão organizacional burocrático e hierarquizado de gestão da SEMED, de acordo com o Organograma 2:

Organograma 2 - Arquitetura do Acesso aos Resultados



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Vale ressaltar que o SIMAE, de recente implantação, ainda não possui uma regulamentação própria, estando a SEMED mobilizada para produção de documento adequado, por entender a necessidade de garantir a continuidade dessa importante política educacional,

independentemente de governos. A seguir, serão apresentados os resultados alcançados pela Rede municipal de educação de São Luís e o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP), enquanto primeira iniciativa de intervenção a partir dos resultados do SIMAE.

2.2.4 Das avaliações e dos resultados do SIMAE

O esforço da SEMED em implementar um sistema próprio de avaliação representa também o reconhecimento de que as avaliações externas têm o propósito de produzir indicadores e evidências que fundamentem a estruturação de políticas públicas voltadas para a melhoria da educação. Assim, além da avaliação das proficiências, o SIMAE faz um diagnóstico através de informações obtidas a partir das avaliações e questionários contextuais, coletando evidências que permitirão intervenções para a melhoria educacional.

Foram realizadas três avaliações pelo SIMAE, respectivamente nos anos de 2017, 2018 e 2019. O Quadro 2 sintetiza as variáveis relevantes das avaliações de 2017-2019:

Quadro 2 - Características das Avaliações do SIMAE (2017-2019)

Variável	2017	2018	2019
Público-Alvo	- Estudantes do Ensino Fundamental (1º, 2º, 3º, 5º, 7º e 9º ano)	- Estudantes do Ensino Fundamental Regular (1º ao 9º ano) - Estudantes do Ensino Fundamental (Educação de Jovens, Adultos e Idosos - EJA) - Educação Infantil (gestores e profissionais da Educação Infantil)	- Estudante do Ensino Fundamental Regular (1º a 9º ano)
Tipologia	- Diagnóstica	- Somativa e Contextual	- Somativa e Contextual
Componente Curricular	- Língua Portuguesa e Matemática	- Língua Portuguesa e Matemática. - Escrita (4º e 8º ano do Ensino Fundamental Regular)	- Língua Portuguesa e Matemática - Escrita (4º e 8º ano)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Observa-se que no primeiro ano, 2017, havia a previsão de que fossem realizadas três avaliações: a) diagnóstica; b) somativa; e c) contextual. Entretanto, por limitação temporal foi realizada apenas a avaliação diagnóstica na qual se aferiu o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática em 161 unidades escolares (113 escolas-polo e 48 anexos), junto aos estudantes do 1º, 2º, 3º, 5º, 7º e 9º anos, totalizando 1.602 turmas e aproximadamente 45 mil estudantes,

conforme Relatório Técnico de 2017 (SÃO LUÍS, 2017b).

Essa primeira avaliação não teve o objetivo de estabelecer um ranqueamento entre as escolas que promovesse a competição entre elas. Instrumental da administração gerencial, o ranqueamento é largamente utilizado como elemento de transparência para a sociedade, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A própria lógica de divulgação do IDEB e do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que pressupõe seu uso como evidência que possibilita um direcionamento na investigação das causas dos resultados para formulação de políticas educacionais adequadas, também é utilizada para realizar ranqueamentos. Todavia, no caso do SIMAE, não houve uma ação planejada para a disseminação de informações sobre o sistema e sua relevância para a política educacional. Também não houve movimentos no sentido de mudança de uma gestão burocrática para uma voltada para resultados.

Em dezembro de 2018, foi realizada a segunda edição do SIMAE. Atendendo às solicitações dos professores requerendo dados dos alunos e como evolução do processo de 2017, toda a Rede foi avaliada. Participaram 72 mil estudantes matriculados no Ensino Fundamental e na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Também foram inseridos testes de escrita na avaliação do 4º e 8º anos.

No mesmo ano, a SEMED realizou também a avaliação da Educação Infantil¹³, integrando um projeto-piloto de avaliação desenvolvido pelo CAEd. Foram avaliados 89 (98%) gestores escolares, 99 (97%) coordenadores pedagógicos, 719 (99%) professores e 30 (94%) cuidadores escolares, que responderam a um questionário *on-line* e, em novembro, 16 (dezesseis) escolas passaram por uma avaliação utilizando a metodologia da observação *in loco*.

Em 2019, ocorreu uma nova avaliação, também somativa. Nesse ano, não participaram os alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos, bem como não foi realizada nova avaliação para a educação infantil. Os resultados da avaliação de 2019 foram divulgados em oficinas *on-line* por conta da pandemia provocada por uma doença causada pelo Coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que assolou o país no ano de 2020.

As avaliações podem ser classificadas como amostral ou censitária. Sob essa

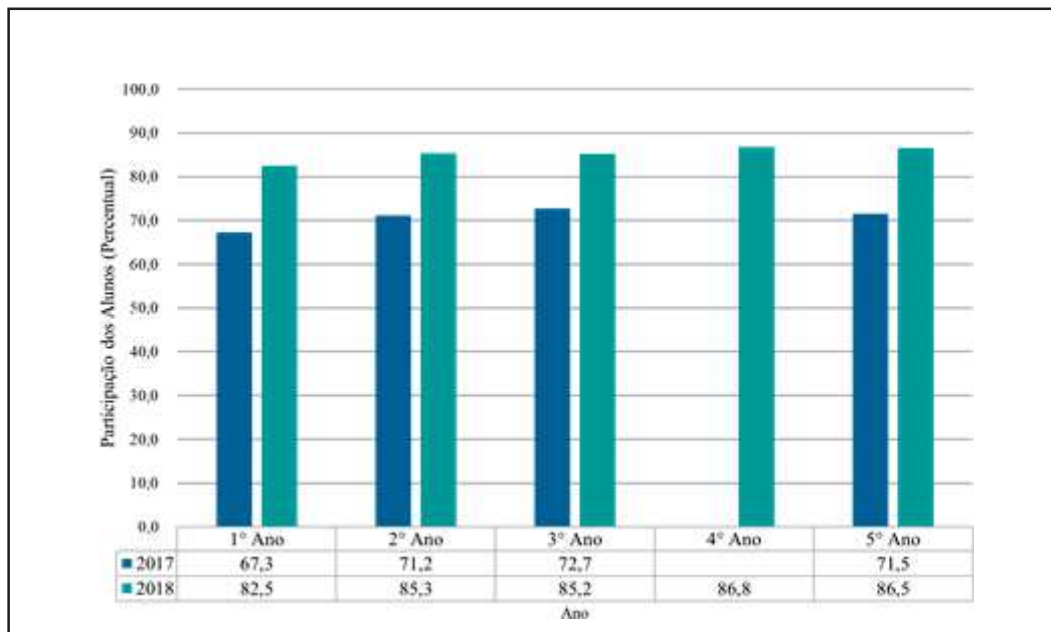
¹³ Essa pesquisa contempla os objetivos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, porém **não envolverá a avaliação do desempenho da criança**. A avaliação contextual da Educação Infantil tem como objetivo avaliar a qualidade da oferta, verificando o que está ocorrendo, a fim de tomar decisões que permitam atingir metas, bem como melhorar o processo de implementação de políticas visando à consolidação da identidade da Educação Infantil (SÃO LUÍS, 2018b).

perspectiva, as avaliações efetuadas pelo SIMAE são censitárias, ou seja, deveriam atender integralmente à população determinada como público-alvo. Como parâmetro de análise da participação do alunado nas avaliações, fazemos referência à Revista Pedagógica do Gestor:

por se tratar de avaliação censitária, quanto maior a participação dos estudantes, mais fidedignos são os resultados dos testes cognitivos. Isso significa dizer que é possível generalizar os resultados para toda a escola quando a participação efetiva for igual ou superior a **80%** do total de alunos previstos para realizar a avaliação. (SÃO LUIS, 2018c, p. 11, grifo do autor).

Conforme demonstrado nos Gráficos 7 e 8, o comparecimento dos alunos às avaliações em 2017 não atendeu integralmente ao requisito de 80% de participação:

Gráfico 7 - Participação no SIMAE – AI (2017-2018)



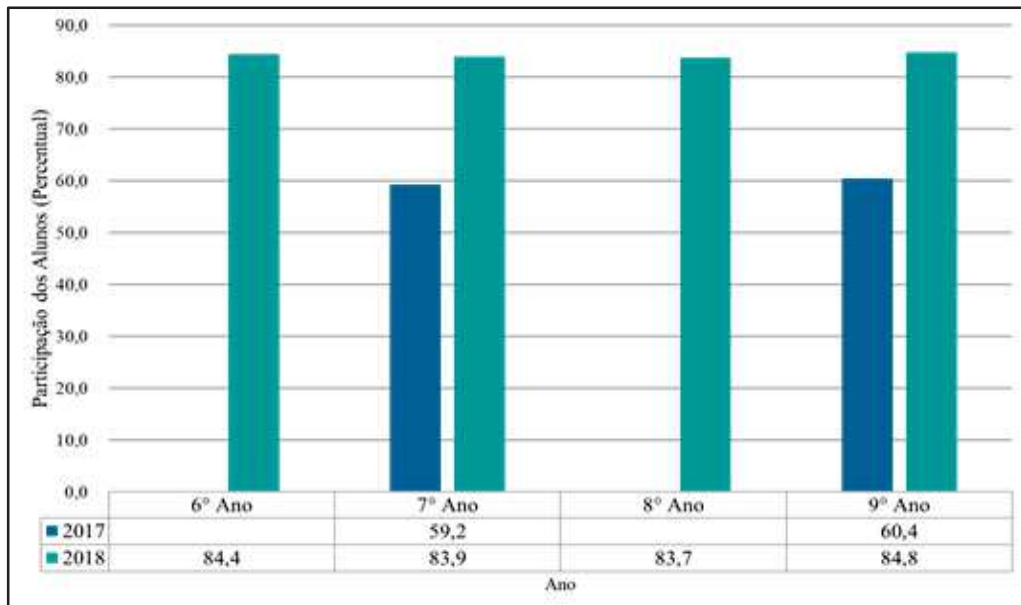
Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019a).

Em 2017, nenhum dos anos avaliados do Ensino Fundamental atingiu o patamar de 80%¹⁴ de participação nos testes. Vários fatores podem ter contribuído para o comparecimento abaixo do percentual estimado, porém destaca-se que não houve uma ação planejada para a disseminação do SIMAE no âmbito da Rede de ensino que amenizasse o fato de 2017 ser o primeiro ano de avaliação em um sistema próprio do município. A participação nos Anos Finais

¹⁴ É o percentual de participação igual ou superior a 80% do total de alunos previstos para realizar a avaliação que permite generalizar os resultados para todo o universo avaliado.

apresentou as mesmas características dos Anos Iniciais, como demonstrado no Gráfico 8:

Gráfico 8 - Participação no SIMAE – AF (2017-2018)



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019a).

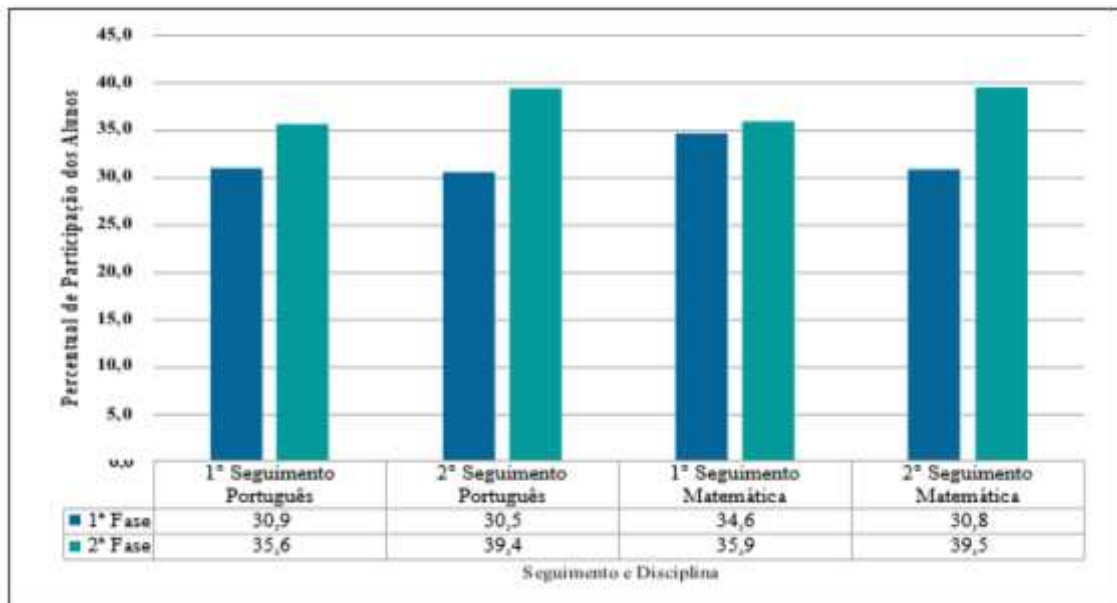
Duas observações cabem sobre o ocorrido em 2017. A primeira é que as metas estabelecidas posteriormente pelo SIMAE foram formuladas com base numa avaliação na qual o comparecimento foi inferior ao patamar de 80%, principalmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental. A segunda observação, de mesma natureza, aplica-se à adoção do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) adotado no mesmo ano e que será apresentado mais à frente.

Em 2018, a Rede municipal de ensino, mais especificamente o Núcleo de Avaliação Educacional (NAE), intensificou o trabalho de formação. Foi explicitada a importância do SIMAE enquanto política de avaliação externa, a necessidade de todos conhecerem os resultados e o manuseio do Portal, incentivando a mobilização dos estudantes para participarem das avaliações, que nessa edição, aconteceram ao final do ano (dezembro de 2018). A ação promoveu uma melhoria da participação dos alunos nas avaliações em que todos os anos avaliados foram acima de 80%, ultrapassando o percentual considerado satisfatório para uma amostragem.

Uma derradeira observação sobre o comparecimento nas avaliações está no fato de que a diferença expressiva de comparecimento pode comprometer a análise do desempenho da proficiência. Nesse sentido, maior ressalva e cuidado quanto à interpretação e utilização dos

resultados de proficiência devem ser adotados em relação à avaliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocorrida em 2018, pois, conforme demonstrado no Gráfico 9, o comparecimento não alcançou 40% do público-alvo:

Gráfico 9 - Participação no SIMAE – EJA (2018)



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019a).

Para apresentar as proficiências, é imperativo retomar que os resultados de desempenho são calculados através da Teoria de Resposta ao Item (TRI), cuja metodologia “sugere formas de representar a relação entre a probabilidade de um indivíduo dar uma certa resposta a um item e seus traços latentes, proficiências ou habilidade na área de conhecimento avaliada” (BROOKE, 2015, p. 181). Ainda de acordo com Brooke (2015), a proficiência está diretamente relacionada ao acerto e à distribuição destes numa escala de proficiência. Assim, é relevante recordar que a proficiência é estabelecida em uma escala contínua, o que possibilita a qualificação dos resultados, conforme Tabela 1:

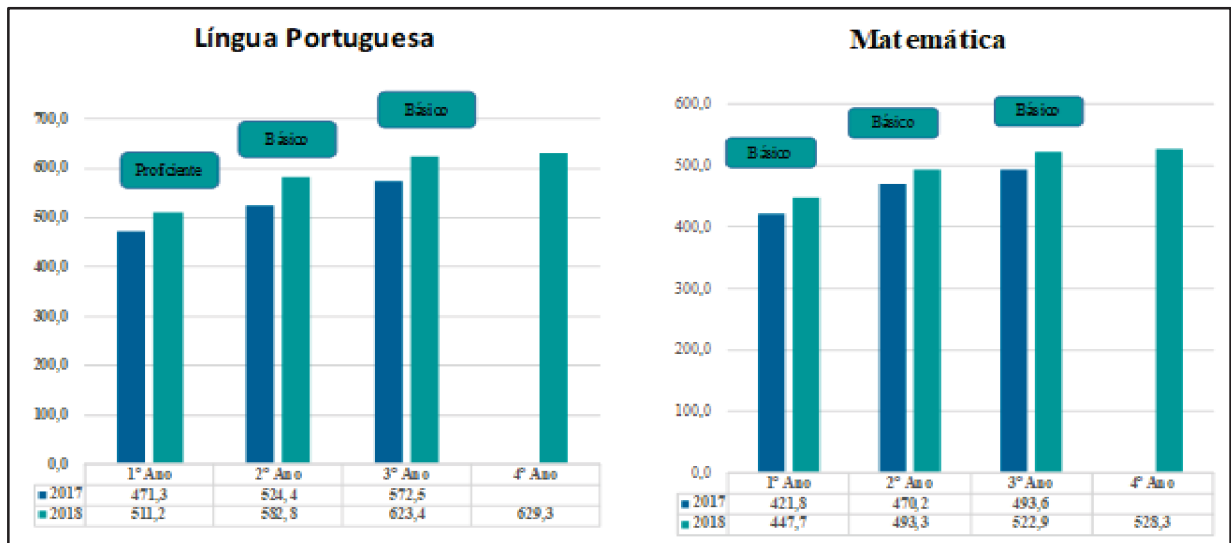
Tabela 1 - Padrões de Desempenho dos Anos Iniciais – LP e MTM (2017-2018)

Língua Portuguesa				
Ano	Abaixo do Básico	Básico	Proficiente	Avançado
1º Ano	Até 400	400 a 500	500 a 600	Acima de 600
2º Ano	Até 500	500 a 600	600 a 700	Acima de 700
3º Ano	Até 600	600 a 650	650 a 750	Acima de 750
Matemática				
Ano	Abaixo do Básico	Básico	Proficiente	Avançado
1º Ano	Até 400	400 a 500	500 a 600	Acima de 600
2º Ano	Até 500	500 a 600	600 a 700	Acima de 700
3º Ano	Até 600	600 a 650	650 a 750	Acima de 750

Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019a).

Logo, conhecer o desempenho, comparando os resultados obtidos em cada edição, é importante para entender o processo de ensino e aprendizagem da Rede. O Gráfico 10 apresenta o desempenho dos Anos Iniciais em Língua Portuguesa e Matemática nas duas edições do SIMAE:

Gráfico 10 - Desempenho nos AI em LP e MTM (2017-2018)



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019a).

Conforme constatado, de uma forma geral houve uma evolução na aprendizagem nos dois componentes curriculares. Percebem-se, em Língua Portuguesa, acréscimos de 8,5% no primeiro ano, o que possibilita uma classificação como “proficiente”. O 2º e o 3º anos tiveram seus desempenhos acrescidos em 11,1% e 8,9%, respectivamente, alcançando o nível de proficiência “básico”.

Em Matemática também ocorreu crescimento, porém abaixo do que foi observado em

Língua Portuguesa. O 1º ano apresentou uma evolução de 6,1% e o 3º ano, de 5,9%. O menor crescimento foi observado no 2º ano, que avançou apenas 4,9%. Dessa forma, o 1º, 2º e 3º anos apresentaram desempenho considerado “básico”, de acordo com a escala de proficiência. Quanto aos Anos Finais do Ensino Fundamental, a Tabela 2 apresenta a escala de proficiência em LP e MTM:

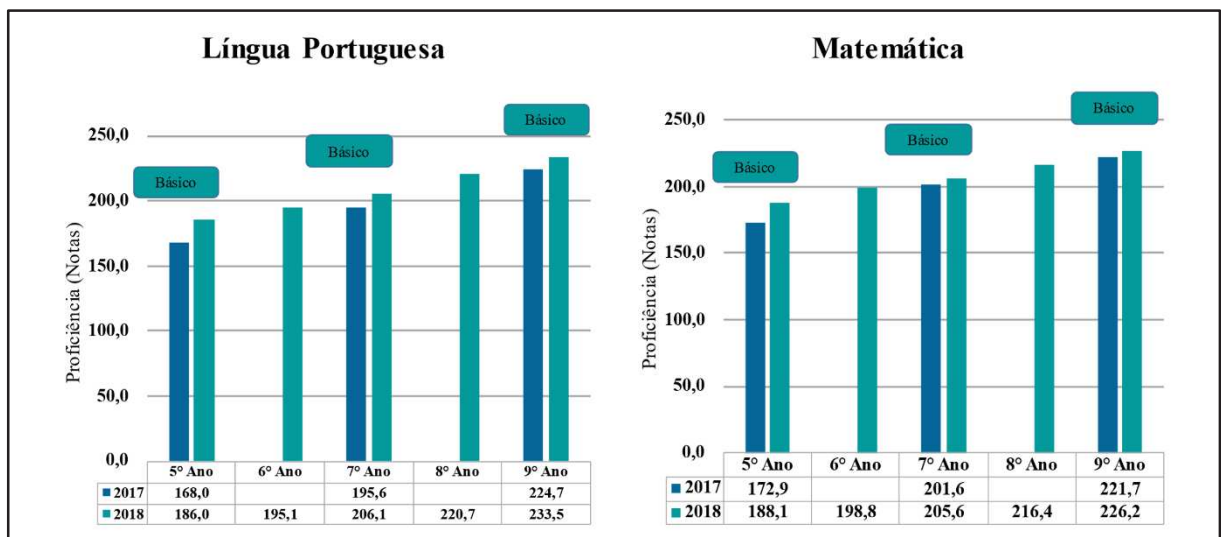
Tabela 2 - Padrões de Desempenho dos Anos Finais – LP e MTM

Língua Portuguesa				
Ano	Abaixo do Básico	Básico	Proficiente	Avançado
5º Ano	Até 150	150 a 200	200 a 250	Acima de 250
7º Ano	Até 175	175 a 225	225 a 275	Acima de 275
9º Ano	Até 200	200 a 275	275 a 325	Acima de 325
Matemática				
Ano	Abaixo do Básico	Básico	Proficiente	Avançado
5º Ano	Até 175	175 a 225	225 a 275	Acima de 275
7º Ano	Até 200	200 a 250	250 a 300	Acima de 300
9º Ano	Até 225	225 a 300	300 a 350	Acima de 350

Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019a).

Após a qualificação dos padrões de desempenho na escala de proficiência, o Gráfico 11 apresenta os resultados das proficiências obtidos em 2017 e 2018 para os Anos Finais:

Gráfico 11 - Desempenho nos AF em LP e MTM (2017-2018)



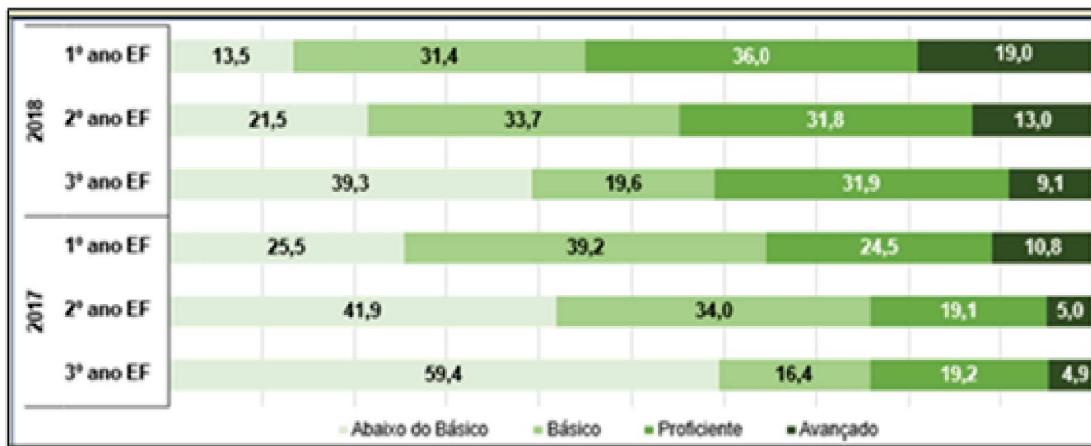
Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019a).

A análise dos Anos Finais aponta que o 5º ano obteve um crescimento no desempenho superior aos obtidos pelos 7º e 9º anos, apresentando uma elevação de 10,7% em Língua

Portuguesa e de 8,8% em Matemática, classificado como “básico” para ambas. Nota-se que o 7º ano apresentou um crescimento de 5,4% e de 2,0% em Língua Portuguesa e Matemática, respectivamente, alcançando também o “nível básico”. O 9º ano alcançou um desempenho inferior em relação aos anos anteriores, com um crescimento tímido de 3,9% e 2,0%, respectivamente, considerado “básico”. Ressaltamos que por apenas 1,2 pontos o 9º ano não recebeu a classificação “abaixo do básico”.

Resumidamente, é possível constatar que a evolução no desempenho dos Anos Iniciais foi superior à dos Anos Finais e que o desempenho em Língua Portuguesa foi superior ao de Matemática. A análise do Gráfico 12, do desempenho em língua portuguesa, pode contribuir para essa constatação.

Gráfico 12 - Distribuição dos Estudantes na Escala de Proficiência – AI em LP



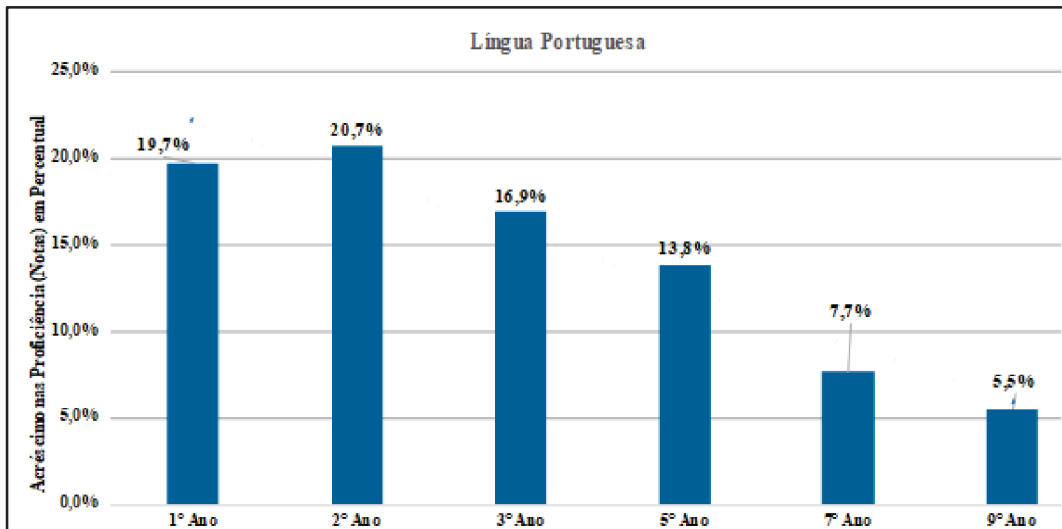
Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019a).

Conforme o Gráfico 12, observa-se que o 1º ano em Língua Portuguesa apresentou uma redução do percentual de estudantes no padrão “abaixo do básico” de 25,5% para 13,5%, enquanto os “proficientes” passaram de 24,5% para 36,0% e os “avançados”, de 10,8% para 19,0%. No 2º ano, mesmo elevado, o percentual de estudantes classificados como “abaixo do básico” foi reduzido pela metade, passando de 41,9% em 2017 para 21,5% em 2018. Os estudantes “proficientes” do 2º ano passaram de 24,5% em 2017 para 31,8% em 2018, enquanto os “avançados” passaram de 10,8% para 19,0%. E, finalmente, o 3º ano apresentou uma redução de 59,4% para 39,3%, enquanto os estudantes “proficientes” saltaram de 19,2% para 31,9%.

A análise fica mais clara quando se evidenciam os ganhos dos percentuais nos níveis “proficientes” e “avançados” em Língua Portuguesa do ano de 2018 em relação a 2017, conforme o Gráfico 13, que mostra uma queda à medida que a etapa aumenta. Assim, o ganho

de 20,7% obtido pelos alunos do 2º ano é gradativamente reduzido, alcançando um ganho de apenas 5,5% pelos alunos do 9º ano. Entre o 5º ano e o 7º ano, o ganho cai quase pela metade. É importante frisar que tais aumentos significam um efetivo avanço em relação às classificações “abaixo do básico” e “básico”.

Gráfico 13 - Percentual do Aumento de Desempenho por Ano – LP



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O que torna a análise complexa é a ausência de planejamento sistemático e poucos registros, o que impede uma correlação entre o desempenho e as intervenções pedagógicas formuladas a partir das apropriações decorrentes da avaliação diagnóstica efetuada em 2017. Poderia ser explicitado que o melhor desempenho dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental decorreu das ações do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP), contudo a ausência de registros que confirmem essa hipótese fragiliza a afirmação de que a melhoria decorreu unicamente do PIP.

Assim, a ausência de planejamento e de registros sistemáticos das ações de divulgação e apropriação dos resultados dificultam a identificação e caracterização das ações administrativas relacionadas ao tema. Tal fato fragiliza a práxis da análise conceitual de “divulgação e apropriação”, e pode ser atribuída à juventude do sistema, à equipe de avaliação e a outros fatores. A próxima seção trata justamente das apropriações a partir das avaliações do SIMAE.

2.2.5 As apropriações decorrentes das Avaliações do SIMAE

A fragilidade do binômio divulgação-apropriação é evidenciada quando se analisa a estrutura dos encontros entre a equipe do NAE com as unidades escolares e equipes do órgão central. Nesses encontros, as atividades relativas à divulgação-apropriação ocorrem simultaneamente, sem uma compreensão clara da função de cada um dos conceitos. Como forma de organizar a apresentação, as iniciativas serão estruturadas a partir de quatro abordagens:

- a) Apropriações que determinaram a adoção de decisões organizacionais complexas e sistematizadas, cujas ações alcançarão de forma ampla a Rede de ensino;
- b) Apropriações que determinaram a adoção de decisões com alcance parcial na Rede de ensino;
- c) Apropriações cujas ações se restringirão a uma unidade escolar específica;
- d) Apropriações decorrentes de atores individuais pertencentes à Rede ensino.

No primeiro caso, duas ações podem ser destacadas: a) o estabelecimento de metas de aprendizagem para as unidades escolares por componente curricular; e b) a execução do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP). No segundo aspecto, estão as ações de formação continuada promovidas pelo Centro de Formação.

As apropriações das unidades escolares são fomentadas com a utilização de protocolo nos encontros entre o NAE e as unidades escolares, já as apropriações individuais não são objeto de identificação e registro na SEMED, razão pela qual não serão relatadas.

Em 2017, foi realizada a primeira avaliação do SIMAE. De caráter diagnóstico, a avaliação apresentou a classificação e os pontos de aprendizagem da Rede escolar para o 1º, 2º, 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental. Apesar do diagnóstico apresentado, a SEMED tinha consciência da importância de ter objetivos de aprendizagem capazes de, simbolicamente, tornar claro o desempenho esperado do sistema educacional, a exemplo do que já era formulado no âmbito do SAEB para a educação nacional. Os objetivos, sintetizados em metas, serviriam como instrumento para a avaliação da política educacional do município, corroborando Machado (2012):

utilizar os resultados das avaliações externas significa compreendê-los não como um fim em si mesmo, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos. (MACHADO, 2012, p. 79).

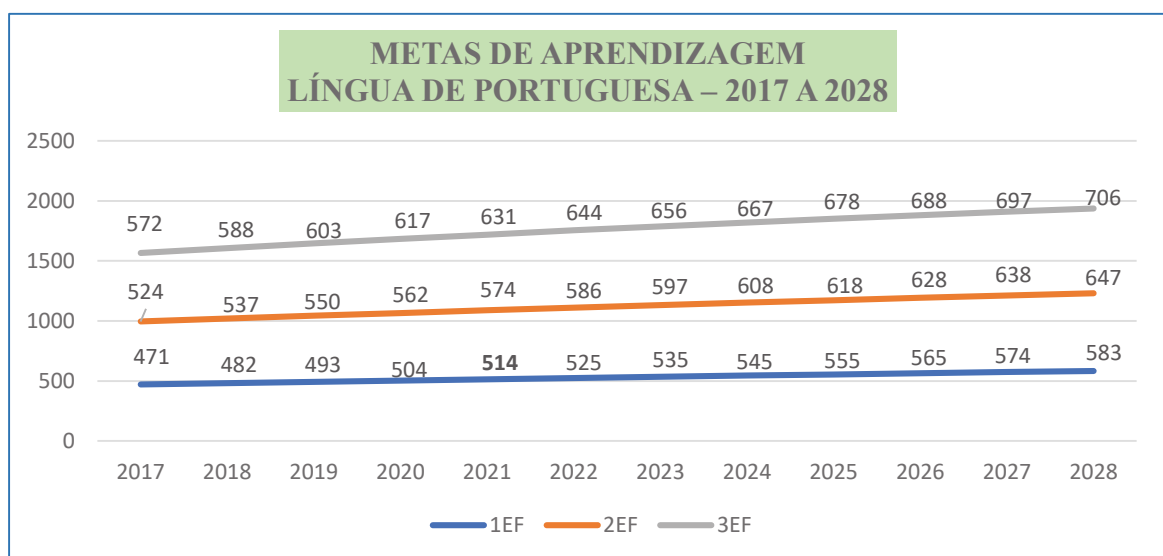
Considerando a complexidade técnica e a credibilidade requerida do ente formulador, em 2018 a Secretaria, por meio do CAEd, desenvolveu metas de aprendizagens segmentadas por unidade escolar, ano e componente curricular já avaliado. Assim, o CAEd expressa os critérios para elaboração das metas de aprendizagem, levando em consideração algumas premissas, entre elas: o resultado do SIMAE 2017, o desempenho das escolas municipais na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e a Prova Brasil – Avaliação Nacional.

A partir dessas premissas, concluiu-se que o “incremento [nível de desempenho] anual de 10 pontos no ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) e 5 pontos nas demais etapas (5º, 7º e 9º anos) é uma evolução **desafiadora**, porém, possível para a rede, na medida em que as intervenções continuem acontecendo” (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 1, grifo nosso).

O CAEd informa ainda, que “para que a rede municipal de ensino de São Luís alcance os objetivos estipulados, cada **escola** deve contribuir, aumentando o seu desempenho” (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 4, grifo nosso).

Tendo como parâmetro a avaliação efetuada em 2017, foram elaboradas as metas apenas para os anos avaliados em 2017, conforme demonstrado no Gráfico 14:

Gráfico 14 - Metas de Aprendizagem (2017-2028) AI em LP

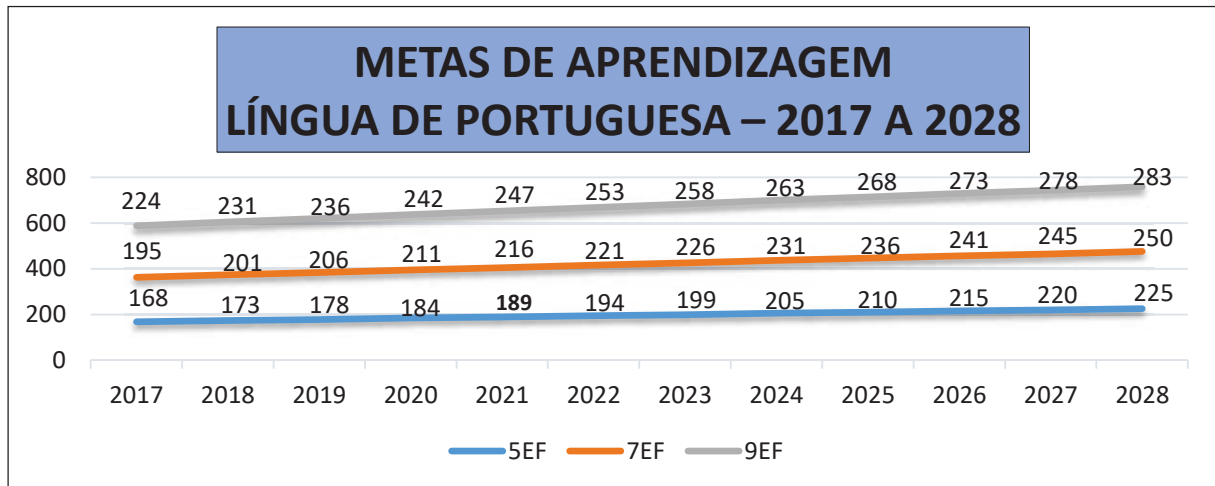


Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2018).

O estabelecimento e pactuação de metas pressupõem um maior envolvimento das escolas na busca por resultados e, conforme Sousa e Oliveira (2010, p. 801), “espera-se, explicitamente verificar quão distante se está da situação desejável e, a partir daí, definir

elementos para modificar a situação em direção ao padrão desejado”. O Gráfico 15 apresenta as metas de desempenho para os Anos Finais em Língua Portuguesa:

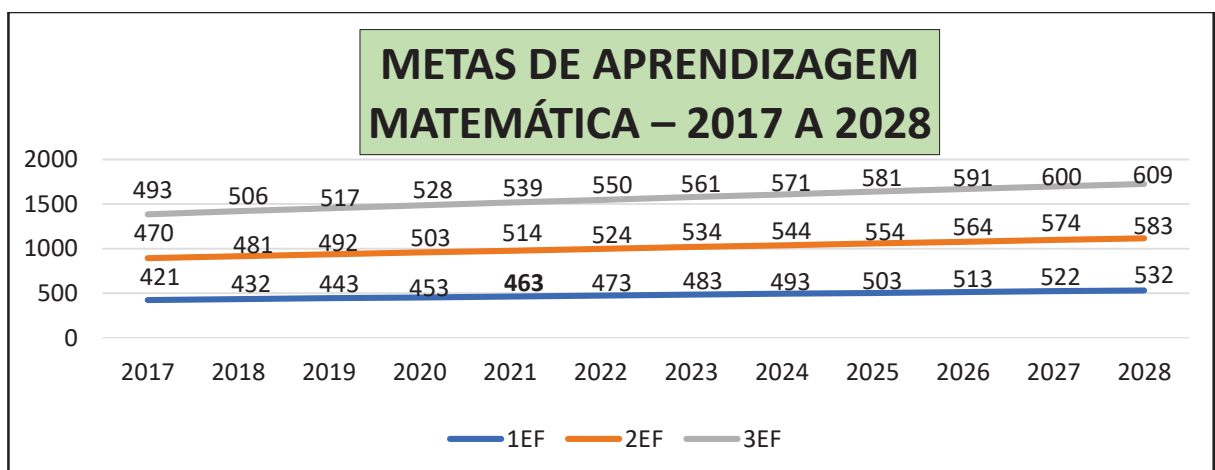
Gráfico 15 - Metas de Aprendizagem (2017-2028) AF em LP



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2018).

Da mesma forma, foram estabelecidas as metas para a disciplina de Matemática, expressas no Gráfico 16:

Gráfico 16 - Metas de Aprendizagem (2017-2028) AI em MTM

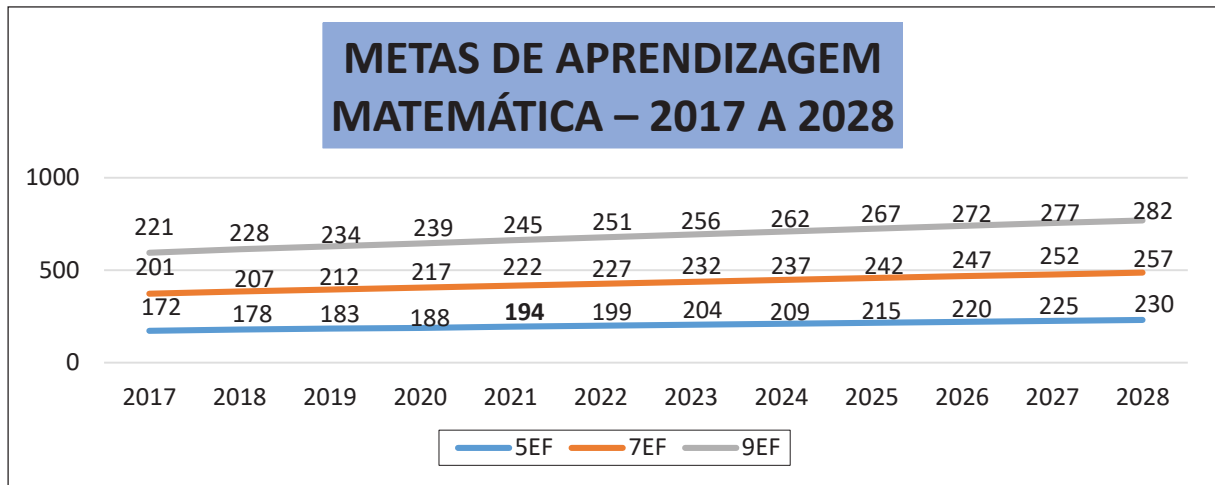


Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2018).

As metas do SIMAE se diferenciam das do SAEB/IDEB em três características: a) a primeira diz respeito ao prazo, pois enquanto o IDEB é bianual e estipula metas até 2021, as do SIMAE são anuais e estabelecidas até 2028; b) o IDEB considera como variáveis em seu cálculo o fluxo escolar de aprovação e a aprendizagem, enquanto a meta do SIMAE considera apenas

a variável de aprendizagem; e c) O IDEB proporciona uma visão consolidada dos componentes curriculares avaliados, enquanto o SIMAE discrimina as metas unicamente por componente curricular específico, como finalmente apresenta o Gráfico 17:

Gráfico 17 - Metas de Aprendizagem (2017-2028) AF em MTM



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2018).

Se de um lado a formulação das metas de desempenho representou uma apropriação instrumental dos resultados obtidos na avaliação de 2017, para a sua completa eficácia, é necessária a divulgação e apropriação pela administração central e pelas unidades escolares e seus respectivos atores. Mais que isso, as Redes de ensino do país e a sociedade em geral, a de São Luís, não se caracterizaria como diferente, já absorveram as metas estabelecidas pelo IDEB como válidas para a demonstração dos resultados educacionais e, assim, a missão de divulgar e promover a apropriação de novas metas de um sistema próprio de avaliação passa a ser uma tarefa complexa, tanto no que se refere à Rede ensino e seus atores, quanto para a legitimação no âmbito social mais amplo.

Para uma análise inicial sobre esse ponto, cabe lembrar os ensinamentos de Brooke (2015) (Ferramentas de Avaliação Externa), quando propõe um caminho para superar as críticas aos sistemas de avaliação educacional:

[...] um caminho para esses desafios envolve alguns princípios: o rigor na construção do processo de avaliativo, desde o planejamento até a concepção e produção dos instrumentos utilizados e a análise dos dados; a transparência sobre todas essas etapas para que haja controle sobre as informações foram produzidas e analisadas; a busca do apoio público, principalmente dos atores diretamente envolvidos ou afetados pela avaliação, que precisam conferir sentido aos resultados para que haja mudanças qualitativas na educação; e que o debate entre os especialistas em educação (nas áreas curriculares e na

organização dos sistemas de ensino) e os estatísticos ou especialistas nas análises dos dados das avaliações seja suficientemente honesto e dinâmico para possamos confiar nos resultados produzidos. (BROOKE, 2015, p. 167.)

Não houve questionamentos sobre a capacidade técnica do parceiro formulador das metas (instrumental), porém ficou clara a percepção de que a recomendação sobre o princípio da transparência não foi observada, comprometendo o requerido apoio público dos atores participantes, uma vez que não participaram do processo de discussão e elaboração das metas propostas. Além disso, no processo de divulgação das metas, os disseminadores/formadores, quando questionados, utilizavam como argumento que as metas foram elaboradas estatisticamente. Segundo Brooke (2015, p. 167): “ocorre que é comum que muitas pessoas, mesmo no ambiente acadêmico, rejeitem as avaliações educacionais por não entenderem um mínimo de estatística”.

Ao não atender ao princípio da transparência e utilizar um argumento já considerado como barreira para um entendimento mais amplo, até o presente as metas ainda não cumpriram o devido papel de alavancar a apropriação voltada para a mudança da qualidade educacional. Mesmo com a SEMED incorporando as metas e os resultados das avaliações no denominado “Dia D”, evento realizado em todas as unidades escolares e voltado somente para essa finalidade, bem como a sua utilização na “Jornada Pedagógica”, evento no qual as escolas elaboram o planejamento escolar anual, as dificuldades não foram sanadas e o conflito entre o *street level* com o modelo *top-down* de decisão e implementação ainda permanecem como um obstáculo para que as metas venham a ter um valor de pertença dos atores atingidos pela avaliação e, portanto, para uma completa apropriação.

Assim, a denominada “pactuação de resultados” entre o órgão central e as unidades escolares ficou fragilizada. Nunca é demais ressaltar que a pactuação de resultados é um dos instrumentos da administração por resultados apregoados no âmbito do *New Public Management*. O fato é que o estabelecimento das metas decorreu da apropriação dos resultados da avaliação de 2017, mas ficou restrita apenas ao órgão central do sistema, mais especificamente ao setor de avaliação, permanecendo ainda como desafio para transformá-las em promotoras de mudança na qualidade do ensino.

A segunda ação de larga escala desenvolvida se deu a partir da apropriação dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e da primeira avaliação diagnóstica efetuada pelo SIMAE, em 2017. A Tabela 3 demonstra os resultados da ANA de 2013, 2014 e 2016:

Tabela 3 - Resultados da ANA (2013-2016)

Leitura			Escrita			
Nível	2013	2014	2016	Nível	2014	2016
1	42,98%	44,25%	34,75%	1	25,32%	26,79%
2	33,58%	36,83%	36,59%	2	21,20%	23,67%
3	20,01%	16,31%	22,94%	3	15,61%	3,40%
4	3,44%	2,61%	5,72%	4	36,94%	43,80%
5	-	-	2,34%	5	-	2,34%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016).

Analisando-se o desempenho da Rede municipal de São Luís, no que se refere à leitura, os níveis 1 (elementar) e 2 (básico) alcançaram 76,56% em 2013 e 71,39% em 2016. Isso indica que mais de 2/3 dos alunos não alcançavam um nível intermediário. Já em escrita, de 2014 para 2016 a ANA revelou até um aumento no nível 1, que passou de 25,32% dos alunos para 26,79%, o mesmo acontecendo no nível 2, que passou de 21,20% para 23,67%.

Os resultados da avaliação promovida pelo SIMAE confirmaram os resultados da ANA. Dos alunos avaliados do 3º ano do Ensino Fundamental, 59,4% estavam “abaixo do básico” e 16,4% alcançaram o “nível básico”, ou seja, 75,8% dos alunos não alcançaram um nível intermediário em Língua Portuguesa, conforme registrado no Resumo Executivo do PIP:

O ponto de partida do PIP é a análise dos resultados das avaliações produzidas pelos sistemas de avaliação externa - SIMAE e interna da rede municipal de São Luís. Nesse caso, especialmente, o foco são os anos iniciais, com avaliação da alfabetização – habilidades de leitura e escrita. Os resultados da avaliação externa, aliados aos resultados das avaliações internas da escola, passam a ser utilizados para diagnóstico, definição de metas e das ações de intervenção pedagógica necessárias no processo de ensino/aprendizagem, de forma pontual e individualizada – por Escola e por Aluno. (SÃO LUÍS, 2017c, p. 1).

Neste contexto, o município já havia aderido ao PNAIC e, pressionada pelos resultados dessas avaliações, a Administração Central instituiu um Programa de Intervenção Pedagógica em larga escala a ser aplicado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

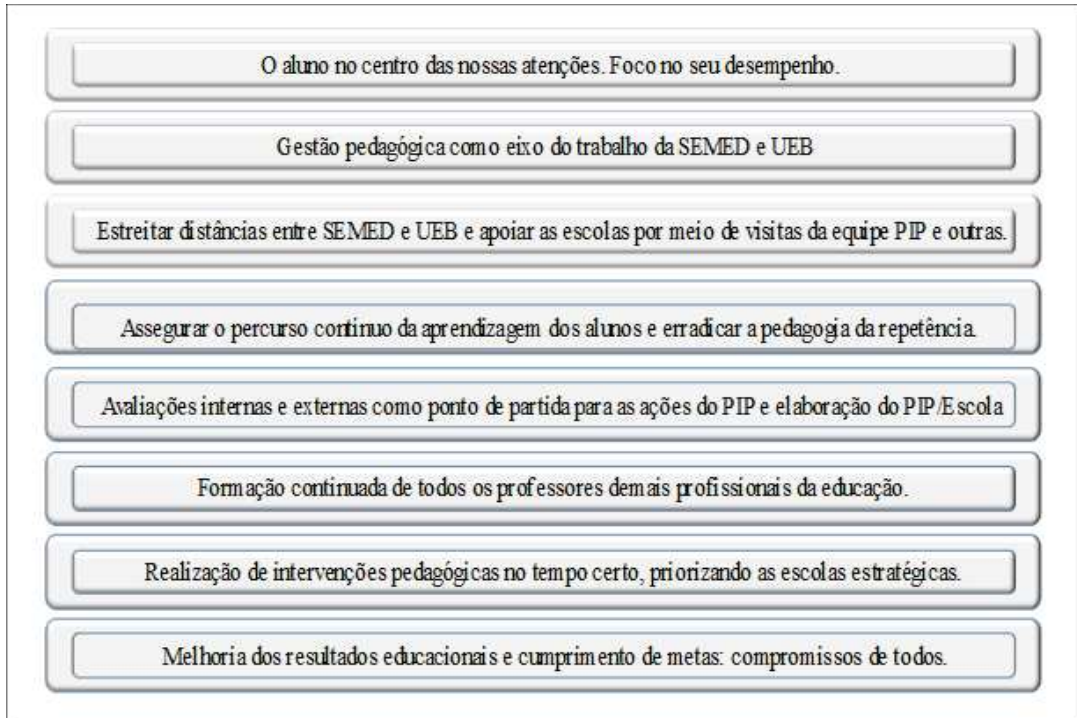
Para a intervenção pedagógica, a SEMED optou por contratar um parceiro externo com expertise no assunto. O parceiro escolhido foi a Gazzola & Associados Consultoria Educacional Ltda., que possuía a expertise na participação das intervenções pedagógicas realizadas pelo estado de Minas Gerais, onde 92,3% dos alunos obtiveram o nível recomendável de alfabetização e compreensão de textos, colocando o estado em 2º lugar no *ranking* do IDEB de 2011.

O PIP, em São Luís, iniciou suas ações de planejamento em agosto de 2017, assentado em dois eixos do Programa Educar Mais: formação e acompanhamento, sob responsabilidade do Núcleo de Alfabetização (NALF) e coordenado por uma professora efetiva da Rede municipal de ensino, que já desenvolvia ações voltadas para o ciclo de alfabetização, conforme Diário Oficial do Município:

I - Realizar estudo sobre alfabetização; II - Promover e realizar ações formativas para os profissionais da Educação que atuam no Ciclo de Alfabetização; III - Contribuir na elaboração da proposta curricular do Ensino Fundamental do Ciclo de Alfabetização; IV - Participar conjuntamente com o Núcleo de Avaliação Educacional e Equipe de Acompanhamento, nas análises dos resultados da avaliação de aprendizagem da rede e nas externas - PROVINHA BRASIL e ANA; V- Contribuir na construção da política de Alfabetização da Rede Pública Municipal. (SÃO LUÍS, 2016b, p. 13).

Assim, a SEMED organizou as equipes de formação e planejamento, tendo como pressupostos princípios e diretrizes apresentadas pela Figura 1:

Figura 1 - Pressupostos, Princípios e Diretrizes do PIP



Fonte: Gazzola & Associados Consultoria Educacional Ltda. (2018).

No primeiro momento (agosto de 2007), a consultoria apresentou a experiência do PIP

no estado de Minas Gerais, a formação das equipes¹⁵ e a capacitação, de acordo com os objetivos e pressupostos do plano. A SEMED classificou as escolas, conforme as características, conforme apresentado no Quadro 3:

Quadro 3 - Classificação das Escolas de Acordo com o Perfil – PIP

Grupo de Escolas	Perfil (desempenho e cultura)	Abordagem
Escolas Intermediárias	Escolas pequenas com resultados variados que concentram um número limitado de alunos. (1 visita quinzenal)	“Irradiação com cobrança”. Orientar e estimular o uso do material pedagógico pelo pessoal da escola.
Escolas Consolidadas	Escolas com bons resultados e com elevada capacidade de gestão pedagógica. (1 visita mensal)	Não se aplicou em São Luís, pois não houve escolas consideradas “consolidadas”.
Escolas Estratégicas	Escolas com resultados médios ou baixos, mas com potencial para melhorar seu desempenho. (1 visita semanal)	“Orientação com cobrança”. Orientar intensamente e estimular o uso do material pedagógico pela equipe da escola.

Fonte: Gazzola & Associados Consultoria Educacional Ltda. (2018).

A caracterização e classificação das escolas, conforme o tamanho (quantitativo de alunos), modelo de gestão e desempenho dos estudantes, possibilitaram ações pontuais e focadas na busca pela superação das dificuldades observadas que dificultavam o avanço discente. Neste sentido, a formação se configurou um elemento essencial nesse processo e importa ressaltar:

formação de todos os gestores e profissionais da área pedagógica da SEMED e UEB, com prioridade para os professores, b) divulgação das boas práticas dos professores, coordenadores pedagógicos e gestores; c) formação de TODOS os professores das escolas sem “multiplicadores”, em conjunto com os Coordenadores Pedagógicos; d) formações desenvolvidas por meio de oficinas, vídeos, minicursos, palestras, exposição dialogada, análise de sequências didáticas e de recursos didáticos, com foco na prática da sala de aula mediados pela teoria, e) temas discutidos a partir das necessidades dos professores evidenciadas nos resultados das avaliações externas e no

¹⁵ Em 2017, a equipe do PIP, na SEMED, era formada pela Coordenação do Geral, que tem como missão, ser: agente de transformação das referências para as escolas, modelo de profissionalismo para todas as equipes da SEMED e UEB, disseminadora de novas práticas pedagógicas para Equipe e UEB, apoio para o trabalho dos Gestores, Coordenadores e Professores, fonte irradiadora de paixão e energia transformadora para as escolas exemplo de profissional comprometido e responsável e equipe de facilitadores (técnicos lotados na secretaria que acompanham as escolas na execução do PIP), cuja missão é ser, agente de transformação, modelo de profissionalismo, disseminadora de novas práticas pedagógicas, apoio para o trabalho dos Diretores, Especialistas e Professores, fonte irradiadora de paixão e energia transformadora, exemplo de profissional comprometido e responsável (GAZZOLA & ASSOCIADOS CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA., 2018).

monitoramento da prática em sala de aula, f) elaboração de material didático, guias, Cadernos, Lições e sugestões de atividades direcionando o trabalho na sala de aula e na gestão pedagógica. (GAZZOLA & ASSOCIADOS CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA., 2018, p. 2).

Uma vez conhecido o desempenho da Rede e da escola, e tendo a equipe alinhada, seguiu-se o momento efetivo de intervenção, através do reforço das crianças com baixo desempenho, que são retiradas das suas salas e alocadas em outra específica, durante o período de 90 minutos diários, utilizando lições elaboradas a partir da matriz de referência do ciclo de alfabetização, didaticamente organizadas em “60 lições”, na perspectiva de:

ênfatar os aspectos que realmente fazem diferença para o aprendizado e a melhoria do desenvolvimento dos alunos, ou seja, quais são as melhores práticas pedagógicas para que os alunos possam consolidar as competências e habilidades em leitura e escrita em que apresentaram baixo desempenho nas avaliações. Os demais componentes curriculares, como Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas são trabalhados interdisciplinarmente, em função da alfabetização e letramento¹⁶. (SÃO LUÍS, 2017c, p. 3).

Nesse processo, a liderança da escola tem o papel relevante para garantir a reprodução do material, acompanhar o trabalho dos professores e criar as condições para que toda a comunidade escolar se sinta corresponsável pelo processo, sem perder de vista que as ações do PIP são voltadas para o aprendizado do estudante. O acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem pelas equipes da SEMED e pela equipe gestora da escola consistia em visitas às salas de aula e retroalimentação ao professor, certificando a implementação do processo de intervenção pedagógica. Em 2018, o SIMAE realizou uma nova avaliação, essa somativa. Os resultados apontaram uma elevação do desempenho dos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. O 1º ano apresentou desempenho “proficiente”, já os alunos do 2º ano permaneceram no nível “básico” e o 3º ano passou do nível “abaixo do básico” para “básico”. O melhor desempenho na avaliação da aprendizagem dos alunos foi atribuído ao PIP e, assim, a SEMED, em conjunto com o parceiro, estendeu o PIP a todos os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conforme consta do Segundo Relatório Parcial do PIP:

¹⁶ Segundo Soares (2004), letramento é o desenvolvimento de habilidades do uso do sistema convencional de escrita (alfabetização) em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais. Logo, “dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento” (SOARES, 2004, p. 14).

No início de 2019, a equipe gestora da SEMED, em comum acordo com a equipe desta consultoria, decidiu pela ampliação do Programa de Intervenção Pedagógica – PIP São Luís – em todos os anos iniciais do Ensino Fundamental, abrangendo ações de acompanhamento do 1º ao 5º ano, com o objetivo de garantir a plena alfabetização e letramento de todos os estudantes em cada um dos anos de escolaridade, para que progridam em seus estudos e tenham assegurados seus direitos a uma educação de qualidade social. (SÃO LUÍS, 2019b, p. 3).

Logo, a expansão do PIP foi implementada a partir de 2019, ano em que foi realizada uma nova avaliação somativa do SIMAE, cujos resultados ainda não foram divulgados e seguiu a configuração expressa no Quadro 4:

Quadro 4 - Caracterização da Ampliação das Ações do PIP 2019

Intervenção	Público-Alvo	Estratégias de Implementação
Correção de Fluxo	Alunos do 4º e 5º anos pré-silábicos. (20 turmas)	Utilização das “31 lições”, visando corrigir a distorção idade/série.
Proficiência	5º ano com baixo desempenho em Língua Portuguesa e Matemática.	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de professores. • Utilização de “60 lições” de Língua Portuguesa e “20 lições” de Matemática.
Alfabetização	Alunos do 2º ano com baixo desempenho.	Utilização de “60 lições” organizadas para esse público.

Fonte: Elaborado pela autora (2021) a partir de informações da SEMED.

Na abordagem do PIP, duas observações são relevantes: de forma diferente da observada quando da divulgação das metas de desempenho do SIMAE e resultados das avaliações, a estratégia de implementação do PIP envolveu os gestores escolares, coordenadores pedagógicos e os professores em um tema de seu domínio e exercício – a prática pedagógica e o uso de material pedagógico específico, fato que contribuiu para um maior engajamento.

O segundo, mais complexo, envolve novamente a questão das metas do SIMAE que, fixadas, tendo como parâmetro as avaliações realizadas em 2017, não consideraram os efeitos da alavancagem de uma ação pedagógica de amplo alcance e, assim, não é possível estabelecer uma relação direta com uma métrica de desempenho estabelecido considerando-se o impacto do PIP.

Após pesquisa junto ao Centro de Formação do Educador (CEFE), em 2019, apenas uma escola solicitou a realização de formação específica para os professores de Matemática, com fundamento nas avaliações do SIMAE realizadas em 2017 e 2018. Esse foi o único registro formal de uma ação realizada por unidade escolar como decorrente de apropriação dos resultados das avaliações do SIMAE.

Conforme pode ser observado no Quadro 5, praticamente todo o esforço do NAE para a divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE foi direcionado para as unidades escolares, seus gestores, coordenadores pedagógicos e professores. Assim, é surpreendente que tenha sido identificada a formalização de apenas uma ação decorrente da apropriação pelas unidades escolares.

Quadro 5 - Ações Formativas (2018)

Evento	Público-Alvo	Temas	Recursos	Carga Horária/ Participantes
Oficina (2)	- Gestor Escolar - Coordenador	- Análise e apropriação de resultados	- Slides - Matriz de referência (impresso) - Escala de Proficiência (impresso)	- 8h - 85 gestores - 68 coordenadores
Oficina (1)	- Coordenador	- Apropriação dos resultados do SIMAE dos Anos Iniciais	- Slides - Protocolos (impressos)	- 8h - 1 gestor - 81 coordenadores
Oficina (1)	- Coordenador	- Apropriação dos resultados do SIMAE dos Anos Finais	- Slides - Protocolos (impressos)	- 8h - 1 gestor - 81 coordenadores
Oficina (1)	- Coordenador - Professor	- SIMAE/EJA	- Slides	- 4h - 2 gestores - 1 coordenador - 11 professores
Reunião (2)	- Gestor Escolar - Coordenador - Professor	- SIMAE - Matriz de referência - Escalas de proficiência - Participação nos testes	- Slides	- 4h - 2 gestores - 6 coordenadores - 40 professores - 1 técnico da SEMED
Jornada Pedagógica	- Gestor Escolar - Coordenador - Professor	- SIMAE	- Slides	- 4h - 10 gestores - 6 coordenadores - 193 professores
Oficina (1)	- Técnico da SEMED - Coordenador-EJA - Técnicos-EJA	- Elaboração de itens	- Slides	- 4h - 1 coordenador-SEMED - 6 técnicos- EJA - 26 coordenadores-EJA - 126 professores
Reunião (1)	- Técnico da SEMED	- SIMAE	- Slides	- 4h - 1 superintendente - 6 técnicos

Fonte: São Luís (2020).

Percebe-se, portanto, que as ações formativas para a apropriação pedagógica dos resultados acontecem num tempo reduzido, diretamente para as escolas, o que induziu a formulação de ações sistêmicas de intervenção a uma única escola.

Assim, registramos três ações de apropriações dos resultados do SIMAE: duas de largo alcance – o PIP e a elaboração das metas de desempenho, que pode ser considerada uma ação intermediária – e uma ação formativa decorrente de apropriação de unidades escolares.

Considerando o âmbito interno da SEMED, há a necessidade de ajustes sucessivos da linguagem e de foco. As unidades componentes da Administração Central têm necessidade de apropriar-se de aspectos diferenciados das informações produzidas pela avaliação. Os responsáveis pelas ações pedagógicas e de formação continuada requerem informações em níveis diferenciados dos gestores escolares e assim sucessivamente.

Também é preciso lembrar que, independentemente das especificidades requeridas, o amplo princípio de transparência foi fundamental para a legitimação do SAEB e, portanto, deve ser também para o SIMAE.

Todavia, no caso da avaliação do SIMAE, estamos tratando de uma pesquisa social como ferramenta de avaliação de política pública e, assim, é preciso transformá-la em instrumento para o aperfeiçoamento da política. Isso se dará com a apropriação dos resultados da avaliação.

Para materializar a divulgação e apropriação dos resultados, o NAE utiliza recursos como: o portal do Sistema, revistas pedagógicas e slides com a consolidação dos resultados, apresentados na próxima seção.

2.2.6 Meios e materiais de divulgação dos resultados do SIMAE

Para a divulgação dos dados do SIMAE, a Secretaria, através do NAE, utiliza duas estratégias: ferramentas digitais, através do Portal, e oficinas de divulgação e apropriação de resultados. O Portal se configura uma página eletrônica contendo a apresentação do Sistema, as matrizes de referência, os resultados de participação e desempenhos de São Luís, do núcleo, da escola e do estudante. Contém ainda as revistas pedagógicas que trazem informações detalhadas sobre as análises dos resultados e que são destinadas a todos os envolvidos no processo avaliativo. No entanto, o acesso aos resultados no Portal está restrito a uma única senha, entregue ao gestor escolar, com a orientação para compartilhá-la com a equipe pedagógica e professores. Ademais, as outras informações são de domínio público.

Como já ressaltado, uma das “ferramentas” de divulgação do SIMAE é o Portal, cuja

utilização requer uma descrição detalhada, vejamos: a página utilizada para acesso aos resultados do primeiro ano era: <http://www.agenciasaoluis.com.br/site/simae>, que, além dos resultados da avaliação diagnóstica, contém informações específicas e relacionadas à SEMED/SL, como: apresentação do Programa Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender, apresentação do NAE, desempenho da Rede nas avaliações externas nacionais, dentre os assuntos específicos do SIMAE. Porém, a gestão da página é de responsabilidade de um agente externo ao NAE, à própria Secretaria e à assessoria de comunicação da prefeitura, o que dificulta a atualização do *site*, tornando-o desinteressante.

Diante dessa situação, a orientação para acesso aos resultados da segunda edição do SIMAE é o endereço do *site* do CAEd: <http://simae.caedufff.net/>. A Figura 2 mostra as primeiras páginas do Portal nos endereços distintos:

Figura 2 - Apresentação das Páginas Iniciais do Portal do SIMAE (SL e CAEd)



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019b).

Assim, a primeira página apresenta, no cabeçalho, as opções: “O Sistema, Resultados, Coleções e Materiais de Apoio”. A seguir, a Figura 3 ilustra a opção “O Sistema”:

Figura 3 - Apresentação do Portal – Opção “O Sistema”

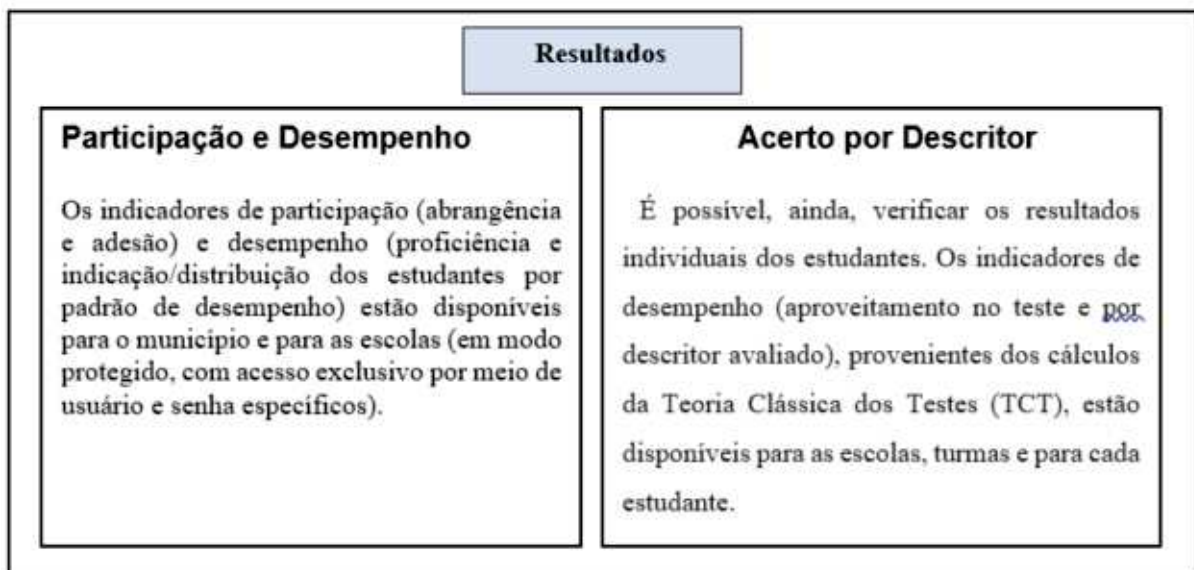


Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019b).

Através desta página, é possível conhecer um breve histórico do SIMAE/SL, as matrizes de referência, por ano e componente curricular, e as escalas interativas¹⁷ de Língua Portuguesa e Matemática do 5º e 9º anos.

Dando continuidade à apresentação, a opção “Resultados” possibilita uma análise detalhada da participação e desempenho dos estudantes da Rede, conforme mostra a Figura 4:

Figura 4 - Apresentação do Portal – Opção “Resultados”



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019b).

O acesso aos resultados é de acordo com a edição: Avaliação Somativa (2018) e Avaliação Diagnóstica (2017), o que é permitido somente com a senha, conforme já mencionado. A Figura 5 ilustra a página de acesso:

¹⁷ Escalas Interativas: ferramenta do Portal que possibilita a caracterização detalhada de todas as habilidades de cada nível de proficiência.

Figura 5 - Apresentação do Portal – Opção “Resultados-Participação-Desempenho-Senha-Projeto”



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019b).

Percebe-se, portanto, que as informações relacionadas, especificamente aos resultados, ficam restritas àqueles que possuem senha de acesso, limitando, em alguns casos, a leitura dos dados pelos coordenadores e professores. No entanto, é observado em outros municípios com sistemas próprios de avaliação que essa senha é igualmente entregue ao gestor escolar, justificado pelo papel de liderança, sendo considerado o “principal responsável pela escola, tem a visão de conjunto, integra e articula os vários setores” (MACHADO 2012, p. 74).

Na sequência, a Figura 6 demonstra acesso aos resultados da escola, por ano, turma e disciplina:

Figura 6 - Apresentação do Portal “Filtro de Pesquisa por Resultado”

2º) Selecione, a “Etapa” e a “Disciplina”.

Filtro de Pesquisa de Resultado(s) Escola

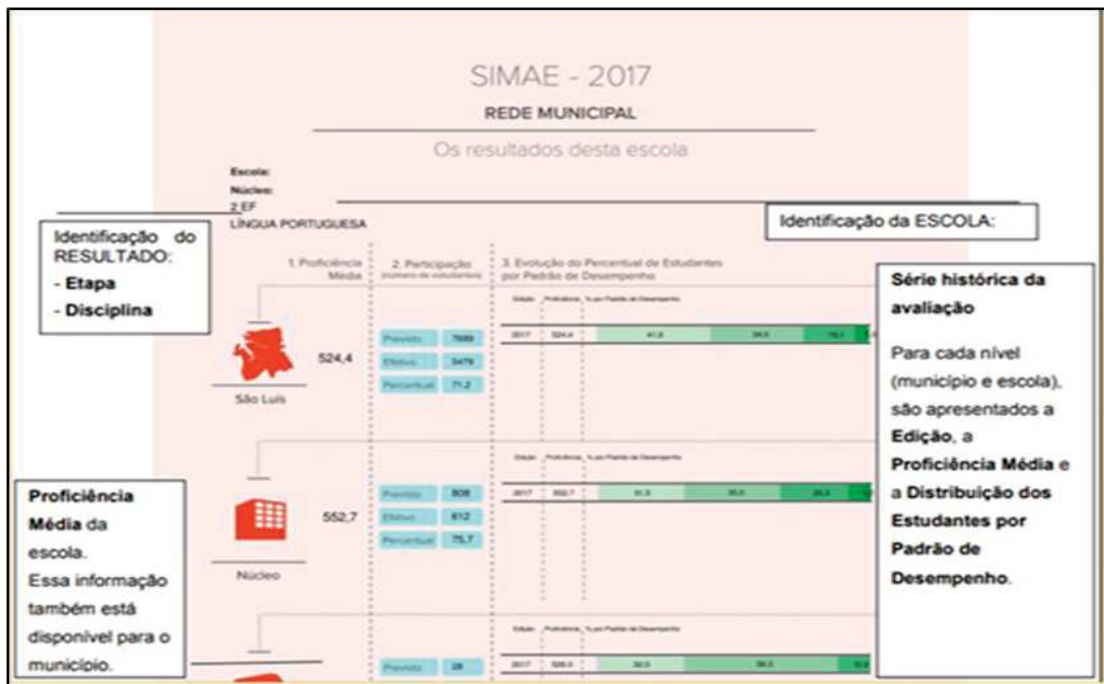
Projeto	SIMAE 2017 - AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	▼
Nível	ENSINO REGULAR	▼
Rede	MUNICIPAL	▼
Regional		▼
Município	SAO LUIS	▼
Escola		▼
Etapa		▼
Disciplina		▼

[Sair](#)

Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019b).

Quando o acesso é realizado com a senha de uma escola, os campos (rede, regional, município e escola) são preenchidos automaticamente, uma vez que cada escola visualiza somente o seu resultado, evitando, portanto, comparações e ranqueamento, gerando, assim, os resultados detalhados, por disciplina, ano e turma, demonstrados na Figura 7:

Figura 7 - Apresentação do Portal “Resultados da Escola”



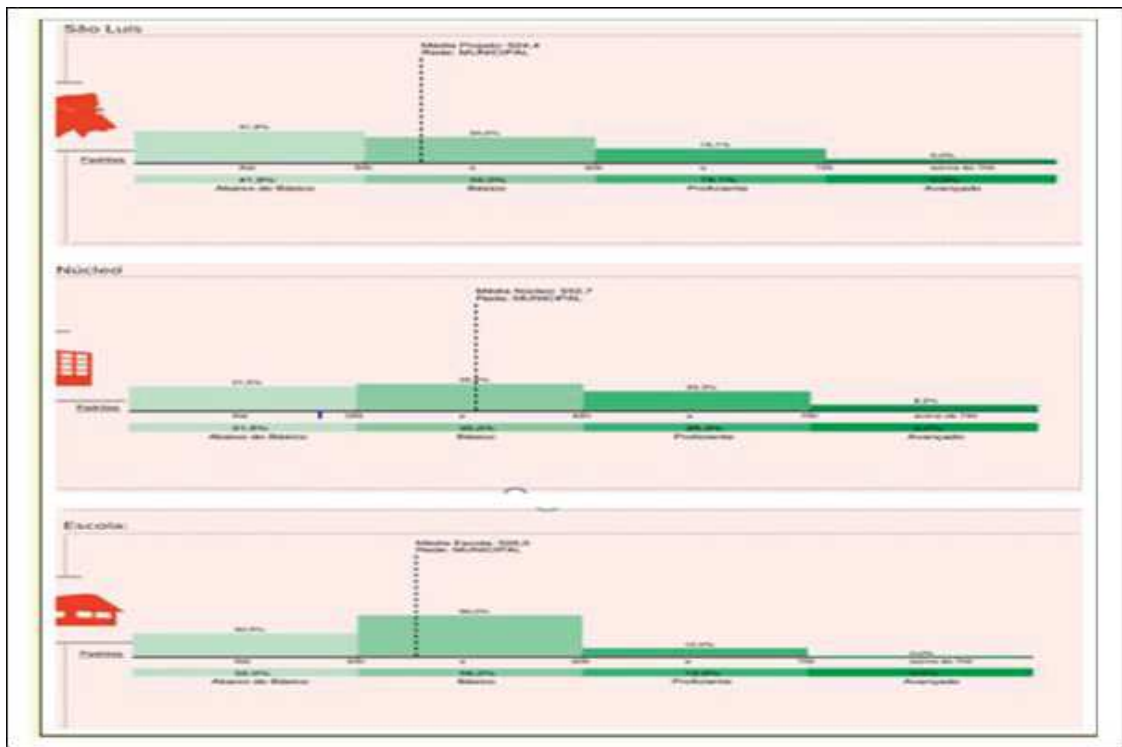
Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019b).

Nesta página é possível observar três informações: a participação, a proficiência média

e a evolução do percentual de estudantes por padrão de desempenho. Tais informações são referentes a São Luís, ao núcleo e à escola.

Uma análise que merece atenção é a visualização da distribuição dos estudantes da escola por padrão de desempenho, relacionando com o universo maior, uma vez que possibilita um olhar sobre a equidade do ensino da Rede. A esse respeito, Soligo (2010, p. 13) afirma que, ao analisar os dados da escola e compará-los, no caso, com os resultados da Rede, do núcleo e até entre as turmas da própria unidade de ensino, “essas diferenças precisam ser diminuídas, não por nivelamento pelos menores índices, mas pela melhoria da qualidade da educação”. Diante dessa premissa, a Figura 8 representa a análise da distribuição dos estudantes por padrão de desempenho:

Figura 8 - Distribuição por Padrões de Desempenho (Município-Núcleo-Escola)



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019b).

Desta forma, conhecer a proficiência média da escola é importante, mas a análise não se esgota nesse contexto, uma vez que “observando apenas o resultado médio alcançado, corre-se o risco de ser indiferente aos resultados obtidos por alunos que apresentam maiores insuficiências na aprendizagem. Isso porque a média escamoteia as diferenças de desempenho” (BLASIS, 2013, p. 256). Nessa perspectiva, o Portal apresenta essa possibilidade de consulta aos resultados por alunos, conforme a Figura 9:

Figura 9 - Apresentação do Portal “Resultados por Aluno”

Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019b).

Da mesma forma, para acessar os resultados da escola, os resultados dos estudantes só podem ser analisados mediante a posse de senha que foi entregue ao gestor escolar. Posteriormente, os dados são gerados, sendo possível a análise por aluno e o descritor mais acertado, bem como as habilidades que são exigidas em cada um deles.

Sem minimizar a importância das outras informações, esse momento da formação diz respeito, diretamente, ao aprendizado dos estudantes. Com esses dados, os professores têm a possibilidade de “orientar os processos de mudanças na prática pedagógica” (FONTANIVE, 2013, p. 90). Momento esse que é, ou deveria ser cuidadosamente explorado, pelo coordenador na escola. O desafio do NAE, diante dessa necessidade, está em divulgar os resultados, possibilitando a apropriação para que a equipe gestora compreenda os estudantes e a escola através dos resultados e, mais além, multiplicar esse entendimento para os professores, para que, conforme Fontanive (2013, p. 90), “sejam capazes de transpor as descrições das proficiências para prática cotidiana, associando as habilidades apresentadas nos pontos das escalas aos enunciados objetivos de seus programas de ensino, tão familiares para eles”.

Em uma análise mais detalhada, a Figura 10 apresenta a tela com a indicação dos

descritores avaliados, o número de acertos e o número de itens apresentados de cada descritor para cada estudante:

Figura 10 - Apresentação do Portal “Resultados por Aluno e Acerto por Descritor”

D09	D10	D11	D12	D13	D14
1	1	2	1	2	1

Passando o cursor sobre o descritor, é possível conhecer as habilidades

Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019b).

A metodologia utilizada pelos técnicos da SEMED e gestores da Rede para conhecer os resultados, através do Portal, é a mesma: o acesso se dá através de uma senha e com a possibilidade de analisar o município, por núcleo, escolas e alunos. Para Blasis (2013),

as informações produzidas pelos testes fornecem pistas para lançarmos o olhar avaliativo sobre os diversos âmbitos da organização educacional, uma vez que apontam problemas/ou necessidades que incidem tanto na ação dos professores em sala de aula como na gestão da escola e nas diretrizes e intervenções da secretaria de educação. (BLASIS, 2013, p. 256).

Destarte, o Portal, na opção “coleção”, traz as revistas pedagógicas com a apresentação do SIMAE, inclusive conceituando todos os termos utilizados, indicando as estratégias para apropriação dos resultados, fichas de registros e análises: da participação nos anos avaliados, da proficiência média da escola, da distribuição dos estudantes por padrão de desempenho estudantil e dos percentuais de acertos por descritor. As revistas são específicas para o gestor da Rede, gestores das escolas e professores, que, além de estarem no Portal, foram distribuídas para utilização na escola. A Figura 11 ilustra a disposição das revistas pedagógicas no ambiente virtual:

Figura 11 - Apresentação do Portal “Coleção - Revistas Pedagógicas”



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019b).

Finalmente, outro material que o NAE utiliza como ferramenta no processo de divulgação é o denominado “protocolo” – um caderno impresso que possibilita uma análise minuciosa dos dados das escolas, disponibilizados também no portal. Nesse momento, a equipe gestora pesquisa os dados de suas respectivas escolas e registra de acordo com o protocolo. No entanto, alguns fatores dificultam essa proposta, como: os coordenadores são organizados em grupos, sendo entregue um caderno de protocolo por grupo, e como o espaço físico não possibilita acesso à internet, o Portal não é explorado e as informações são retiradas de um material previamente impresso, com informações de uma escola escolhida aleatoriamente. E, ao concluírem a pesquisa, um representante do grupo apresenta as análises. Enfim, o fato de ser apenas um caderno para o grupo causa dispersão e resulta na participação efetiva de um ou dois membros na execução da atividade e, principalmente, o uso do portal para pesquisa não se efetiva.

Portanto, mesmo diante da possibilidade de conhecer detalhadamente o desempenho dos estudantes, tanto por meio do Portal, como através de encontros formativos para divulgação dos resultados, os atores educacionais ainda têm dificuldades de acesso e entendimento dos dados

das avaliações externas. Dessa maneira, entende-se que uma divulgação pedagógica que resulte na apropriação dos resultados se configura um elemento inicial de mobilização na busca por uma educação pública de qualidade e o caminho para modificação da realidade do Sistema Educacional de São Luís.

Após a descrição e a análise dos instrumentos e ações de divulgação dos resultados do SIMAE, evidenciaram-se fragilidades que dificultam a apropriação, e conforme Blasis (2013):

As informações produzidas pelas avaliações externas ainda não são suficientemente exploradas como subsídio para a gestão educacional e o trabalho pedagógico. Observando-se as dificuldades para compreensão e o uso dos resultados dos testes padronizados pelos profissionais da educação o que indica a necessidade de trabalho direcionado para atender essa demanda, tanto por parte de escolas como de secretarias de educação. (BLASSIS, 2013, p. 253).

O Quadro 6 sintetiza os principais achados que serão discutidos detalhadamente no próximo capítulo:

Quadro 6 - Síntese das Evidências

Evidências	Problemas do binômio divulgação-apropriação
Centralização do processo de divulgação em um único setor (NAE).	Ausência de envolvimento dos técnicos no processo de avaliação e seus resultados.
Oficinas de divulgação de resultados num formato único para públicos diferentes.	Dificuldades de entendimento dos resultados e consequente apropriação;
Ausência de planejamento das ações a partir dos resultados das avaliações do SIMAE.	Pouca utilização dos resultados para tomada de decisões.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Diante das evidências, é notória a fragilidade no que diz respeito à apropriação dos resultados do SIMAE pelos técnicos da administração central. A partir dessa questão, o próximo capítulo se propõe a analisar como os atores responsáveis pela implementação e a divulgação/apropriação dos resultados do SIMAE percebem as evidências destacadas no Quadro 6.

3 ANÁLISE DO MATERIAL E DO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAE

A instituição do SAEB, na década de 1990, impulsionou a adoção de sistemas de avaliação externa pelos entes subnacionais. O país passou a priorizar a qualidade do ensino, além da necessidade de universalização da oferta. A implantação dos sistemas próprios de avaliação teve razões múltiplas, dentre as quais se destacam: a) a necessidade de informações sobre o aprendizado que possibilitasse o planejamento e implementação de intervenções em um tempo adequado à necessidade da Rede; b) o universo e público-alvo definido pelas especificidades do ente.

É consenso entre os autores que escrevem sobre avaliação que seu objetivo primeiro é:

fornecer informações sobre o desempenho e resultados dos sistemas educativos para gestores educacionais e de ensino. (MACHADO, 2012, p. 71).
Fornecer às autoridades educacionais e demais interessados respostas sobre a qualidade da educação oferecida aos alunos pelas nações, estados e municípios ou determinada rede escolar. (FONTANIVE, 2013, p. 85).
Pretende servir de diagnóstico educacional com base no monitoramento dos resultados dos alunos. (GIMENES *et al.*, 2013, p. 17).
Fornecer diferentes informações sobre o estudante e sobre o contexto no qual a instituição está inserida. (SANTANA, 2019, p. 41)
Compreender melhor a realidade e, dessa forma, atuar sobre ela, dentro dos limites impostos pelos instrumentos utilizados. (HORTA NETO, 2010, p. 89).

O investimento em sistemas próprios de avaliação externa exige dos órgãos o esforço de reorganização de gestão, normas, instrumentos, tecnologia, processos, valores e pressupostos fundamentais de forma que faça valer as evidências das avaliações na construção e implementação da política educacional, conforme explicitado por Machado (2012, p. 73), uma vez que as avaliações só fazem sentido “quando desencadeiam as outras etapas necessárias para a efetivação da avaliação externa: a interpretação dos dados e o uso dos resultados no trabalho das escolas”.

Seguindo essa tendência nacional, a SEMED implantou o SIMAE e está consolidando uma cultura de avaliação externa, entendendo, conforme Soligo (2010), que o uso dos resultados não significa “a ignorância do restante do processo de ensino aprendizagem, mas sim o aprimoramento a partir de dados concretos, ainda que parciais, sobre as condições da qualidade do ensino nas escolas e sistemas de ensino”. (SOLIGO, 2010, p. 13).

Assim, os resultados obtidos pelas avaliações externas são evidências que devem

influenciar as ações educativas. Para tanto, tais resultados precisam ser divulgados e apropriados pelo coletivo que constituem a Rede educacional. Nessa perspectiva, este capítulo apresenta a concepção teórica sobre ciclo de políticas públicas e as etapas da política educacional de São Luís, ressaltando os efeitos da avaliação na Rede educacional e sua influência na transformação dos resultados do aprendizado, contribuindo para a mudança da realidade social de São Luís.

Na sequência, é feita a apresentação, a análise e a comparação com a experiência de Teresina, possibilitando o conhecimento de outra realidade, permitindo, assim, uma comparação entre os materiais utilizados e os processos de divulgação-apropriação dos resultados.

A seção 3.3 aborda as estratégias utilizadas na construção deste caso de gestão a partir do referencial teórico utilizado para estruturação das ideias, bem como a caracterização da pesquisa, os instrumentos utilizados para coleta de dados e público-alvo.

Finalmente, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo sobre a divulgação e a apropriação de resultados dos municípios de São Luís e Teresina. Tal comparação permite entendermos as estratégias e processos de forma a fundamentar a construção de propostas para o avanço da construção e implementação da política educacional de São Luís com base na avaliação do desempenho.

3.1 POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO E SUAS ETAPAS

A política pública educacional pode ser entendida utilizando o ciclo das políticas públicas para a sua compreensão. De acordo com Abrucio (1998), o ciclo de políticas é constituído pelas seguintes etapas: a) identificação do problema; b) formação da agenda; c) formulação de alternativas; d) tomada de decisão; e) implementação; f) **avaliação**; e g) extinção. No que tange à avaliação, o autor expõe:

a avaliação da política pública é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”. (ANDERSON, 1979, p. 711 apud ABRUCIO, 1998).

Saravia (2006), ao explicar sobre o processo de política pública, afirma:

as etapas normalmente consideradas em matéria de política pública –

formulação, implementação e avaliação. [...] A avaliação, que consiste na mensuração e análise, a posteriori, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas. (SARAVIA, 2006, p. 22).

Assim, é possível considerar que a avaliação é caracterizada como uma das etapas do ciclo de políticas públicas¹⁸. Ainda mais, as avaliações estão relacionadas ao impacto das políticas públicas na sociedade. Gertler *et al.* (2012), ao tratar de avaliação, afirma que:

as avaliações de impacto fazem parte de uma agenda mais ampla da formulação de políticas baseadas em evidências. Essa crescente tendência global é marcada por uma mudança no enfoque, que passou dos insumos para os resultados, e está reformulando as políticas públicas. O foco nos resultados está sendo usado não apenas para definir e monitorar metas nacionais e internacionais, mas os resultados estão, cada vez mais, sendo usados e exigidos por gestores de programas para aperfeiçoar a prestação de contas, determinar a alocação orçamentária e orientar o modelo dos programas e as decisões relacionadas às políticas... Simplificando, uma avaliação de impacto estima as mudanças no bem-estar dos indivíduos que podem ser atribuídas a um projeto, política pública ou programa específico. O enfoque na atribuição do resultado é o selo distintivo das avaliações de impacto. Igualmente, seu desafio central é identificar a relação causal entre o programa ou a política e os resultados de interesse. (GERTLER *et al.*, 2012, p. 3).

Em publicação da Presidência da República que versa sobre avaliação de política pública, encontrou-se como conceituação e finalidade:

a avaliação de políticas públicas, executada como um processo sistemático, integrado e institucionalizado, tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos e, quando necessário, identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão. (BRASIL, 2018a, p. 14).

Em ambas as concepções de avaliação, observa-se o direcionamento do foco da avaliação para o resultado da política pública como relevante para o aperfeiçoamento dessa política. Nesse sentido, a avaliação da política educacional ganha outra dimensão, pois a “discussão da avaliação abrange um amplo leque de questões de natureza técnica e, para além delas, implicações de ordem política, pois que está intimamente vinculada às políticas públicas de educação” (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 796).

¹⁸ Avaliação das Políticas Públicas: as avaliações externas são consideradas uma das etapas do ciclo de políticas, uma vez que avalia a política educacional.

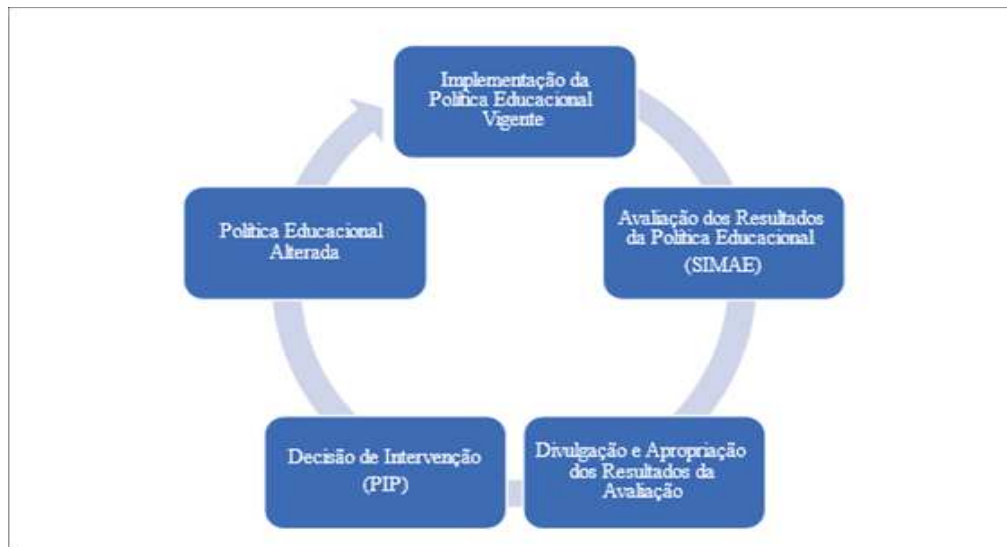
Especificamente no que diz respeito ao SIMAE, entende-se que se trata da avaliação do resultado da política educacional do município de São Luís, consubstanciado no desempenho dos alunos. Esse resultado sintetiza um conjunto de fatores, inclusive contextuais, que influenciam o desempenho desse alunado. A identificação das relações causais desse desempenho é um exercício permanente. Logo, o SIMAE, enquanto sistema de avaliação, insere-se como instrumento e meio pelo qual o promotor e responsável pela política educacional obtém evidências que induzem a racionalidade no planejamento, decisão e implementação de ações no âmbito da política. Assim, a adoção e implementação do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) foi uma ação de intervenção que se deu a partir do processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE.

A experiência do PIP em Minas Gerais, segundo Brooke (2015, p. 361), seja “talvez o exemplo mais acabado de uma política de formação continuada formulada a partir dos resultados de avaliação externa”, e ainda assevera:

essa dimensão do uso dos resultados das avaliações parece estar em expansão. Na medida em que os instrumentos usados começam a favorecer informações sobre alunos individuais e vir acompanhados de materiais curriculares que procuram estabelecer consenso sobre os conteúdos a serem ensinados, pode-se prever a diversificação ainda maior de iniciativas desta natureza. (BROOKE, 2015, p. 362).

Assim, o PIP tem dupla relevância para este estudo de caso: primeiro, por ser fundamentado em resultados de avaliação e, depois, por constituir uma intervenção pedagógica sistêmica, planejada e executada em larga escala na Rede de ensino. O plano e sua implantação exemplificam a relação entre avaliação da política educacional de São Luís, divulgação/apropriação dos resultados, formação continuada do professor, sua ação em sala de aula e atenção específica ao estudante, como representado no Diagrama 5:

Diagrama 5 - Avaliação da Política Educacional de São Luís



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As avaliações, em especial as avaliações externas, constituem, assim, um ponto existente dentro do ciclo de análise das políticas públicas. Ao tempo em que apresentam o resultado da política educacional empreendida num determinado período, compõem o fundamento para a revisão dessa política. As avaliações em larga escala colocam em cena seu próprio ciclo de políticas e auxiliam o processo de demais políticas tendo elementos para (re)pensar outras políticas.

As avaliações externas observam um método e metodologia para perceber e aferir um determinado comportamento social, no caso, o desempenho dos alunos. Desse ponto de vista, a avaliação pode ser vista como uma pesquisa social e, assim, a divulgação dos resultados dessa avaliação pode ser abordada a partir dos mesmos conceitos utilizados para a divulgação da pesquisa científica. Aparentemente de conceituação simples, a divulgação, segundo Silva (2006, p. 56, grifo nosso), está “longe de designar um tipo específico de texto, está relacionado à forma como o conhecimento científico é produzido, como ele é formulado e como ele circula numa sociedade como a nossa”.

Corroborando esse ponto de vista, Bueno (2010) ressalta que

a divulgação científica cumpre função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica. Contribui, portanto, para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu trabalho. [...] A divulgação científica compreende a “[...] utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo. Embora

os conceitos exibam características comuns, visto que ambos se reportam à difusão de informações em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), eles pressupõem, em sua práxis, aspectos bastante distintos e que necessitam ser enunciados. Incluem-se, entre eles, o perfil do público, o nível de discurso, a natureza dos canais ou ambientes utilizados para sua veiculação e a intenção explícita de cada processo em particular. (BUENO, 2010, p. 1).

Assim, a divulgação científica e a divulgação dos resultados da pesquisa social sobre o desempenho dos estudantes têm a função de democratizar o acesso a esse conhecimento, envolvendo um público amplo que requer, em determinadas situações, um processo de “alfabetização” para a compreensão do rigor da linguagem e, ainda, uma decodificação e linguagem associada a cada um dos públicos.

Para uma compreensão de apropriação, podemos nos valer do escrito por Simões e Gouveia (2011), adaptando o conceito de apropriação tecnológica para os resultados da avaliação do SIMAE:

apropriar-se de uma tecnologia vai para além do simples saber usar com destreza e mestria um dado utensílio, ou conjunto de utensílios. Uma pessoa domina uma ferramenta quando possui a capacidade para usá-la. No entanto, apenas se apropria dessa ferramenta quando desenvolveu competências que lhe permitem usar essa ferramenta num contexto social, de forma cada vez mais aperfeiçoada e eficaz. (SIMÕES; GOUVEIA, 2011, p. 65).

Ainda, podemos utilizar dos ensinamentos de Buzato (2016) ao analisar a apropriação tecnológica:

apropriação pode ser entendida como internalização, no sentido vigotskiano, ou seja, as tecnologias são elementos externos que carregam habilidades e conhecimentos culturais passíveis de serem transmitidos para dentro do indivíduo, produzindo mudanças internas nele. Em um segundo sentido, a apropriação pode ser vista como transformação, isto é, a tecnologia. Em um terceiro sentido, que nos interessa mais diretamente, Rogoff (1995) toma os processos individuais, interpessoais e socioculturais como mutuamente constitutivos por meio do conceito de apropriação participativa (*participatory appropriation*). Trata-se, nesse caso, de postular que, ao participarem de atividades em que a tecnologia é relevante, as pessoas adaptam e modificam o significado da mesma, por meio da interação social (negociação de sentidos) em torno de seus usos; mas também de que, ao fazê-lo, as pessoas vão transformando a si mesmas. Apropriação, portanto, passa de uma precondição a um sinônimo de transformação. Apropriar-se é igual a tornar-se (*becoming*). (BUZATO, 2016, p. 288).

Nas referências supramencionadas, a apropriação está associada à ação de transformação. Assim, vai do compreender para a transformação. Extrapolando o conceito de apropriação tecnológica para o âmbito dos resultados do SIMAE, é possível concluir que a apropriação se utiliza dos resultados divulgados e da democratização do conhecimento para a formulação e implementação de ações públicas que promovam transformação para a melhoria da aprendizagem.

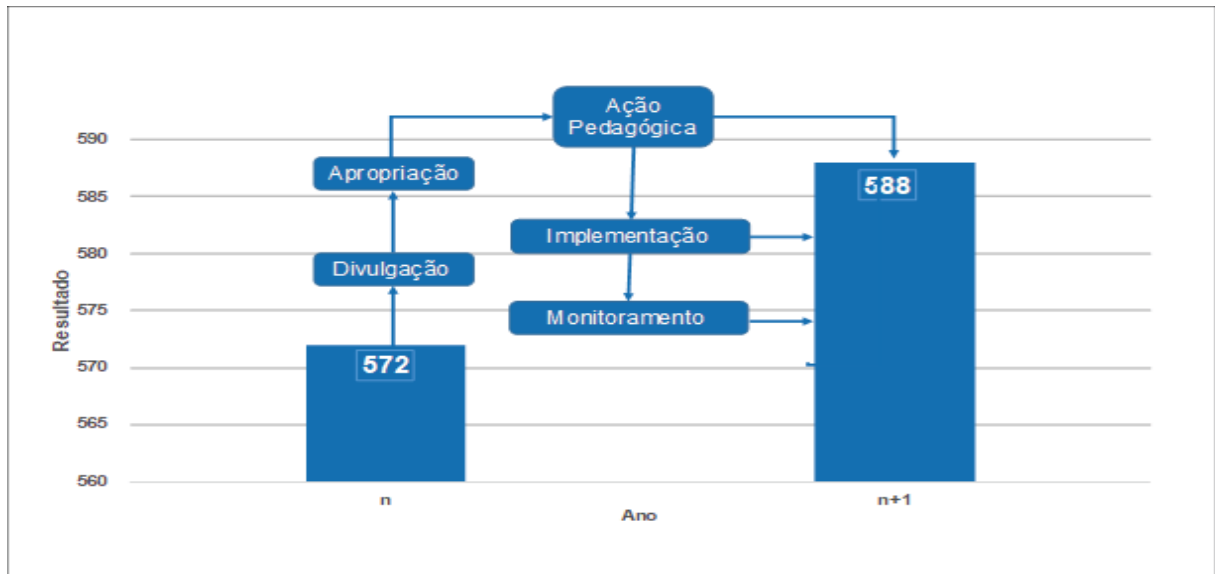
Reforçando esse entendimento, Machado (2012, p. 73) afirma que a avaliação só tem sentido e alcança seus objetivos quando os resultados “são utilizados na análise coletiva da realidade escolar e no direcionamento de ações e alternativas para enfrentar as dificuldades vividas no ensino aprendizagem”. Ainda de acordo com essa concepção de apropriação associada à transformação, Sousa e Oliveira (2010) são categóricos em afirmar:

ao realizar determinado processo avaliativo, espera-se, explicitamente, verificar quão distante se está da situação desejável e, a partir daí, definir elementos para modificar a situação em direção ao padrão desejado. Além disso, a avaliação pode também possibilitar a emergências de propostas de redirecionamento ou transformação da situação avaliada. (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 801).

Nessa perspectiva, Fontanive (2013) afirma que a divulgação dos resultados de avaliações externas ainda encontra grandes desafios na busca de “formas eficazes de divulgação” que permitam o entendimento das informações trazidas pelos testes e que resultem em ações efetivas que elevem a qualidade do ensino. Para Blasis (2013), o objetivo principal da avaliação externa é avançar em relação à aprendizagem, o que possibilita a elevação do desempenho dos estudantes, o que só é possível com a apropriação dos resultados – “compreendê-los em profundidade” – pois não basta informar os resultados, “faz-se necessário formar opiniões e indivíduos capacitados para problematizar o processo e os resultados” (SOLIGO, 2010, p. 7).

Com fundamento nesse referencial, a Figura 12, a seguir, ilustra o processo contínuo que se adotou para ilustrar a dinâmica entre divulgação dos resultados do SIMAE e a apropriação desses resultados. Sendo 572 a pontuação obtida na avaliação do ano “n”, o resultado será divulgado e a apropriação deve resultar no planejamento da ação pedagógica para que se obtenha no ano “n+1”, o resultado esperado. A ação pedagógica será implementada com monitoramento para que alcance ou se ultrapasse o resultado desejado em “n+1”. Tal ciclo deve se repetir continuamente, como um processo permanente que busca a qualidade do desempenho dos alunos.

Figura 12 - Dinâmica: Divulgação-Apropriação



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Além disso, é mister mais uma vez destacar que a divulgação deve ser orientada para públicos distintos no âmbito da SEMED e fora desse âmbito, inclusive para a sociedade. Além disso, quanto mais a divulgação for atrelada aos programas e ações da política educacional que deram origem aos resultados, as apropriações se alinharão às evidências.

3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Uma vez apresentada a fundamentação teórica que alicerça esta pesquisa entendida como: “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados” (GIL, 1999, p. 17).

A pesquisa é estruturada como estudo de caso, numa abordagem qualitativa que “examina acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes” (YIN, 2004, p. 27). Duas características marcam a natureza dessa pesquisa, o pesquisador não controla os fatores relevantes tais como: a natureza dos processos, o comportamento dos atores e as normas, descaracterizando evidências experimentais, bem como descreve e analisa fatos, eventos, estruturas e processos contemporâneos capazes, inclusive, de serem aprofundados e confirmados através de pesquisa de campo e entrevistas com atores que vivenciaram os eventos. Ainda de acordo com o autor, este estudo de caso, por

investigar duas realidades, no caso os municípios de São Luís e Teresina, configura-se como do “Tipo 2”, sendo, portanto, um estudo de caso único com duas unidades de análise. O fenômeno a ser observado é o processo de divulgação e apropriação de resultados da avaliação externa. A abordagem qualitativa “se caracteriza ao fazer uma questão ‘como’ ou ‘por que’ sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle” (YIN, 2004, p. 28). Assim, as etapas de construção da investigação visam a responder a “como” acontece o processo de divulgação e de apropriação dos resultados do SIMAE, contribuindo para elevar a qualidade de ensino da Rede municipal.

Quanto à postura do pesquisador, Duarte (2002, p. 152) recomenda que ele precisa “ter olhar e sensibilidade armados pela teoria, operando com conceitos e constructos do referencial teórico como se fosse o ‘Fio de Ariadne’, que orienta a entrada do labirinto e a saída dele, constituído pelos documentos gerados no trabalho de campo”.

O caso tem como foco a investigação da divulgação e a apropriação dos resultados da avaliação externa municipal de São Luís. Para isso, recorreremos como base de compreensão aos processos realizados pela própria cidade de São Luís e Teresina. Como uma das unidades de análise deste estudo de caso, foi escolhida a Rede municipal de educação de Teresina. A escolha por tal unidade da federação se deu em virtude de o município de Teresina ser capital de um estado nordestino com características socioeconômicas aproximadas às de São Luís e do Maranhão. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), em 2017 o Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita de São Luís foi de R\$ 27,2 mil, enquanto o de Teresina-PI foi de R\$ 22,5 mil e o de Fortaleza, de R\$ 23,4 mil. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹⁹ evoluiu de 0,562 em 1991 para 0,658 em 2000, e para 0,768 em 2010, correspondente a alto Índice de Desenvolvimento Humano. O IDHM de Teresina foi de 0,751 em 2010 e o de Fortaleza, 0,754, ambos inferiores ao de São Luís. O IDHM/Educação apresentou a seguinte evolução: 0,430 em 1991; 0,582 em 2000; e de 0,752 em 2010. Já o IDHM/Educação de Teresina foi de 0,707 em 2010 e o de Fortaleza, de 0,695, inferiores ao observado em São Luís.

A pesquisa coletou informações utilizando vários instrumentos e fontes, discriminados conforme a orientação de Gerhardt *et al.* (2009) no Quadro 7:

¹⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Quadro 7 - Instrumento de Coleta de Dados

Instrumentos	Caracterização
Pesquisa bibliográfica	Pesquisas em livros, dissertações e trabalhos científicos que tratam de Avaliações Externas, Sistemas Municipais de Avaliação em larga escala e Usos e Apropriação dos resultados dessas avaliações.
Pesquisa Documental	Para obtenção de informações sobre a SEMED-SL, principalmente na construção do histórico da Secretaria, foram utilizados documentos oficiais: a) de primeira mão: reportagens de jornais, fotos, cartas; b) de segunda mão: relatórios técnicos da SEMED, regimento interno.
Pesquisa eletrônica	Pesquisas em <i>home page e site</i> : SciELO, página eletrônica da PPGP.
Entrevista	Com a finalidade de conhecer como o gestor da Rede e demais técnicos da Secretaria conhecem e se apropriam (ou não) dos resultados das avaliações do SIMAE, no caso e São Luís, e do SAETHE, em Teresina.

Fonte: Gerhardt *et al.* (2009).

Além da pesquisa bibliográfica, o estudo pautou-se no uso de entrevistas com atores que vivenciaram as experiências de divulgação e apropriação de resultados nos dois municípios. Conforme definidas por Gil (1999, p. 117), as entrevistas são vistas “como uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Assim, para analisar como acontece a divulgação e apropriação dos resultados na SEMED e entender como os diferentes atores se apropriam desses dados, os sujeitos da investigação selecionados foram: o secretário municipal de educação que coordenou a pasta na época da implantação do Sistema, a coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional, a coordenadora do Centro de Formação do Educador (responsável pela formação dos gestores escolares e professores) e a coordenadora de formação dos coordenadores pedagógicos (responsável pela formação de coordenadores pedagógicos)²⁰.

Na sequência, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com a coordenadora do setor de avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Teresina (que respondeu às perguntas direcionadas ao Secretário Municipal de Educação à frente da Secretaria na época da implantação do SAETHE) e com a gerente do setor de formação e, visando preservar a identidade, os entrevistados serão identificados conforme apresentado no Quadro 8:

²⁰ Essas representações foram escolhidas para responderem à entrevista por suas respectivas posições e responsabilidades na Rede municipal de educação: o secretário, por ser responsável direto pela implantação do SIMAE; a coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional (NAE), responsável por todas as etapas da avaliação e pela divulgação dos resultados para as lideranças e técnicos da Secretaria; e as coordenadoras de formação, por possuírem a responsabilidade de serem multiplicadores dos resultados da avaliação para os coordenadores pedagógico e gestores escolares.

Quadro 8 - Identificação dos Entrevistados²¹

Profissional Entrevistado	Município	Código
Secretário Municipal de Educação	São Luís	SME
Coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional	São Luís	CNA
Coordenadora do Centro de Formação do Educador	São Luís	CCFE
Coordenadora de Formação dos Coordenadores Pedagógicos	São Luís	CFCP
Coordenadora do Setor de Avaliação	Teresina	CSA
Gerente de Formação Continuada	Teresina	GFC

Fonte: Elaborado pela autora (2021) a partir dos dados das entrevistas.

As entrevistas possibilitaram um conhecimento mais profundo acerca do contexto de implantação dos Sistemas de Avaliação investigados, sobre como se estruturam os processos de divulgação e apropriação dos resultados dessas avaliações nas respectivas Redes de ensino e, por fim, a utilização desses resultados para melhorar a educação ofertada pelos municípios.

O contexto pandêmico que assolou o mundo no ano de 2020 e o estado de alerta que se instalou na população em relação ao contágio pelo COVID 19, modificou as relações sociais e o contato entre as pessoas. Num cenário que requeria distanciamento social e seguindo a tendência de diálogo remoto, as entrevistas foram feitas utilizando uma plataforma digital o “*Google Meet*”. Esclarece-se que diante da necessidade de se conhecer as Redes de ensino dos dois municípios, as perguntas coincidiram, em sua grande maioria, e levaram os entrevistados a responderem sobre: a necessidade de implantação de um sistema próprio de avaliação pelo município, a concepção de avaliação externa e sua importância para o contexto educacional, como ocorre a divulgação e apropriação dos dados das avaliações pelos técnicos da Administração Central e como esses profissionais utilizam esses dados para o planejamento e execução dos seus trabalhos, tendo em vista o objetivo primeiro de uma avaliação externa, o de “auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas visando a melhoria da qualidade do ensino” (SOUSA, 2014, p. 409).

Assim, para melhor visualização e síntese das perguntas, bem como o objetivo de cada uma, foi elaborado o Quadro 9:

²¹ Para a caracterização dos entrevistados, utilizamos a sigla formada pelas iniciais das funções exercidas no contexto das respectivas Secretarias de Educação.

Quadro 9 - Temas e Objetivos das Entrevistas

Eixo	Tema da pergunta	Objetivo
01	Implantação do Sistema de Avaliação Municipal <ul style="list-style-type: none"> • Situação que motivou a implantação; • Importância do Sistema para o município. 	Conhecer a percepção dos atores e suas concepções sobre a avaliação externa e seus objetivos.
02	Processo de divulgação e apropriação dos resultados <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento acerca da divulgação dos resultados e os profissionais envolvidos nesse processo na Secretaria; • Responsáveis pelo processo de divulgação dos resultados na Administração Central; • Modificações do processo de divulgação e apropriação dos resultados ao longo dos anos; • Importância da divulgação e apropriação dos resultados para a qualidade da educação ofertada pelo município; • Fragilidades no processo de divulgação. 	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE na Administração Central e a contribuição para a melhoria da qualidade da educação.
03	Sobre a utilização dos resultados pelos profissionais da SEMED (e consequente apropriação) <ul style="list-style-type: none"> • Utilização dos resultados para o planejamento das ações; • Impacto dos resultados sobre as decisões; • Uso dos resultados para as iniciativas de formação. 	Perceber se os profissionais da Administração Central dialogam sobre os resultados e os utilizam como referência para seus respectivos planejamentos e efetivação de ações que impactem na realidade percebida através dos dados das avaliações.
04	Política de Responsabilização <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as políticas de responsabilização dos municípios; • Impactos da política de responsabilização no desempenho dos alunos e no sistema educacional da Rede municipal. 	Conhecer as políticas de responsabilização e as possíveis consequências para a Rede de ensino.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A proposta é conhecer e analisar as respostas dos entrevistados sobre as especificidades dos sistemas de avaliação dos municípios, tendo como referência as estratégias adotadas no município de Teresina, iniciando pelo contexto de implementação até os procedimentos de divulgação e apropriação pela Administração Central, identificando as estratégias que poderão

influenciar na qualidade da educação de São Luís. Para tanto, a seção seguinte apresenta as experiências de divulgação e apropriação verificadas nos municípios de São Luís e Teresina, numa perspectiva comparativa.

3.3 AS EXPERIÊNCIAS COMPARATIVAS DE DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÃO

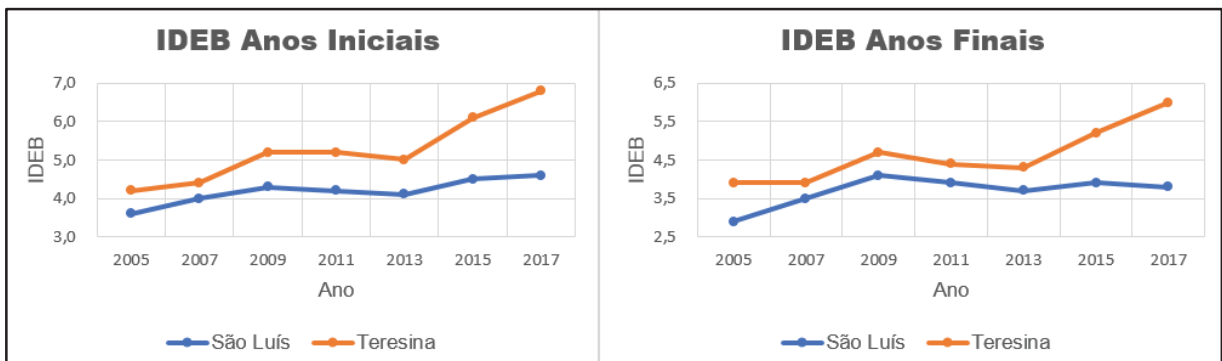
Como já mencionado, a política de avaliação externa no Brasil foi instrumentalizada pela legitimação do SAEB. Inspirados no SAEB, estados e municípios passaram a adotar sistemas próprios de avaliação externa, com justificativas como:

a menor periodicidade entre os ciclos avaliativos, a rapidez no acesso às informações e a possibilidade de desenho próprio da avaliação com vistas ao atendimento das necessidades específicas a partir do currículo de cada estado, colaborou para expansão dos sistemas estaduais de avaliação. (BURGOS; SANTOS; FERREIRA, 2012, p. 28).

Os sistemas próprios de avaliação têm características distintas do SAEB na temporalidade e na amostra de avaliação. Todavia, é significativo comparar as estratégias empíricas de divulgação e apropriação de resultados de diferentes unidades federadas, pois representam um mecanismo essencial de retroalimentação do processo de formulação da política educacional. Nesse sentido, este trabalho buscou comparar os processos referentes às Redes de educação dos municípios de São Luís e de Teresina.

Para efeito de referência, inicialmente destacamos que a Rede de Ensino Fundamental de Teresina tem IDEB superior ao da Rede municipal de São Luís, conforme pode ser observado no Gráfico 18:

Gráfico 18 - Comparação dos IDEB São Luís – Teresina



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em QEdu (2020).

A análise da série histórica dos Anos Iniciais demonstra que Teresina partiu de um indicador superior ao de São Luís e que nas duas últimas avaliações apresentou um aumento desse indicador.

Em relação aos Anos Finais, os marcos iniciais do IDEB apresentam as mesmas características dos Anos Iniciais de Teresina, partindo de um patamar superior, apresentando, em 2017, resultados superiores aos da Rede municipal de São Luís.

Os dois sistemas têm em comum o fato de se utilizarem de parcerias com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) para efetuarem suas avaliações externas, portanto se pressupõe um grau elevado de convergência metodológica e de informações a serem utilizadas no processo de divulgação-apropriação.

O Sistema de Avaliação Educacional de Teresina (SAETHE), implantado em 2014, foi analisado a partir da dissertação de Estegite Carvalho Leite Moura (MOURA, 2016), cujo título é “A utilização dos resultados das avaliações de larga escala pelos diretores das escolas municipais de Teresina”.

No contexto do município, o setor responsável pela avaliação é chamado de: “Divisão de Avaliação”, que, segundo a pesquisadora, possui um forte poder de articulação com os demais setores da Secretaria. Moura (2016) assevera:

a avaliação fornece subsídios aos diversos atores (gestores, professores, formadores) para a realização de intervenções, com vistas a melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, esta realidade concedeu à Divisão de Avaliação maior amplitude, assim como mais espaço no direcionamento das ações da SEMEC²². (MOURA, 2016, p. 23).

As avaliações do SAETHE possuem as características inerentes à avaliação externa e tanto a Administração Central quanto a Rede escolar já introjetaram que as avaliações externas têm como objetivo fornecer evidências, possibilitando ações diretas e eficazes sobre o contexto escolar. Assim, os resultados das avaliações são evidências utilizadas no planejamento das ações voltadas para a educação municipal. Logo, a divulgação se configura numa etapa relevante do processo avaliativo. A divulgação se dá: a) por meios eletrônicos, em que o gestor acessa utilizando uma senha (página do CAEd com resultados das escolas avaliadas, apresentando o desempenho por aluno, por turma, por escola de todos os anos de aplicação das provas); b) através de relatórios de participação e desempenho; c) disponibilização de revistas

²² Secretaria Municipal de Educação de Teresina.

pedagógicas que trazem itinerários que orientam a utilização dos resultados, apresentação de oficinas de divulgação e matrizes de referência; e d) realização de oficinas de divulgação.

Em Teresina, a divulgação tem início com o envio dos resultados pelo CAEd à Divisão de Avaliação, que os compartilha com a Secretaria de Educação. A Secretaria, coletivamente, planeja a divulgação para os gestores escolares. Em continuidade à ação de divulgação, a SEMEC divulga os dados em formações para os gestores da Rede, “ocasião em que os diretores conhecem e analisam os resultados de sua escola em relação à Rede e às demais escolas de sua zona” (MOURA, 2016, p. 53). No que concerne aos professores, Moura (2016) salienta:

para melhor compreensão, são organizadas oficinas com cada grupo de professores, por disciplina e série, para que possam visualizar nos dados as informações a serem apropriadas. Os encontros têm como coordenador dos trabalhos os professores formadores que são especialistas em língua portuguesa e matemática e desenvolvem o trabalho de formação com os professores da Rede. (MOURA, 2016, p. 53).

Além de conhecerem os resultados da Rede e das escolas, os professores participam de ações formativas no Centro de Formação, no tempo destinado ao planejamento. Segundo Moura (2016, p. 54), o planejamento classifica dois tipos de ações: a) escolas com deficiência, “aquelas em que os alunos apresentaram desempenho menos favorável”; e b) ações consideradas estruturantes, ou seja, para toda a Rede escolar.

A comunidade escolar tem acesso aos resultados pelo *site* e revistas pedagógicas. Os gestores pedagógicos, servidores efetivos eleitos para ocupar o cargo, interagem com os professores reforçando ainda mais a divulgação de resultados e planos de ação. O acompanhamento das escolas é feito por técnicos da Administração Central que desenvolvem ações estratégicas de formação, alcançando os profissionais inseridos no contexto escolar, conforme Moura (2016):

formação de todos os profissionais da escola de acordo com suas funções, necessidades e especificidades, oficinas para os professores fora da jornada de trabalho (pagando hora aula excedente), reforço para os alunos com baixo desempenho, organização de uma equipe de especialistas por área de ensino (língua portuguesa e matemática) nas quais os alunos são avaliados, além disso, há programas de ensino estruturados com foco na aprendizagem dos alunos em cada série. (MOURA, 2016, p. 58).

Com o objetivo de capacitar os gestores na interpretação dos resultados das avaliações, a SEMEC investe no “Curso de Gestão”, em que os gestores analisam os resultados de suas

escolas e planejam estratégias de intervenção.

Mesmo diante das ações informativas e formativas sobre avaliação externa, desempenho da Rede e política de valorização dos profissionais²³, Teresina se depara com desafios como: falta de interesse em conhecer os dados das escolas; alguns ainda não perceberam os resultados das avaliações externas como evidências para o planejamento e ações pedagógicas; dificuldades em entender a linguagem e os termos utilizados, bem como a interpretação dos gráficos; e até dificuldades relacionadas às tecnologias e uso do computador.

Em Teresina, o setor responsável pela avaliação compõe formalmente o organograma da Secretaria e desenvolve uma relação “simbiótica” com os outros setores organizacionais, que participam ativamente do processo de divulgação, inclusive como multiplicadores. Tal aspecto não é observado no município de São Luís, onde o Núcleo de Avaliação Educacional foi instituído em 2014 e ainda não foi incorporado formalmente ao organograma da SEMED, e observa-se que a relação com os outros setores precisa ser planejada, incentivada e efetivada.

No que concerne aos materiais produzidos pelo CAEd, nos dois municípios (São Luís, Teresina) possuem as mesmas características, a diferença está nos procedimentos adotados. Em Teresina, após receberem os resultados das avaliações, o setor responsável pela avaliação compartilha-os com os técnicos da Administração Central que, conjuntamente, traçam estratégias de divulgação para os gestores, pedagogos, professores e comunidade escolar, e todos podem assumir o papel de multiplicadores. Esse processo não é observado em São Luís.

Na contramão da discussão coletiva, no município de São Luís, o Secretário de Educação e o NAE recebem os resultados, ficando sob a responsabilidade do setor a divulgação para todo o sistema educacional. As estratégias não são definidas conjuntamente e não há engajamento coletivo tanto na ação multiplicadora quanto na formulação de planos de intervenção.

Mesmo existindo uma coordenação de formação²⁴, que possui um cronograma regular

²³ O Programa de Valorização do Mérito é uma política de incentivo destinada a todos os profissionais do magistério lotados nas escolas de Ensino Fundamental regular, com jornadas de 20 ou 40 horas semanais, e está atrelado ao IDEB adquirido pela escola. São considerados profissionais do magistério: diretor, vice-diretor, diretor-adjunto, pedagogo e professor do quadro efetivo e em exercício da docência. Assim, os profissionais do magistério lotados nas escolas classificadas, enquadradas nas categorias descritas no art. 3º desta lei receberão um bônus no valor anual de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) por profissional com jornada de 40 horas semanais e o valor anual de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por profissional com jornada de 20 horas semanais, distribuído em 24 (vinte e quatro) meses, com o pagamento da primeira parcela após 60 (sessenta) dias da divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

²⁴ A SEMED-SL conta com duas Coordenações de Formação: uma “Formação de Coordenadores”,

de ações formativas, sempre que a pauta envolve “avaliação externa” são os técnicos do núcleo de avaliação que assumem a formação. Não existe um momento formativo, regular e aprofundado com os formadores, técnicos de acompanhamento e diretores de núcleo. Esse público “se encaixa” na formação dos gestores e coordenadores, estando na constante condição de “aprendizes”, e ainda não assumiram os resultados como norteadores no seu trabalho e como multiplicadores nas escolas. Ainda em relação às coordenações de formação, estas possuem um calendário de formação, mas não dialogam com o NAE.

Outra diferença diz respeito à divulgação para os professores. Em São Luís, essa divulgação é de responsabilidade da equipe gestora das escolas, que tomam conhecimento dos resultados em reuniões promovidas pelo NAE. Em Teresina, existe uma cultura formativa estabelecida na Rede de ensino na qual os professores, regularmente, apropriam-se dos resultados e, a partir deles, planejam sua ação pedagógica. Em São Luís essa cultura ainda é incipiente.

Assim, em virtude do pouco tempo de implantação, o NAE ainda precisa avançar em relação à abrangência do público-alvo no que diz respeito à divulgação dos dados, estreitando a relação com outros técnicos da SEMED para que atuem junto às escolas como multiplicadores dos resultados, uma vez que todas as ações devem convergir para um único objetivo: promover uma educação de qualidade aos estudantes de São Luís. Portanto, a responsabilidade e o compromisso dependem de todos, não de um setor.

Por fim, o Quadro 10 resume as principais características encontradas nos sistemas de avaliações dos entes, no que se refere à estrutura e processos de divulgação-apropriação e gestão:

ligada à Secretaria adjunta de ensino, com professores formadores que atuam junto aos coordenadores pedagógicos da escola, e outra, “Formação de Gestores”, ligadas ao secretário de educação, cujo público-alvo são os gestores e professores.

Quadro 10 - Características do Processo de Divulgação-Apropriação e Gestão dos Resultados em São Luís e Teresina

Características	São Luís	Teresina
Parceria técnica externa para a avaliação	Sim	Sim
Setor administrativo para avaliação	Sim	Sim
Estratégias de divulgação	Centralizada	Compartilhada
Avaliação no órgão central	Específica (resultados)	Compartilhada (resultados e intervenção pedagógica)
Avaliação compartilhada com as escolas	Sim (resultados)	Sim (resultados e intervenção pedagógica)
Página eletrônica para divulgação	Sim	Sim
Material impresso (revistas)	Sim	Sim
Formação de gestores escolares	Sim	Sim
Monitoramento sistêmico das intervenções pedagógicas	Sim (apenas o PIP)	Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Analisando-se o quadro, é possível perceber as diferenças entre os processos de divulgação e apropriação dos resultados em São Luís e em Teresina, tais como: a) a definição da estratégia para a divulgação dos resultados; b) a gestão das informações dos resultados na Administração Central dos sistemas; c) a divulgação dos resultados associada fortemente a processos de apropriação; d) a formação de gestores direcionada para a compreensão, interpretação e utilização dos resultados da avaliação; e e) o monitoramento das propostas de intervenção pedagógicas formuladas a partir do processo de divulgação-apropriação dos resultados.

Percebe-se, portanto, que as estratégias de divulgação dos municípios são similares quando estão relacionadas ao parceiro externo, neste caso o CAEd (principalmente em relação aos recursos digitais – portal de informações) e impressos (revistas pedagógicas). No entanto, os processos de divulgação são distintos. Em Teresina, o processo é marcado por ações participativas e cooperativas. Isso é evidenciado tanto no processo de divulgação que permeia a estrutura organizacional e é atribuído a atores diferenciados, quanto na apropriação cujo processo é conduzido pela Administração Central, mas com ampla participação e cooperação de atores diferenciados. Para tanto, são realizadas oficinas de trabalho com a presença de unidades e atores diferenciados, tanto da Administração Central quanto das unidades de ensino. A participação de atores distintos agrega visões diferenciadas de acordo com cada especialização, e a junção desses esforços de caráter multidisciplinar agrega valor e potencializa a discussão.

Em São Luís, as estratégias e o processo de divulgação são centralizados no NAE, único

responsável pela ação no âmbito da SEMED. A divulgação se faz por meio de reuniões em que são apresentados os resultados para os gestores e coordenadores pedagógicos. Nessas reuniões, as apropriações não são aprofundadas ao ponto de serem formuladas estratégias e propostas de intervenção coletiva. Essa formulação é de responsabilidade das escolas, enquanto a concepção de intervenções sistêmicas é concebida unicamente pela Administração Central.

Assim ao comparar as estratégias de divulgação e apropriação de São Luís e Teresina constata-se modelos diferentes de gestão da divulgação e apropriação de resultados. Resumidamente, Teresina adota uma modelagem que utiliza uma construção em rede, ao passo que em São Luís essa modelagem é hierárquica, como evidenciada nas entrevistas na seção seguinte.

3.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SOBRE OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE SÃO LUÍS (SIMAE) E TERESINA (SAETHE)

A adoção da avaliação externa pelos entes subnacionais enseja a realização de estudos e pesquisas sobre o processo e o impacto dessas avaliações sobre a construção da política educacional voltada para a melhoria da qualidade do ensino. Conforme abordagem anterior, a avaliação só cumpre a sua finalidade quando democratiza os resultados e se torna transformadora. Com esse fundamento, a compreensão de como ocorre a divulgação, a democratização do conhecimento e a apropriação, o entendimento e a utilização dos dados constituem a questão central deste estudo de caso. Tais características possibilitam “importantes olhares para diferentes questões que envolvem o cotidiano educacional, permitindo, por sua inclinação qualitativa, investigar e refletir sobre contextos reais e contemporâneos, para então propor novos caminhos e alternativas” (TORMES; MONTEIRO; MOURA, 2018, p. 20).

Assim, foram realizadas seis entrevistas, sendo quatro com servidores da SEMED de São Luís (Secretário Municipal de Educação, Coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional, Coordenadora da Formação de Coordenadores Pedagógicos e a Coordenadora do Centro de Formação do Educador) e duas com técnicos da SEMEC de Teresina (Coordenadora do Setor de Avaliação e a Gerente de Formação Continuada). As entrevistas foram constituídas de uma parte introdutória, cujo objetivo foi conhecer o perfil dos entrevistados e, assim, entender a atuação desses profissionais no contexto das secretarias de educação. O Quadro 11 apresenta o perfil dos atores entrevistados:

Quadro 11 - Perfil dos Entrevistados

Código	Perfil do Entrevistado
SME	Graduado em Economia, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará, professor universitário e ocupou o cargo de secretário municipal de educação de São Luís por, aproximadamente, 15 anos (2002-2008; 2009-2010; 2016-2020).
CNA	Graduada em Pedagogia, pós-graduada em Docência do Ensino Superior e atualmente cursa especialização em Estatística e Avaliação. É professora efetiva das Redes estadual e municipal. Na Rede estadual, foi supervisora de avaliação e exerce a função de coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional na Secretaria Municipal de Educação de São Luís, possuindo 11 anos de experiência em avaliação.
CCFE	Formada em Pedagogia e mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela UFJF. É professora efetiva das Redes municipal e estadual há 26 anos, atuando como professora, gestora escolar, coordenadora pedagógica, técnica de acompanhamento e atualmente coordena o Centro de Formação do Educador na Rede Municipal de São Luís.
CFPP	Pedagoga com mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. É professora efetiva das Redes estadual e municipal de educação. Atuou como formadora do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e atualmente desempenha a função de Coordenadora de Formação dos Coordenadores Pedagógicos.
CSA	Formada em Pedagogia com especialização em Gestão Pública e mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública. É professora efetiva da Rede municipal de Teresina há 21 anos e exerce suas funções na Administração Central da Secretaria de Educação de Teresina. Exerceu as funções de vice-diretora escolar, professora dos Anos Iniciais, coordenadora pedagógica, gerente da educação infantil, coordenadora de programas e projetos, e coordena o setor de avaliação desde 2014.
GFC	Formada em Pedagogia e Letras com especialização em Supervisão Escolar e Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Possui 34 anos de experiência no magistério. É efetiva das Redes municipal de Teresina e da Rede estadual do Piauí e do Maranhão, possuindo aproximadamente 19 anos de experiência em formação continuada (como formadora e coordenadora) e atualmente exerce a função de gerente de formação da Rede municipal de Teresina.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nota: As siglas são formadas pelos cargos exercidos nas respectivas Secretarias Municipais de Educação e seguem o exposto no Quadro 8.

É imperativo conhecer os diferentes atores, suas respectivas formações e percurso profissional para entender as diferentes percepções sobre os sistemas de avaliação. As entrevistas foram consolidadas a partir de 4 (quatro) eixos: implantação do sistema próprio de avaliação externa; processo de divulgação e apropriação dos resultados; utilização dos resultados pelos profissionais das secretarias de educação; e política de responsabilização, cujo propósito foi aprofundar as percepções sobre o contexto e os fatos que configuram a história da avaliação externa nos municípios, o processo de divulgação-apropriação empreendido, os instrumentos utilizados ao longo do processo e, finalmente, a responsabilização dos componentes estruturais e dos atores envolvidos.

3.4.1 A implantação do Sistema

A política educacional, enquanto política pública, requer monitoramento e avaliações constantes que servem de prestação de contas à sociedade. Neste sentido, os Sistemas de Avaliação se propõem a avaliar a qualidade da educação ofertada aos estudantes numa ideia de “proposição de ações políticas que modifiquem ou mantenham determinadas finalidades, bem como mantém uma relação determinista de avaliação de políticas, conectada à consecução de finalidade na prática” (OLIVEIRA; LOPES, 2011, p. 23). Com base na importância do Sistema de Avaliação Externa, o eixo 1 tratou da situação-problema que culminou na implantação de um Sistema de Avaliação pelos municípios.

Neste quesito, os entrevistados foram unânimes em afirmar a necessidade de se ter “evidências sólidas para atuar de maneira direta e assertiva nos problemas que a Rede possuía” (CSA, entrevista realizada em 17 de julho de 2020). No caso de São Luís, soma-se o baixo desempenho dos estudantes evidenciado pelas avaliações aplicadas nacionalmente e uma devolutiva célere dos testes, haja vista que os resultados do SAEB são divulgados um ano após a aplicação e mais, que o diagnóstico fosse mais minucioso alcançando o estudante. Conforme os entrevistados:

A Secretaria trabalhava com os dados publicados pelo FNDE²⁵ de 2 em 2 anos e esses dados eram macro. Além disso, demora muito a sair o resultado para que as prefeituras se apropriem. Então, quando cheguei na Secretaria numa situação muito ruim de estrangulamento de toda a Secretaria e não pouparam a área de ensino pedagógico, logo precisava implementar uma política pública em educação que tivesse evidências mostrando com estava a situação de cada aluno, cada escola e como isso aconteceria em relação ao trabalho que o docente vinha realizando. (SME, entrevista realizada em 11 de setembro de 2020, grifo nosso).

Os resultados das avaliações externas. Em 2015, o resultado do SAEB e a recomposição do Núcleo de Avaliação identificaram-se que muitas escolas que tinham melhorado em relação às metas previstas pelo IDEB, em 2009 e 2011. Em 2013, as escolas voltaram a cair e não conseguiram avançar. Os resultados da ANA, por outro lado, também mostravam que mais de 70% dos nossos estudantes terminaram o 3º ano sem estarem plenamente alfabetizados, e por conta desses resultados, em 2015 começou um movimento da Coordenação do Núcleo de Avaliação para implementação do Sistema. (CCFE, entrevista realizada em 28 de agosto de 2020, grifo nosso).

Penso que os resultados baixos, o baixo desempenho dos estudantes. Essa situação-problema é bem visível. Para se ter um parâmetro dos resultados e trabalhar melhor esses resultados na Rede. Penso que o foco principal foi isso,

²⁵ Fundo do Nacional de Desenvolvimento da Educação.

o baixo desempenho. (CFCP, entrevista realizada em 27 de agosto de 2020, grifo nosso).

Essas justificativas se assemelham ao estudo de Sousa, Pimenta e Machado (2012, p. 23), que asseveram as iniciativas municipais de avaliação externa expressando “o desejo de afirmar sua autonomia, a possibilidade de controle da Rede de ensino e de encaminhamentos de decisões e ações com base nos resultados aferidos no âmbito local de modo mais ágil, considerando o acesso imediato aos resultados”, o que possibilita intervenções pontuais, sem lapso temporal que comprometa o desempenho dos estudantes, permitindo, assim, a continuidade de percurso com as fragilidades sanadas ou minimizadas. Ainda neste sentido, autores como Machado, Alavarse e Arcas (2015); Burgos, Santos e Ferreira (2012); e Gimenes *et al.* (2013) apresentam estudos com justificativas de implantação de sistema de avaliação pelos entes federados que justificam a implantação de sistemas próprios de avaliação devido à necessidade de informações, a cada ano letivo, de forma censitária e caracterizada para cada estudante. Dessa forma, possibilita-se o planejamento de intervenções com resultados em tempo hábil para o próximo exercício.

Um dos dados coletados na pesquisa, anteriormente abordado quando da contextualização histórica da adoção do SIMAE e confirmado pelos relatos, é a natureza hierárquica – *top-down* – da decisão de implantação do Sistema. Isso pode ser notado na fala do SME:

Precisava implementar uma política pública em educação que tivesse evidências mostrando como estava a situação de cada aluno, cada escola e como isso aconteceria em relação ao trabalho que o docente vinha realizando. Nessa condição de secretário, por conta de ter a caneta àquela hora e o poder de fazer essa escolha. (SME, entrevista realizada em 11 de setembro de 2020).

Todavia, não houve um planejamento para a sua implantação e muito menos de um *design* de estrutura processual fundamentada em uma estratégia para a construção da cultura de avaliação, o que resulta em ações isoladas de um setor (NAE) no que diz respeito a uma política pública ampla que envolve toda a Rede de ensino. De forma diferente, Teresina já fazia exercícios de avaliação de resultados educacionais antes de adotar a avaliação externa e, portanto, já tinha conduzido exercícios processuais de condução e utilização de informações.

O fato de São Luís não ter estruturado previamente uma estratégia processual pode explicar pelo menos uma parte de aspectos relevantes de questões como a centralização de ações de divulgação e apropriação, a pequena diferenciação funcional no trato das evidências e outras

que serão relatadas na análise do eixo 2.

A centralização da divulgação é corroborada pela afirmação do entrevistado SME, ao reconhecer que na visão dos técnicos da SEMED a avaliação e tudo que envolve esse tema é de responsabilidade do NAE. Os setores pedagógicos se detêm sobre alguns pontos específicos, os setores de suporte, os recursos humanos, são desconsiderados e a inexistência de integração que poderia alavancar efeitos sinérgicos sobre a qualidade do ensino com fundamento na avaliação externa. Nesse quesito, os entrevistados afirmaram:

Você tem que ter a cultura do fazer, isso não é uma crítica ao Núcleo de Avaliação, mas isso não pode ficar num núcleo pequeno, tem que ser, realmente, extensivo à Rede toda, e isso que Teresina faz, e é aquilo que eu disse, analisa em massa os dados porque traz todo pessoal que tem expertise em avaliação e não precisa ser um doutor, mas todos aqueles envolvidos no sistema de ensino, e ali aquela pessoa fica inteiramente preparada. (SME, entrevista realizada em 11 de setembro de 2020, grifo nosso).

A própria equipe do Núcleo de Avaliação Educacional faz a divulgação para os gestores escolares, aliás, antes fazemos para o secretário, prefeito e equipe do secretário, que são os secretários adjuntos e chefias. Depois, vamos para os gestores escolares e a terceira etapa a gente faz com os coordenadores pedagógicos e representantes de professores. (CNA, entrevista realizada em 26 de agosto de 2020, grifo nosso).

Em relação à divulgação, eu não conheço ninguém além do NAE. Nem sei se somente o Núcleo de Avaliação é responsável, mas o que percebo é a equipe do NAE que faz esse trabalho de divulgação. (CFCP, entrevista realizada em 27 de agosto de 2020, grifo nosso).

O setor responsável pela avaliação apresenta os resultados para o representante do Sistema na Secretaria e na prefeitura. Em seguida, os resultados são apresentados para as lideranças da área de ensino da SEMED. (CCFE, entrevista realizada em 28 de agosto de 2020, grifo nosso).

Na fala dos entrevistados, percebe-se a ausência de integração ou reconhecimento dos setores envolvidos nos processos de divulgação e apropriação de resultados. Os resultados aferidos pelas avaliações em larga escala têm relevância para todo o sistema educacional, inclusive na aquisição de insumos estratégicos pelo setor de licitações, prioridade em reforma, lotação de professor e organização do transporte para o acesso. Assim, a apropriação é importante e necessária, uma vez que resulta em modificação da realidade apresentada pelas avaliações.

Logo, conhecer e se apropriar dos resultados levam à percepção que as ações de diferentes setores, direta ou indiretamente, repercutem no desempenho dos estudantes. Para Sousa e Oliveira (2010),

[...] Há referências de que a avaliação deve iluminar e trazer consequências para a formulação e/ou reformulação das políticas educacionais em relação as suas diretrizes, prioridades e metas, focalizando questões relativas à gestão, ao currículo e a infraestrutura, assim como propostas e práticas das escolas. (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 804).

Nesta esteira, o processo de divulgação e apropriação dos resultados no âmbito da Administração Central é fundamental para que esta exerça, na plenitude, suas funções de formular a política educacional, coordenar a Rede escolar com fundamento numa agenda planejada a partir dos resultados e supervisionar as escolas com base nessa agenda.

Logo, o eixo 2 abordou a gestão educacional do ponto de vista do processo da divulgação dos resultados na Administração Central das secretarias de educação. As indagações buscaram aprofundar o conhecimento sobre a estruturação do fluxo de informações, os componentes da estrutura organizacional atuantes e suas responsabilidades, assim como os eventos (reuniões, oficinas etc.) realizados ao longo do processo.

Para os entrevistados:

Acredito e defendo a ideia de que a Administração Central precisa valorizar mais esses dados, precisam se debruçar mais sobre eles. Toda a Administração Central, não só a área de ensino. Defendo que, ao saírem os resultados, tem que haver uma parada e toda a Administração Central olhar os resultados, e a partir daí, discutir, conjuntamente, as ações. Inclusive com a equipe de atividade-meio, isso é importante. Porque, às vezes, a atividade-meio trava algumas ações das atividades-fim, que é o ensino, por conta de desconhecer a necessidade, urgência. Por exemplo, se atividade-meio sabe a realidade das escolas que são prioritárias, que precisam de um apoio maior, quando um gestor vai ao setor, eles já saberiam que aquela escola precisa ser atendida, em sua necessidade, com prioridade. Então precisaria mais, na Administração Central. (CNA, entrevista realizada em 26 de agosto de 2020, grifo nosso).

Se for em termos de dizer que o RH, por exemplo, tem conhecimento desses resultados e tem um documento dizendo que as escolas “X, Y, Z “estão assim” e há a necessidade de se enviar um profissional para cobrir essas deficiências porque isso pode ser um ponto negativo para os resultados dessa escola, não! Se for desse ponto de análise, de dizer que a Secretaria de Administração e Finanças tem como referência os resultados para melhorar a estrutura física das escolas, ou o envio de computadores, ou pessoal administrativo porque os resultados estão ruins, eu não tenho conhecimento. (CFCP, entrevista realizada em 27 de agosto de 2020, grifo nosso).

Aqui, cabe voltar ao conceito de divulgação adotado na pesquisa e, mesmo já tendo sido referenciado, o conceito de divulgação científica na literatura está associado à popularização da ciência e, nesse sentido, pode ser definido como “o uso de processos e recursos técnicos para a

comunicação da informação científica e tecnológica ao público em geral” (ALBAGLI, 1996, p. 397). A autora também conceitua a “difusão científica” como abrangendo todo e qualquer público, coincidente com o de divulgação, mas acresce que a difusão também se aplica ao público especializado. No caso da divulgação dos resultados das avaliações externas, o conceito utilizado por Albagli (1996) se ajusta ao conceito de divulgação, mas também ao de difusão quando se refere a um público especializado, como é caso dos técnicos das secretarias de educação. Em relação a este processo, os entrevistados responderam:

O Núcleo de Avaliação Educacional funciona mais ou menos assim, o NAE, recebe os resultados da UFJF, por meio de uma oficina de apropriação, nessa ocasião a gente já aproveita para levar a equipe de acompanhamento, alguns técnicos representantes dos diversos setores da área de ensino e fazemos essa oficina com o CAEd. Em seguida, é planejada a divulgação. A própria equipe do Núcleo de Avaliação Educacional faz a divulgação para os gestores escolares, aliás, antes fazemos para o secretário, prefeito e equipe do secretário, que são os secretários adjuntos e chefias. (CNA, entrevista realizada em 26 de agosto de 2020, grifo nosso).

O CAEd tem um primeiro contato com secretário municipal de educação, mas sob a responsabilidade da coordenadora do NAE. Essa divulgação acontece, primeiro, internamente, e depois acontecem reuniões com os gestores e coordenadores para divulgar esses resultados. (CFCP, entrevista realizada em 27 de agosto de 2020, grifo nosso).

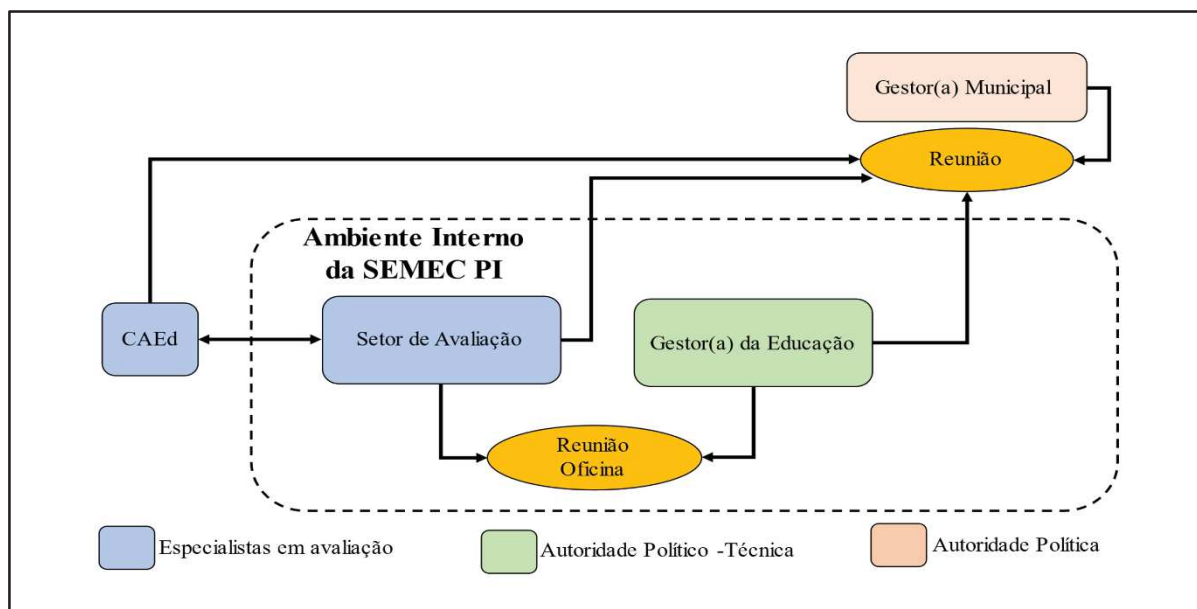
CAEd faz as análises e enviam o banco de resultados para o setor que eu trabalho, de avaliação. [...] Depois, ele vem até aqui para fazer a divulgação oficial com a gestão central. Nos dois últimos anos, essa vinda foi feita com o prefeito, então ele vem. É claro que eles me passam os resultados, eu apresento para o secretário, discuto e depois agendamos com o prefeito para que o próprio CAEd vem apresentar esses resultados. (CSA, entrevista realizada em 17 de julho de 2020, grifo nosso).

O CAEd vem e faz uma divulgação preliminar para a equipe gestora da Secretaria e depois fazem uma apresentação para os gestores da Rede. Nessa equipe técnica estão os formadores. Depois é feita uma divulgação em forma de oficina (não é só apresentar os resultados e as melhorias) e consequentemente os formadores fazem com os professores. (GFC, entrevista realizada em 17 de julho de 2020, grifo nosso).

Percebe-se que, quando perguntados sobre como tem início a divulgação dos resultados, os relatos foram semelhantes para o fluxo, para os setores organizacionais e para os atores internos e externos envolvidos. O fluxo tem início com o CAEd enviando as informações e análises, previamente elaboradas por eles, ao setor responsável pela avaliação, nas duas Secretarias. Isso leva à conclusão de que o processo tem início com a informação transitando de um agente externo especialista em avaliação para os agentes internos também especialistas

no tema. No momento seguinte, os setores responsáveis dialogam com o gestor da Rede de ensino – Secretário(a) – prosseguindo para um diálogo com o gestor municipal – Prefeito(a). Assim, o processo tem início com uma relação entre especialistas e prossegue imediatamente estabelecendo uma relação entre especialistas e atores revestidos de “autoridades políticas diferenciadas” e que não necessariamente são especialistas em educação. Mesmo sendo especialistas em educação, os receptores finais da informação no segundo fluxo necessariamente interpretam os resultados com uma visão que se relaciona também com a validação dos seus mandatos de natureza política que são alvo de aprovação política e do eleitor. O fluxo da divulgação dos resultados está representado no Diagrama 6:

Diagrama 6 - Fluxo da Divulgação dos Resultados na Secretaria Municipal de Educação – Teresina



Fonte: Elaborado pela autora (2021) a partir dos dados das entrevistas.

Assim, a partir da estruturação das informações para a comunicação pelos setores responsáveis pela avaliação, os receptores finais do segundo fluxo deveriam considerar formas de leitura que possibilitassem a construção de uma imagem de natureza ajustada às características dos mandatos dos interlocutores. Dito de outra maneira, as informações devem ser apresentadas de acordo com os requisitos dos receptores e a função que cada receptor ocupa no Sistema.

Um dos elementos que apareceram nas falas dos entrevistados diz respeito à atividade de formação continuada dos professores, ponto central, em nosso entender, para suprir deficiências identificadas a partir dos resultados aferidos pelos testes padronizados. Todavia, a

atividade de formação tem um custo que deve ser considerado na decisão de implementação e setores diferenciados precisam encontrar-se articulados para a formulação da estratégia e abordagem pedagógica da formação e a identificação e direcionamento dos profissionais a serem qualificados. As unidades envolvidas requerem informações distintas e detêm acervo de conhecimentos distintos sobre o tema.

Da mesma forma, os responsáveis pela manutenção das escolas precisam estar cientes do desempenho das unidades escolares e que as condições de infraestrutura podem ter influenciado os resultados alcançados pelas escolas (como exemplos: constantes falhas na energia elétrica ou paralisação das aulas no período chuvoso por necessidade de ajuste no telhado). Porém, não precisam ser informados sobre o desempenho escolar de cada uma das turmas e dos alunos.

A partir desses dois primeiros movimentos, as entrevistas demonstraram diferenças processuais entre os municípios. Em Teresina, após a relação inicial com os gestores setorial e municipal, o setor responsável pela avaliação dá início a uma ampla mobilização das lideranças da Secretaria, responsáveis por departamentos e superintendências de acompanhamento e monitoramento das escolas, chamando-as para uma reunião/oficina em que são apresentados os resultados da avaliação.

Esse terceiro movimento caracteriza uma relação entre os especialistas em avaliação do município e os detentores de autoridade e responsabilidade para conduzir os setores técnicos da Secretaria e o acompanhamento e monitoramento das escolas. Tais lideranças são especialistas em educação, têm conhecimento sobre os fundamentos da avaliação, mas que não necessariamente são especialistas em avaliação.

Nessa reunião, é feita a divulgação dos resultados, que são analisados coletivamente de acordo com a expertise e o interesse de cada um dos setores que têm, em princípio, atribuições e competências distintas, como percebido na fala dos entrevistados de Teresina:

O CAEd vem e faz uma divulgação preliminar para a equipe gestora da Secretaria [...]. Depois é feita uma divulgação em forma de oficina (não é só apresentar os resultados e as melhorias) e conseqüentemente os formadores fazem com os professores. Então, a divulgação: CAEd – gestores e técnicos da Secretaria – gestores da escola (diretor, diretor adjunto, pedagogo) – professores. Então, há todo um encadeamento e tem escola que ainda trabalha o resultado com o aluno e a família. Então, algumas escolas fazem reuniões com as famílias e apresentam os relatos dos alunos para os pais. (GFC, entrevista realizada em 17 de julho de 2020, grifo nosso).

CAEd vem até aqui para fazer a divulgação oficial com a gestão central. Posteriormente, esses resultados são divulgados para a equipe de

monitoramento, que aqui chamamos de Superintendente Escolar e com os formadores. Então, é discutido com eles, sendo realizada uma oficina de análise desses resultados e, mais que isso, há proposição de intervenção, sempre as formações são com esse intuito. Depois, as Superintendentes fazem essa análise com os diretores e os formadores fazem com os professores. Os diretores e coordenadores pedagógicos fazem na escola com os professores que não têm formação e com os que têm. [...]. Então, é nessa roda que gira quando os resultados chegam, isso aliado ao *site* e à formação de diretor. Pois temos uma formação de diretor e nessa formação uma das disciplinas é: “Gestão dos resultados”, e nessa disciplina um dos conteúdos são os resultados do SAETHE e cada diretor precisa estudar seus resultados, apresentar e propor as soluções. (CSA, entrevista realizada em 17 de julho de 2020, grifo nosso).

Isso representa o momento inicial de apropriação pelas lideranças da Administração Central. A Secretaria possui uma divisão de trabalho refletida em sua estrutura organizacional, seus diversos componentes detêm especializações distintas que concorrem para a concepção dos objetivos do órgão. A participação e o envolvimento dos vários setores no processo de divulgação e apropriação dos resultados asseguram, através da gestão, a congruência dos participantes em relação ao objetivo da política educacional, aumentando a responsabilização dos atores em relação à política, reduzindo a alienação, entendida como o distanciamento ou não engajamento dos grupos e pessoas em relação ao objetivo de alavancar o aprendizado. Mais uma vez, toma-se o PIP como exemplo, por se tratar de uma ação planejada e sistematizada de apropriação de resultados que envolveram parceiros externos com expertise em estratégias de intervenção para a mobilização de atores da Secretaria e das escolas, num planejamento de ações conjuntas e sistêmicas com vistas à superação da situação evidenciada pela avaliação externa. Neste quesito, Brooke (2015, p. 362) afirma que “as nossas investigações junto às outras Secretarias evidenciam uma heterogeneidade de práticas, métodos e concepções teóricas sobre o uso dos resultados da avaliação”.

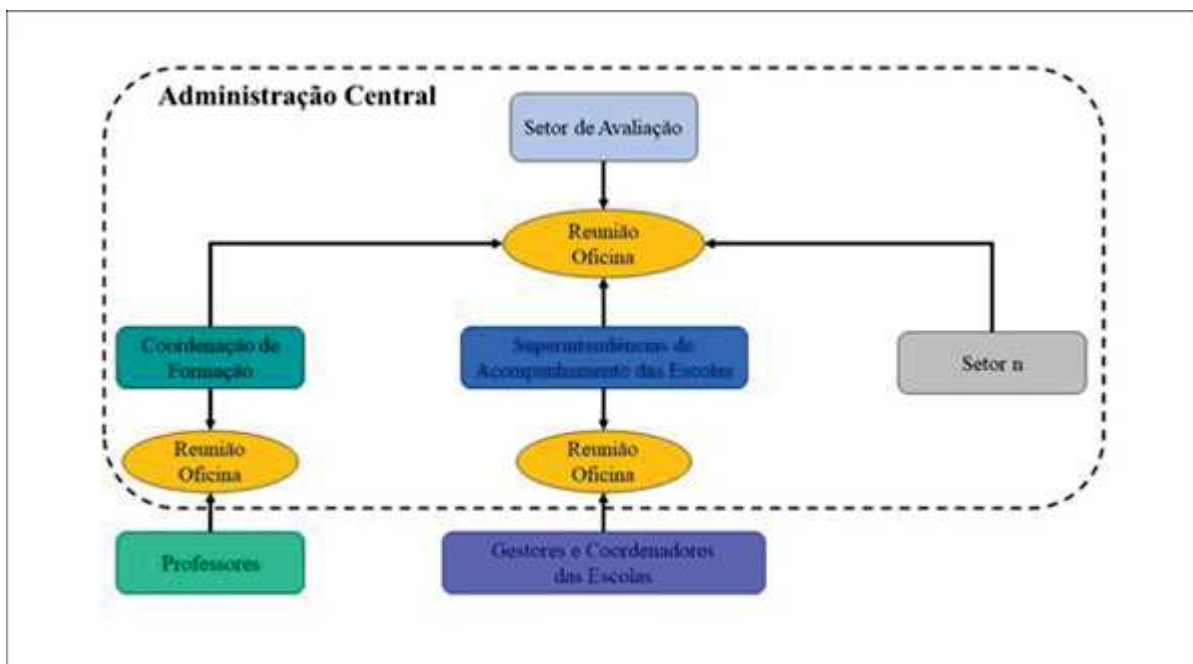
Essa forma inicial adiciona ao processo de apropriação visões de competências de distintas áreas. Enquanto o setor de formação expõe as ações sistêmicas e específicas implementadas, o setor de recursos humanos pode explicitar aspectos como a formação acadêmica do quadro profissional das escolas, as características dos vínculos empregatícios, a ausência de profissionais em determinados períodos, o absentismo de professores e alunos registrado no sistema e por escola, enquanto os supervisores podem relatar o sucesso ou insucesso na implementação das intervenções planejadas e executadas no período avaliado.

É preciso ter clareza de que a avaliação externa expõe o desempenho do sistema educacional, mas é insuficiente para explicar as razões, causas, forças e fatores que levaram o sistema a obter o resultado. Isso somente será explicado pelo conhecimento coletivo,

diferenciado nos setores e atores que compõem o sistema e que foram responsáveis pela execução de ações distintas.

Acredita-se, portanto, que esse evento é basilar, pois, além do desempenho na avaliação, são expostas pelas lideranças das informações contextuais, as ações anteriormente empreendidas que possam evidenciar as causas do desempenho obtido. Fatores como a substituição da gestão da escola, interrupções do calendário escolar por evento que afetou a infraestrutura, aposentadorias e substituição de professores, formações já empreendidas, deficiência de acesso – transporte, formações pedagógicas ministradas etc. – num fluxo dialógico representado no Diagrama 7:

Diagrama 7 - Fluxo do Processo de Divulgação de Apropriação dos Resultados do SAEHTE na Administração Central



Fonte: Elaborado pela autora (2021) a partir dos dados das entrevistas.

Cada um dos atores da reunião/oficina tem domínio dos eventos-evidências que podem ter afetado o desempenho – relações de causa e efeito possivelmente relacionadas ao desempenho. Assim, não se trata apenas de uma reunião/oficina de apresentação de resultados, pois nela são efetuadas as análises necessárias a consubstanciar a formulação de um diagnóstico e do conjunto de ações – gestão educacional – que devem ser empreendidas para a melhoria da qualidade do ensino. Logo, tal evento é o embrião do planejamento da ação transformadora decorrente do binômio divulgação-apropriação. Todos saem da reunião/oficina com o seu

“dever de casa”, a visão de um plano de ação, como relataram as entrevistadas:

É realizada uma oficina de análise desses resultados e, mais que isso, há proposição de intervenção, sempre as formações são com esse intuito. [...] e cada diretor precisa estudar seus resultados, apresentar e propor as soluções. (CSA, entrevista realizada em 17 de julho de 2020, grifo nosso).

E o que se vê hoje é que tem uma grande apropriação mesmo, entendimento dos dados recebidos e já planejam traçando os seus respectivos planos de metas e o planejamento da escola baseados naqueles resultados. (GFA, entrevista realizada em 17 de julho de 2020, grifo nosso).

A divulgação dos resultados para os gestores e coordenadores das escolas é de responsabilidade dos superintendentes de acompanhamento e monitoramento das escolas. Essa ação ocorre em um evento próprio contando com os superintendentes, os gestores e os coordenadores escolares sob a respectiva supervisão. Nesse encontro, são apropriados os resultados e realizada uma análise própria de cada escola necessária à construção do planejamento das intervenções.

Assim, essa reunião/oficina dá materialidade a uma “agenda de gestão escolar” fundamentada nas evidências trazidas pela avaliação e no conhecimento contextual dos superintendentes, gestores e coordenadores das escolas. Posteriormente, os gestores e coordenadores farão a divulgação dos resultados para os profissionais da educação da escola, em que será feita nova apropriação dos resultados e a revisão da agenda. É importante recordar que os gestores escolares de Teresina recebem regularmente formação profissional específica em gestão escolar, cujo conteúdo também aborda o tema da avaliação externa.

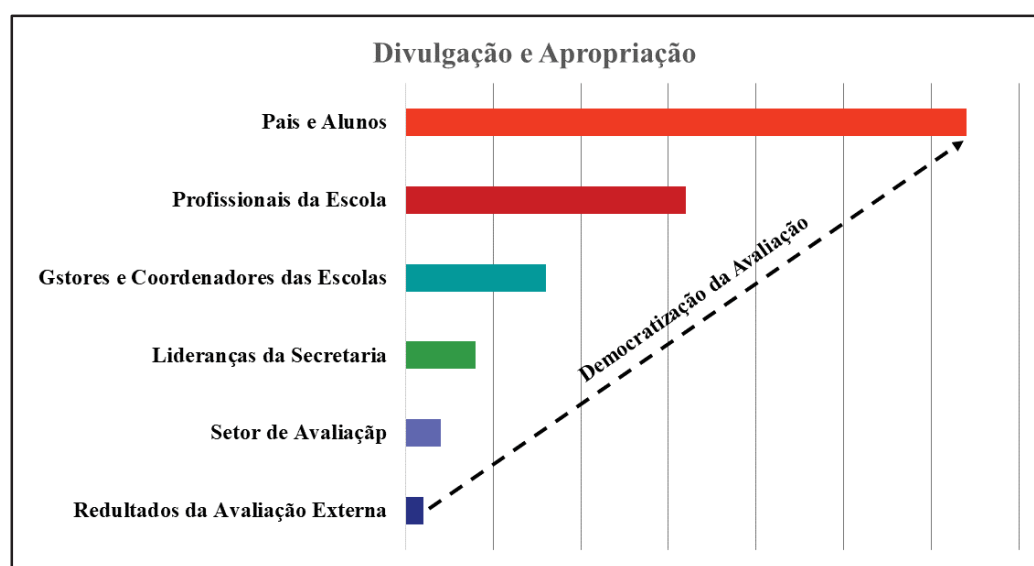
A existência dessa “agenda” ou plano de ação representa materialmente a percepção dos atores e da apropriação resultante da divulgação. Sem essa materialidade a avaliação é apenas um esforço intelectual que pode ou não redundar em ação. Além disso, essa “agenda” e o registro da sua execução passam a ser o ponto de partida para a interpretação dos resultados da próxima avaliação a ser empreendida.

Além desse encontro, os professores têm um outro encontro específico com a equipe do setor de formação pedagógica. Nessa ocasião, são apresentadas as análises do setor de formação sobre o desempenho do aprendiz, considerando, para cada descritor da matriz de referência, os avanços e o que precisa ser especificamente superado para a melhoria da qualidade do ensino. Esse é o primeiro encontro com características genuinamente pedagógicas. Esse encontro é seguido de atividade formativa em Língua Portuguesa e Matemática, que é ministrada por profissionais do CAEd.

Assim, de acordo com os entrevistados, o processo de divulgação e apropriação dos resultados segue um encadeamento sistêmico e ainda é possível notar um movimento de divulgação dos resultados da avaliação externa à comunidade escolar – pais e alunos, relatados na entrevista: “então há todo um encadeamento e tem escola que ainda trabalha o resultado com o aluno e a família. Então, algumas escolas, fazem reuniões com as famílias e apresentam os relatos dos alunos para os pais” (GFA, entrevista realizada em 17 de julho de 2020).

Tal etapa do processo é ainda embrionária, porém é o passo inicial para alcançar o objetivo de democratizar plenamente os resultados da avaliação externa com plena divulgação e apropriação dos seus resultados em todo o ambiente educacional e a seus atores. A etapa final imaginária seria a ampla divulgação para toda a municipalidade, conforme representado na Figura 13:

Figura 13 - Proposta: Divulgação e Apropriação dos Resultados das Avaliações Externas



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

A análise da divulgação e apropriação dos resultados da avaliação externa do município de Teresina procedida até aqui permite, sem esgotar toda a complexidade e riqueza inerentes ao processo, a sintetização de algumas características marcantes para este estudo de caso:

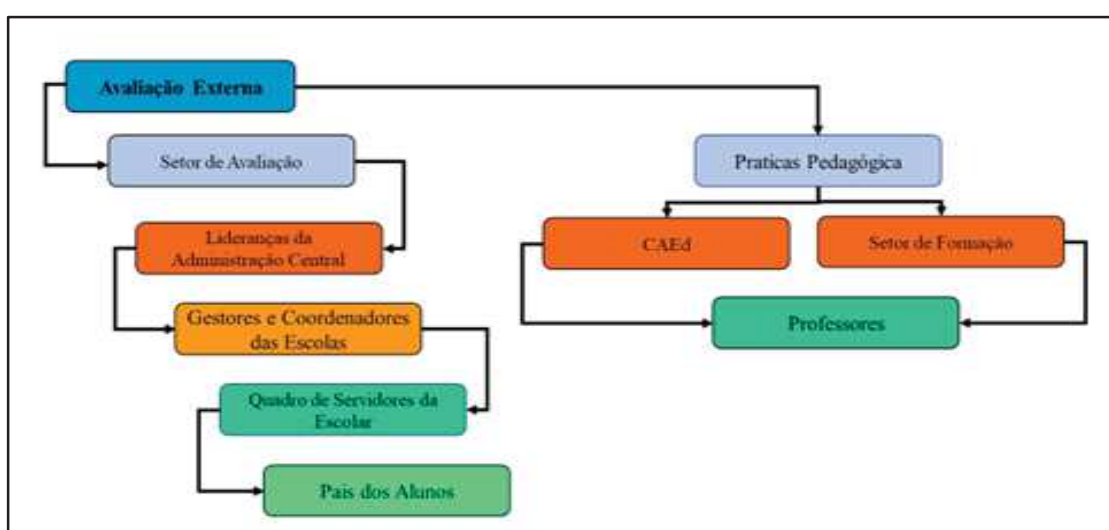
- a) Cultura de Avaliação: o patamar de institucionalização do processo de divulgação e de apropriação dos resultados da avaliação externa impõe a conclusão de que o município já detém uma cultura própria de avaliação, inclusive caracterizada pelo conhecimento dos elementos factuais do passado que podem explicar o desempenho. Essa cultura é reforçada pelos resultados de excelência alcançados nas

avaliações nacionais;

- b) Cooperação: a estrutura do processo de Teresina exige uma elevada taxa de cooperação entre os atores responsáveis pela educação municipal;
- c) Diferenciação e Descentralização: A cooperação empreendida é calcada na diferenciação dos papéis de cada um dos componentes da estrutura organizacional, alcançando o *street level* em algumas escolas, envolvendo pais e alunos – família – e, em decorrência, é descentralizada a cada componente que detém atribuições e competências interdependentes ao longo do processo;
- d) Direção, Coordenação e Controle: O exercício dos papéis diferenciados dos componentes organizacionais exige alta taxa de direção, coordenação e controle do processo, de forma a garantir o resultado coletivo;
- e) Transformação: A transformação, objetivo final do processo, é assegurada: a) pela institucionalização da cultura da avaliação cada vez mais impulsionada pela motivação advinda dos resultados obtidos nas avaliações nacionais; e b) pela gestão educacional e seus instrumentos de apoio – planejamento das intervenções e execução de ações planejadas.

As entrevistas realizadas com os profissionais da educação do município de Teresina revelam um encadeamento lógico representado pelo Diagrama 8, que consolida uma visão do processo no âmbito da Secretaria de Educação:

Diagrama 8 - Processo de Divulgação na Secretaria Municipal de Educação



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A adoção da avaliação externa no município de São Luís é mais recente e, como

anteriormente relatado, a municipalidade ainda caminha para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação, construindo e ajustando os processos internos necessários para esse fim. As entrevistas realizadas com os profissionais da educação relataram que o fluxo inicial do processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE são semelhantes aos encontrados em Teresina, conforme explicitado no Quadro 10 e conforme avaliação e gestores da educação municipal.

A partir desse fluxo inicial, o processo de divulgação e apropriação em São Luís é distinto do observado em Teresina. O segundo fluxo relatado nas entrevistas se dá com o setor de avaliação da SEMED apresentando os resultados da avaliação para a Administração Central, para gestores, coordenadores das escolas e, em algumas situações, para professores. Sobre isso, os entrevistados afirmaram:

essa divulgação acontece, primeiro, internamente, e depois acontece reuniões com os gestores e coordenadores para divulgar esses resultados. Ainda há os momentos que a equipe do NAE vai para escolas para fazer a formação com os professores. (CFCP, entrevista realizada em 27 de agosto de 2020).

Tal apresentação também é feita pela equipe do CAEd. Nas entrevistas não foi relatado que nos encontros fossem feitas análises conjuntas e planos de ação com fundamento nas evidências apontadas pela avaliação e, sim, divulgação dos resultados. Em relação ao tema, foi enfatizado:

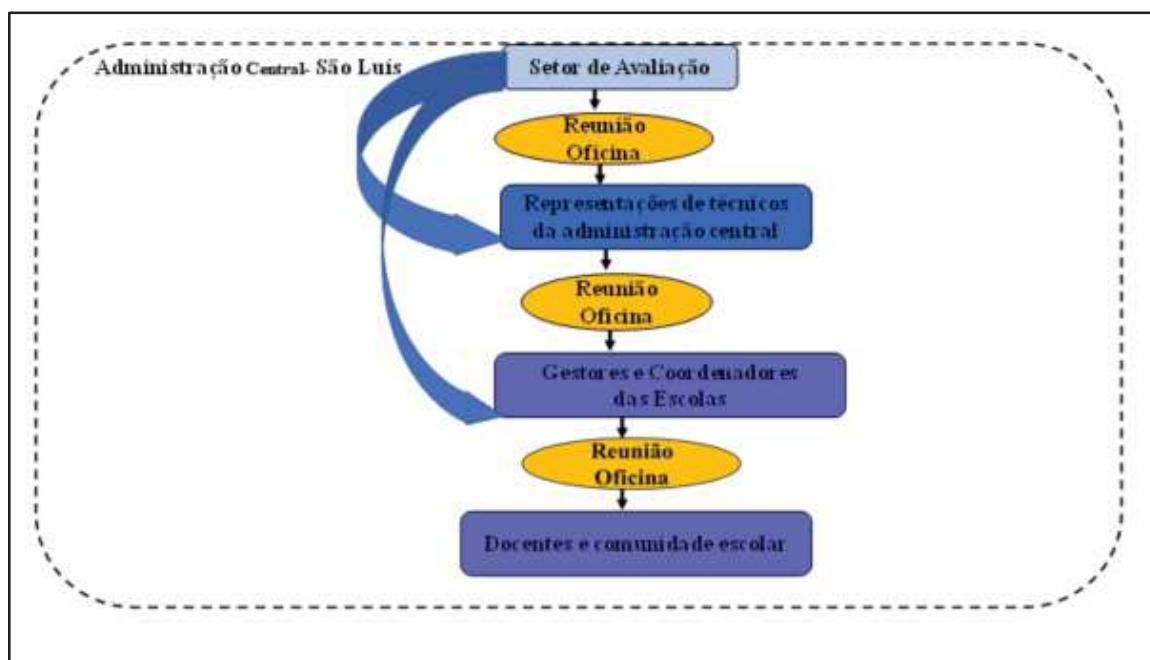
é feita a divulgação para os gestores das escolas, os coordenadores pedagógicos e geralmente se convida, também, um professor de Matemática e um de Língua Portuguesa para participarem dessa reunião, não é uma formação. Ela acontece num espaço um pouco maior para poder divulgar esses resultados e, a partir daí, o gestor e coordenador possam, junto com o professor que participou desse momento, possam, lá na escola, apresentar, divulgar os resultados para a equipe da escola e demais profissionais que não participaram quando foi apresentado. (CCFE, entrevista realizada em 28 de agosto de 2020).

O núcleo de avaliação é importante, mas o próprio núcleo, no seu conjunto, inclusive você está lá, ele tem que se convencer que não vale divulgar da forma como está divulgando ele tem que se auto determinar a fazer isso, adotar um caminho com uma metodologia que seja mais eficiente que pode ser essa que você falou no início que Teresina faz. (CME. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2020).

Através das entrevistas, dos estudos de campo e, principalmente, da minha atuação no NAE, constatou-se que as apresentações são marcadas por apontamentos sobre o

comportamento de crescimento e retração das escolas em relação às avaliações anteriores e às metas definidas pelo SIMAE, sem pensar ou colaborar para a construção de estratégias de intervenção, como representado no Diagrama 9:

Diagrama 9 - Fluxo do Processo de Divulgação e Apropriação dos Resultados do SIMAE na Administração Central



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Essa apresentação coletiva é seguida por apresentações específicas do NAE para os gestores e coordenadores das escolas componentes de cada um dos 7 (sete) núcleos responsáveis pelo gerenciamento das escolas, departamentalização de caráter geográfico-territorial. Como afirma a entrevistada,

a própria equipe do Núcleo de Avaliação Educacional faz a divulgação para os gestores escolares, aliás, antes fazemos para o secretário, prefeito e equipe do secretário, que são os secretários adjuntos e chefias. No ano passado, tivemos a oportunidade trazer um representante de professores, pelo menos um dos Anos Iniciais e um dos Anos Finais, onde cada escola levou um representante, apenas, para essa divulgação, essa mobilização é grande. Depois, nós realizamos essas formações menores, que é a formação por núcleo, onde um técnico do setor de avaliação vai fazer a formação de um núcleo, com os coordenadores desse núcleo e temos também a equipe de formadores do Centro de Formação e os formadores da Formação de Coordenadores que participam. Depois disso, gestor escolar e o coordenador pedagógico, que é a equipe gestora da escola, ficam responsáveis por fazer esse trabalho lá na escola. (CNA, entrevista realizada em 26 de agosto de 2020).

Após essas etapas do processo, os gestores e coordenadores das escolas assumem a responsabilidade de fazer a divulgação dos resultados para os profissionais da educação das respectivas escolas. Essas etapas são marcadas pelas mesmas características das primeiras: análise do comportamento das escolas em relação ao alcance ou não de metas, ausência de elementos contextuais explicativos do desempenho e do registro dos planos de intervenção desenvolvidos a partir das evidências decorrentes da avaliação. Também não foi encontrado registro de que o setor de formação faça a apropriação dos resultados para, a partir dele, manter contato com os gestores, coordenadores e professores com um olhar diferenciado ou com um plano de ação para alavancar a qualidade do ensino. O mesmo afirmado sobre o setor de formação pode ser dito sobre o acompanhamento e monitoramento das escolas sob a competência da Superintendência de Ensino Fundamental.

Logo, os Sistemas de Avaliação, enquanto política de monitoramento de sistema educacional, devem cumprir as etapas de implementação, monitoramento e avaliação, num movimento cíclico e constante que informe, portanto, os avanços, as necessidades e as novas estratégias de intervenção. “Não pode estar essencialmente a serviço de apoiar a reiterada denúncia da baixa qualidade do ensino. Os custos de sua implementação são muito altos para que sirva apenas a reiterar o que já se sabe” (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 818).

Cabe destacar que, a partir de 2019, os gestores iniciaram o curso de gestão escolar ministrado pelo CAEd cujos conteúdos tratam de estratégias de gestão escolar, abordando, inclusive, avaliações externas e a implicação destas na realidade da escola.

Logo, a análise de divulgação e apropriação dos resultados das avaliações do SIMAE pode ser sintetizada da seguinte forma:

- a) Cultura de Avaliação: a cultura de avaliação no município ainda é incipiente, sendo que as análises de desempenho ainda não observam as informações contextuais factuais que auxiliem a explicar o desempenho. Os resultados obtidos nas avaliações nacionais e apurados pelo próprio SIMAE ainda não servem como força motivadora para prosseguir com o esforço para institucionalizar essa cultura;
- b) Cooperação: os relatos apontam para uma baixa cooperação entre os componentes da estrutura organizacional e seus atores, que seja planejado com base nas evidências da avaliação para posterior implementação;
- c) Diferenciação e Descentralização: não foi observada diferenciação no exercício dos papéis em ações empreendidas a partir dos resultados. Apesar de todos tomarem conhecimento dos resultados da avaliação, não há apropriação dos resultados para o exercício das atribuições e competências próprias de cada setor da estrutura

organizacional. Em parte, isso é explicado pela centralização de todo o processo no Setor de Avaliação da SEMED;

- d) Direção, Coordenação e Controle: como não foram identificadas ações planejadas que requeiram esforço de direção, coordenação e controle das ações dos múltiplos setores e escolas, não há relatos de reuniões de monitoramento para direção, coordenação e controle. Apesar de o SIMAE disponibilizar metas de desempenho para cada escola e para o sistema, não foi identificado o conjunto de ações formuladas e empreendidas pela Secretaria para, de forma estruturada, alcançar esses resultados;
- e) Transformação: não foram identificados nas entrevistas elementos indicativos de que o processo atual adotado na SEMED para a divulgação e apropriação dos resultados esteja contribuindo de forma planejada para a institucionalização de uma cultura de avaliação.

Assim, registra-se que, para cumprir o objetivo de democratizar a avaliação para uma necessária transformação do desempenho educacional, a SEMED ainda caminha rumo à trilha de construção de uma cultura de avaliação.

3.4.2 Uso dos resultados

As avaliações externas são um “instrumento que deve ser utilizado para corrigir os rumos e pensar o futuro” (BECKER, 2010, p. 3). Portanto, as informações que essas avaliações apresentam, por meio dos resultados, possibilitam o conhecimento da realidade educacional avaliada e, quando apropriados, a modificação dessa realidade por meio de ações pedagógicas pensadas para a superação das dificuldades.

Logo, tratando-se de utilização dos resultados das avaliações externas, as respondentes de Teresina afirmaram que, uma vez que todas as ações, estratégias e políticas têm como base os resultados do SAETHE, exige-se que “o resultado saia antes do início do ano letivo, isso para Secretaria, para avaliarmos e desenharmos as políticas do ano seguinte, e para escola, uma vez que esse resultado também sai para escola antes de começarem as aulas” (CSA, entrevista realizada em 17 de julho de 2020). Isso permite que os gestores da Rede, técnicos da Secretaria e escolas possam planejar suas respectivas ações e intervenções com fundamento nas evidências trazidas pela avaliação. De acordo com Gimenes *et al.* (2013),

o uso dos resultados é fundamental desde que tragam informações “efetivas”,

isto é, informações periódicas e frequentes sobre toda a rede, e que, de alguma forma, possam subsidiar as unidades escolares e seu trabalho cotidiano. (GIMENES *et al.*, 2013, p. 21).

No município de São Luís, de acordo com os relatos, ocorreram lapsos temporais e os resultados são recebidos e divulgados após o início do ano letivo, corroendo o tempo necessário para a divulgação, apropriação, formulação das propostas de intervenção e, finalmente, a implementação das propostas no âmbito da Rede de ensino.

Logo, a divulgação e apropriação dos resultados em São Luís ainda devem lidar com entraves de cunho tático e operacional para utilizar os dados gerados pelas avaliações externas.

Mesmo considerando uma democratização incipiente da avaliação externa em São Luís, ações foram implementadas com fundamento nas informações do SIMAE:

com o Sistema de Avaliação própria isso ficou fácil, muito legal, pois as crianças foram vistas nas suas necessidades e foi possível mapear as dificuldades e esse mapeamento favoreceu a tomada de decisão com relação à implementaçãodas políticas. [...] Por exemplo, uma das contribuições do SIMAE foi a reformulação da formação continuada da Rede. [...] A formação direcionada para área de matemática, com o MATEMA, trabalhando a partir das habilidades que as crianças não conseguem consolidar. Elas não conseguem avançar porque não consolidam essas habilidades em alguns anos de escolarização. Então, foi uma contribuição muito boa para a formação continuada. Outra ação importante foi a política de acompanhamento. (CNA, entrevista realizada em 26 de agosto de 2020, grifo nosso).

Dentre essas ações, destacam-se o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP), em 2017 e 2018, e formações de caráter específico em Língua Portuguesa e Matemática. Ressalta-se que a implementação do PIP exigiu o reequipamento das escolas impactadas pelo programa.

No que se refere às formações, foi ressaltado nas entrevistas:

a pauta de formação, até janeiro de 2018, eram pautas que os coordenadores sugeriam para a equipe de formação temáticas que eles queriam que fosse para formação. Quando assumi a equipe, em março de 2018, a coordenação da formação, essa foi uma das primeiras mudanças que tentei fazer, porque não compreendo que a formação em Rede seja uma autoformação, ela é uma formação porque tem uma finalidade de trazer as informações que fazem parte da política da Rede da SEMED e essa formação para os coordenadores ela se estenda até os professores, essa é a finalidade: que a formação chegue até as escolas e que ela chegue até a sala de aula. A partir disso, mudamos a sistemática de trazer temas para essa formação e a gente pensou que essa formação deve estar disponível para as equipes da SEMED dizerem o que é preciso ser discutido com os coordenadores. Em, a partir de março de 2018

até agora, tem sido isso, então temos nos colocado sempre disponível para o currículo, para o CEFE, para o NAE, para o Núcleo de Alfabetização, para a Superintendência da Educação Especial, para que os setores demandem as suas necessidades, e a gente faz, organiza as pautas formativas, então para cada mês, são as necessidades que emergem do contexto dos setores e são organizadas as pautas. (CFCP, entrevista realizada em 28 de agosto de 2020).

As pautas das formações estão disponíveis para as equipes da SEMED elencarem o que julgam ser importante e deve ser discutido com os coordenadores para cada mês. Tendo por base as necessidades que emergem do contexto dos setores, é que são organizadas as pautas, ou seja, relata que nesses encontros não se aborda especificamente os resultados das avaliações e, portanto, que as ações formativas planejadas nessa oportunidade não consideram as evidências da avaliação externa. Assim, as temáticas de formação são sugeridas pelos chefes de setores da Administração Central sem apresentarem fundamento calcado no SIMAE, o que dificulta a implementação de ações formativas sistêmicas a partir de evidências e, conseqüentemente, estratégias que impactam a Rede como um todo, induzindo, assim, a equidade. Neste tema, mais uma vez se cita o PIP para exemplificar a importância da formação para o sistema e calcada em resultados, como reitera Brooke (2015) quando se refere ao Plano como uma estratégia sistêmica de formação de professores, uma vez que evidenciam “uma heterogeneidade de práticas, métodos e concepção teóricas sobre o uso dos resultados da avaliação na política de formação do professor” (BROOKE, 2015, p. 362).

Percebe-se, portanto, que o setor de formação dialoga pontualmente com o NAE, porém apenas para tratar da logística das oficinas de divulgação dos resultados, e o núcleo faz a mesma apresentação anterior, ou seja, os formadores, de modo geral, não se apropriam e não utilizam os resultados para melhorar a atuação do coordenador pedagógico das escolas e, conseqüentemente, dos professores. Assim, o NAE é responsável pela divulgação dos resultados para a equipe gestora da escola, ação essa de grande relevância, uma vez que são esses atores que multiplicaram ou deveriam multiplicar os resultados das avaliações, traçando junto com os professores estratégias de intervenção para elevar a qualidade do ensino.

Em Teresina, o setor de formação ocupa uma função relevante na divulgação e apropriação dos resultados, sendo responsável pelo estudo, análise e proposição de estratégias de intervenção formuladas em conjunto com os coordenadores pedagógicos das escolas e capacitando-os para multiplicar as análises nas escolas. Em São Luís, os formadores não se apropriam dos resultados do SIMAE, participando das reuniões gerais como coadjuvantes na organização, logística e frequência dos participantes nos encontros mensais.

No que se refere aos professores, o Centro de Formação do Educador (CEFE), a partir

de 2019 passou a ministrar, com o pessoal da própria Rede, formações específicas para suprir deficiências no aprendizado apontadas pelo SIMAE, conforme apresentado no Quadro 12. Mesmo com pouca integração estrutural, isso é um avanço na apropriação dos resultados que deve ser considerado.

Quadro 12 - Formações: Centro de Formação do Educador

Professores	Resultados	Estratégias de Intervenção/Ano
Professores do 3º ano	Edição de 2017	Formação de professores com foco na alfabetização (PIP)/2018
Professores do 5º ano de LP e MTM	Edição de 2018	Formação em Língua Portuguesa e Matemática (PIP)/2019
Professores do 3º ano de MTM	Edição de 2019	Formação em Sistema de Numeração Decimal
Professores do 4º ano de MTM	Edição de 2019	Formação em Frações/ 2020
Professores dos Anos Finais MTM	Edição de 2019	Formação

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Percebe-se que o Centro de Formação do Educador promove formação docente dos componentes avaliados, a partir do que foi evidenciado pelos testes, na seguinte perspectiva:

analisar e interpretar os resultados das avaliações externas, realizada em larga escala, são competências fundamentais a serem desenvolvidas nas escolas, nos espaços de formação de professores, pois a partir desses estudos e discussões, alguns processos organizacionais podem ser reestruturados, se necessários, para que colaborem como desenvolvimento profissional do professor. (KHAMIS, 2015, p. 9).

No quesito acompanhamento, notam-se ações distintas que certamente repercutem no desempenho de cada uma das Redes. Enquanto em Teresina os Superintendentes, além de participarem ativamente do processo de divulgação e apropriação dos resultados, traçam junto com os gestores as estratégias de intervenção e acompanham durante todo o ano a implementação das ações planejadas e desenvolvidas pelas escolas, esse movimento não é percebido em São Luís, como relatado nas entrevistas:

defendo que a equipe de acompanhamento precisa ser fortalecida, precisa estudar mais, se apropriar desses dados, de verdade. Na hora que saírem os resultados, eu defendo que essa equipe vá ao NAE e sentem-se para estudarem, se apropriarem desses resultados, uma vez que é essa equipe é que tem que chegar à escola e acompanhar o trabalho conjuntamente, auxiliado pelo setor de avaliação, sem dúvidas.

O setor de avaliação dando as informações, tirando dúvidas, dando um suporte, mas a equipe precisa conhecer a realidade de cada escola que acompanha, porque eles que estão indo às escolas e sabem das dificuldades, eles conhecem a realidade, então precisam interpretar muito bem esses dados, porque o argumento que a gente escuta utilmente é que não tem domínio, então não faz a formação para escola. Mas como acompanhar uma escola e não conhecer os dados dessas escolas? Não tem como não ter domínio, se acompanha a escola tem que conhecer os dados, tem que estar no portfólio escola todos os resultados, os avanços, o desempenho cada turma, os componentes, estão está faltando isso. (CNA, entrevista realizada em 26 de agosto de 2020, grifo nosso).

A existência e inexistência de planos de intervenção concebidas conjuntamente caracterizam a principal diferenciação nos instrumentos utilizados pelas Redes dos municípios, eixo 3. As informações iniciais trazidas pelo CAEd, as plataformas de acesso e o material bibliográfico são semelhantes, mas a produção de instrumentos a partir disso é distinta.

No que se refere à responsabilização, os municípios também apresentam larga diferenciação. De início, em Teresina as remunerações são influenciadas pelo desempenho apurado pela avaliação e pelo cumprimento de metas, diferenciando unidades escolares e servidores. Isso não ocorre em São Luís, onde a diferenciação funcional é efetuada apenas pelos padrões tradicionais de mérito como escolarização do servidor e tempo de serviço. Em Teresina, a diferenciação funcional e os planos de intervenção possibilitam essa ação, o que, como já exposto, São Luís não dispõe de condições fáticas para implementar. Neste quesito, as avaliações do SAETHE são consideradas, de acordo com Bonamino e Sousa (2012, p. 373), avaliações de terceira geração, uma vez que “articulam os resultados das avaliações às políticas de responsabilização”, neste caso, “responsabilização forte”:

responsabilização forte ou “*high stakes*”, contemplando sanções ou recompensa em decorrência dos resultados de alunos e escolas. Neste caso, incluem-se experiência de responsabilização explicitadas em normas e que envolvem mecanismo de remuneração em função de metas estabelecidas. (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 375).

As avaliações do SIMAE são consideradas de primeira geração, uma vez que são utilizadas para fazer um diagnóstico da política educacional, “sem atribuição de consequências diretas para as escolas e para o currículo” (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 375).

As características das estratégias para divulgação adotadas em Teresina e em São Luís podem explicar grande parte das diferenças na responsabilização, inclusive a questão da pequena diferenciação das ações e de integração sistêmica. Enquanto o município de Teresina adota estratégias fundamentadas em decisões hierárquicas e de Rede, em São Luís as decisões

e estratégias são basicamente hierárquicas.

A partir dos dados coletados nas entrevistas e pesquisas documentais, observamos as seguintes questões expostas no Quadro 13:

Quadro 13 - Evidências Geradas pela Pesquisa

Itens Pesquisados	Teresina	São Luís
Histórico	Experiência anterior com avaliação de desempenho	Decisão <i>Top-Down</i>
Estratégia de Implantação	Consensuada	Não identificada
Processo de Divulgação	Estruturado e descentralizado com diferenciação de papéis, atribuições e competências	Centralizado, sem diferenciação de papéis, atribuições e competências
Processo de Apropriação	Estruturado e descentralizado com diferenciação de papéis, atribuições e competências	Desestruturado, dependente de iniciativas descoordenadas
Instrumentos	Planos de intervenção estruturados com fundamentos nas evidências da avaliação	Inexistentes
Responsabilização	Alta responsabilização, “ <i>high stakes</i> ” Com uso de incentivos na remuneração, uso de planos de intervenção e metas	Brandia, “ <i>lows stakes</i> ”
Cultura de Avaliação	Existente	Incipiente e em construção
Cooperação, Interdependência e Sinergia	Alta	Incipiente
Diferenciação e Descentralização	Alta	Incipiente
Direção, Coordenação e Controle	Alta	Incipiente
Transformação	Alta	Incipiente

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como a proposta deste estudo é analisar o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE tendo como principal referência o modelo adotado por Teresina na divulgação e apropriação do SAETHE, o Quadro 13 possibilita uma visualização resumida das informações retiradas das entrevistas que são enriquecidas com a comparação feita na próxima seção para, finalmente, propor ações de divulgação que contribuam para uma efetiva apropriação dos resultados das avaliações visando elevar o desempenho da Rede municipal de São Luís.

4 PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAE

As leituras, análises e pesquisa de campo efetuadas ao longo deste trabalho confirmam a importância das avaliações externas, destacadamente os sistemas próprios de avaliação como uma etapa relevante do ciclo de política para que se alcance a almejada qualidade do ensino. Logo, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar e analisar o processo de divulgação do SIMAE e dos seus resultados de forma a possibilitar a apropriação pedagógica para, por fim, propor estratégias de divulgação para os técnicos da administração central que resultem em uma apropriação pedagógica dos resultados do SIMAE e possam contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais do município de São Luís.

Buscamos responder à questão de investigação: “como aprimorar o processo de divulgação e a apropriação pedagógica dos resultados do SIMAE de modo a viabilizar o planejamento de políticas e ações públicas para a melhoria do desempenho?”.

Desta forma, os objetivos específicos pretendem analisar o SIMAE, tendo como referência o SAEB e o SAETHE; estudar os Sistemas de Avaliação Municipal, enquanto política pública e, a partir desse movimento, analisar como a divulgação dos resultados pode contribuir para uma apropriação pedagógica a partir das potencialidades e fragilidades apontadas pelos sujeitos participantes da pesquisa; e, finalmente, propor estratégias de divulgação e apropriação pedagógica dos resultados para os técnicos da Administração Central.

Assim, considerando as evidências identificadas, o Capítulo 4 apresenta, com fundamento no referencial teórico e no estudo empírico, o Plano de Ação Educacional (PAE), cujas propostas visam ao aperfeiçoamento do processo de divulgação e à apropriação de resultados analisados ao longo do texto para os técnicos da Administração Central, objetivando a elevação da qualidade do ensino da Rede.

Conforme detalhado nas próximas seções, o PAE foi construído conforme estratégia 5W2H que, para Mosso (2013, p. 154), “trata-se de um modelo que se preocupa com a consecução do planejamento mais que os outros, uma vez que enfatiza a tensão e as responsabilidades”. Ainda de acordo com o autor, essa estratégia de planejamento é estabelecida conforme a definição dos objetivos; das estratégias adotadas; do responsável pela execução; dos prazos para a realização da ação; do espaço de desenvolvimento da ação; do porquê da ação; e do custo. De acordo com a tradução, esse modelo de planejamento (5W2H), significa:

[...] definição dos Objetivos (What – O que fazer); Estratégias ou Táticas (How – como fazer), Responsabilidade (Who – quem responde por atingir o objetivo); Prazo para a consecução (When – Quando); Onde será desenvolvido o objetivo (Where – onde); Por que (Why – o porquê do objetivo); e Quanto custará para atingi-lo (How much – Quanto). (MOSSO, 2013, p. 150).

A partir das respostas, são estruturados planejamentos claros e objetivos para execução das ações propostas, possibilitando uma visão de todas as etapas dos processos que serão implementadas, pois tais ações colaboram para o aprimoramento do processo de divulgação dos resultados do SIMAE no âmbito da SEMED. Na seção a seguir, passamos a apresentar o detalhamento do plano de ação e suas estratégias.

4.1 DETALHAMENTO DO PAE

A proposta aqui apresentada considera as principais evidências referentes à forma de decisão e estratégia de implantação do SIMAE, as características dos processos de divulgação e de apropriação, a característica de responsabilização, cultura, cooperação e interdependência, diferenciação, gestão e transformação a partir dos resultados, conforme explicitado no Quadro 14, cujo estudo apontou as seguintes características para esses pontos:

Quadro 14 - Resumo das Evidências Geradas pela Pesquisa

Itens Pesquisados	São Luís
Histórico da decisão de implantação	Decisão em <i>top-down</i> , visão do gestor.
Estratégia de implantação	Não identificada.
Processo de divulgação	Centralizado no NAE, ausência de reconhecimento de funções, atribuições e competências.
Processo de apropriação	Desestruturado, dependente de iniciativas descoordenadas.
Instrumentos	Incipiente, modelagem única de apresentação dos resultados.
Responsabilização	Incipiente, ausência de agendas consensuadas para monitoramento posterior.
Cultura de avaliação	Incipiente, em construção.
Cooperação, interdependência e sinergia	Incipiente, ausência de espaços planejados para a construção de consensos de apropriação e propostas inovativas de ajuste.
Diferenciação e descentralização	Incipiente, ausência de agenda para as funções e de autonomias claras em relação à execução das agendas.
Direção, coordenação e controle	Incipiente, gestão prejudicada pela ausência de agendas e padrões.
Transformação	Incipiente, ausência de inovação nos processos que levam à melhoria do desempenho.

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base nos dados da pesquisa.

Em virtude do contexto de pandemia que o mundo está vivendo, dado o risco de infecção por Covid-19, as atividades realizadas no cotidiano tiveram que ser suspensas ou adequadas a essa realidade, destacadamente as que requeriam contato social, como as relações de trabalho e o contexto escolar. Ações que exigem contato social como formações, aulas e testes tiveram que ser reformuladas e/ou adiadas, como exemplo, a aplicação dos testes do SIMAE e a divulgação desses resultados.

Em 2020, as divulgações ocorreram com uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A mudança no processo de divulgação e a pequena repercussão resultaram numa menor utilização dos resultados como referência para o planejamento das ações na escola. No cenário inusitado para todas as Redes educacionais, a primeira preocupação foi, principalmente, não perder o vínculo com o estudante e minimizar o prejuízo que o afastamento da escola acarretou. Porém, isso não justifica a não utilização dos resultados da avaliação efetuada em 2019, muito pelo contrário, as atividades pedagógicas mediadas por tecnologia poderiam ganhar mais foco se os resultados tivessem sido utilizados na sua plenitude. Como decorrência do contexto pandêmico, não foi realizada a avaliação externa do SIMAE referente ao período letivo de 2020.

Assim, em 2021, com a perduração da pandemia, continuidade de afastamento social e com todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem mais adaptados ao contexto de aulas e gestão mediados por tecnologia, tanto síncrona como assíncrona, sugere-se que se dê início a um novo processo de divulgação e apropriação dos resultados do último SIMAE (2019) na construção do planejamento das ações relativas ao ano letivo de 2021.

Neste quesito, o Quadro 15 é apresentado com o objetivo de possibilitar um melhor entendimento do Plano de Ação e das ações propostas, conforme cada eixo de análise e evidências da pesquisa:

Quadro 15 - Resumo das Ações do PAE

Eixos de Análise	Dados Apurados	Ações Propostas
Implementação	A implementação do SIMAE foi caracterizada como “ <i>top-down</i> ”, com pouca discussão com a comunidade escolar, autoridades e sociedade em geral, o que resultou num baixo envolvimento e uso dos resultados para tomada de decisões pela Administração Central que impactasse na qualidade do ensino.	1- Promover reunião para apresentar o SIMAE, os resultados alcançados pela Rede Municipal, e a apresentação de outros sistemas próprios de avaliação com intuito de validação dos Sistema e entendimento da importância da tomada de decisões, tendo como referência os resultados das avaliações externas.
Processo de divulgação e apropriação dos resultados	O processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE são de responsabilidade, exclusiva, de um único setor, o NAE, que apresenta uma agenda única de divulgação, sem levar em consideração as necessidades específicas de cada setor da Secretaria, resultando na falta ou no excesso de informações que não colaboram para a apropriação de resultados pelas lideranças da Administração Central.	2- Identificar as informações referentes aos resultados da avaliação requeridas pelos diferentes setores da SEMED, como necessárias à apropriação e proposição de ações. 3- Identificar as responsabilidades de cada setor da SEMED para divulgação interna dos resultados e do escopo das apropriações decorrentes da apropriação de resultados. 4- Divulgar os resultados do SIMAE conforme a especificidade e atribuições de cada setor na SEMED e consolidar apropriações organizadas em planos de trabalho e agendas elaboradas em espaços colaborativos de desempenho, cujo alicerce serão os relatórios de proposição de ações, fundamentados na análise dos resultados do SIMAE.
Ausência de planejamento das ações a partir dos resultados das avaliações do SIMAE	Os planos de ação dos setores da Secretaria não utilizam as evidências apresentadas pelos resultados do SIMAE, fragilizando os processos decisórios e a implementação de ações sistêmicas que possibilitem a elevação da qualidade da educação ofertada.	5- Elaborar o Plano de Trabalho da SEMED organizado com fundamento nos planos de trabalho e agendas propostas pelos espaços colaborativos de desempenho, a partir dos resultados do SIMAE.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Toda a reestruturação do processo de divulgação, detalhada nas próximas seções, tem como mote o planejamento coletivo e a consolidação de planos de ações num conjunto das proposições, desde o planejamento das ações até o ciclo de direção e controle, viabilizando a implementação de uma política de reconhecimento e responsabilização coletiva que perpassem o nível organizacional e funcional, pavimentando o avanço rumo à consolidação de uma cultura de avaliação para o desempenho.

4.1.1 Decisão e estratégia para a mudança

No primeiro ponto de análise, destacou-se o histórico e qualificou a decisão de implantação do SIMAE em *top-down*. A decisão não foi acompanhada de uma reflexão ou planejamento mais abrangente do processo de divulgação e apropriação dos resultados a ser adotado no sistema de avaliação, mesmo com os entrevistados destacando a relevância da avaliação para a construção de política pública, em especial, da educacional. Todavia, há uma distância entre o que foi expresso como relevante nas entrevistas e o comportamento dos atores, bem como as ações empreendidas para consolidar uma cultura de avaliação. Apesar de a avaliação externa ter sido apontada como relevante, o apoio parcial ficou evidenciado pela identificação de ausências relevantes na aplicação do SIMAE em 2017. O caráter facultativo possibilitou a identificação das ausências e falhas de adesão.

Por outro lado, a caracterização da decisão em *top-down* também indica uma ausência de pressão interna ou externa para que a decisão fosse tomada, mesmo com as evidências do IDEB indicando resultados não satisfatórios da educação municipal. Também não foram observadas pressões externas da sociedade ou de outros componentes do governo para que a decisão fosse tomada. A ausência de pressão externa pode ser consequência do não reconhecimento do valor público do IDEB/SAEB e do SIMAE, em São Luís.

Assim, propostas de modificação no processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE levam em consideração: a) que não pode haver pressões para a modificação do processo, levando à necessidade de uma decisão hierárquica; b) a incorporação de elementos de validação externa da decisão; c) a angariação de aceitação, o apoio e o estímulo à motivação da participação da estrutura de autoridade e dos servidores.

A alternativa aqui proposta é que se adote um modelo híbrido, um modelo híbrido, que combina a decisão hierárquica com a proposição de que o planejamento e a implantação da nova modelagem sejam efetuados de forma participativa e em rede, onde o Gestor da Educação (Secretário de Educação), enquanto autoridade política e formal, detentora de mandato, exerça sua autoridade e decida pela modificação do processo de divulgação e apropriação, caracterizando, assim, a decisão como hierárquica.

A validação externa é relevante para a continuidade do processo de mudança. É oportuno lembrar que os gestores escolares são escolhidos sem um processo de meritocracia previamente definido, caracterizando, assim, pressões externas sobre a estrutura que precisam ser evitadas ao longo da implantação da modificação do processo. A validação também é relevante como uma alavanca para auxiliar na formação do valor social do SIMAE.

Por fim, é necessário engajar a estrutura organizacional e os servidores na nova trajetória planejada para o processo de divulgação e apropriação dos resultados, de acordo com a proposta do Quadro 16:

Quadro 16 - Resumo da Ação 1: Estratégia Híbrida e Implementação do SIMAE

Ação (o quê?)	Reunião com os atores responsáveis pelos diversos setores do órgão central e com a representação da gestão das escolas. Se possível, com autoridades externas que validem a proposição de mudança. A ação deverá ter como produto uma ata da reunião de lançamento do processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE.
Justificativa (por quê?)	Explicitar a necessidade e oportunidade das mudanças nos processos de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE.
Local (onde?)	Espaço amplo, auditório, com capacidade para 150 pessoas (gestor do município, gestor da Rede, superintendentes, coordenadores, representantes do Ministério Público, Conselho de Educação, Sindicato, representante de professores e gestores escolares).
Tempo (quando?)	Anterior à formulação dos planos de ação dos departamentos da Administração Central e da semana pedagógica das escolas (presencial ou virtual).
Responsável (quem?)	Secretário(a) de Educação.
Estratégia (como?)	Demonstrar o desempenho da Rede municipal de educação de São Luís com dados do IDEB e SIMAE, através de slides, e apresentar a necessidade de mudanças para o alcance de melhores resultados. Destacar a avaliação como parte do ciclo de construção da política e o foco da Secretaria no desempenho. Explicitar como será desenvolvida a "estratégia de mudança". Divulgação da agenda de escuta dos diversos atores. Relevante: não incluir outros anúncios da Administração Central.
Custo (quanto?)	Custo total de R\$ 4.750 R\$1.000 – aluguel de auditório para 150 pessoas por 4h R\$ 3.750 – lanche para 150 pessoas Recurso do “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino” (MDE).

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base nos dados da pesquisa.

A proposta inicia-se com a realização de um evento, capitaneado pelo Gestor do Sistema Educacional, cujo objetivo é o de divulgar a implementação de modificações no processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE. Para tanto, o Gestor deve apresentar os resultados do IDEB e do SIMAE para consolidar a visão da necessidade de acelerar a obtenção de melhores resultados. Consideramos oportuna a sugestão de que essa apresentação também contenha elementos comparativos com os resultados obtidos pelo município de Teresina. Essa visão se conjuga com a ideia de que a SEMED terá como propósito claro a sua contribuição para o desenvolvimento humano do município.

A avaliação externa deve ser apresentada como parte do ciclo de políticas geradoras de evidências para o planejamento das ações da Secretaria, com fundamento nos resultados. A natureza da parceria com o CAEd também deve ser explicitada, tanto em termos da “aceitação”

dos resultados de um avaliador independente, quanto da capacidade técnica da instituição que pode ser fundamentada pelo portfólio de serviços.

Para o evento, deverão ser convidadas autoridades externas à Secretaria, oriundas dos órgãos de controle (Legislativo, Ministério Público e Conselho Municipal de Educação) do Governo, como forma de obter dois resultados: a) reforçar a visão do valor público das avaliações externas; b) obter validação de instâncias externas para o modelo a ser implementado.

A presença do corpo diretivo da Administração Central, dos gestores e coordenadores escolares, representantes dos professores e demais profissionais da educação e do sindicato da classe no evento, tem o propósito de ser o passo inicial para o engajamento da estrutura organizacional e dos servidores no novo processo. Para tanto, além das informações sobre o desempenho anteriormente relatadas, há que se transmitir uma visão de que a SEMED será pautada para busca por resultados e que essa busca será efetuada de forma participativa. Isso apresenta a abertura do espaço para o diálogo e o coletivo.

Esse posicionamento deve ser reforçado pela apresentação do novo processo de divulgação dos resultados e sua respectiva agenda de trabalho. Na apresentação do processo é relevante destacar:

- a) A contribuição específica de cada setor da estrutura e que essa contribuição será estruturada e planejada em parceria com a direção, e que a divulgação dos resultados deve atender às especificidades desses setores para o exercício pleno da sua atribuição;
- b) Que haverá espaços colaborativos para que os diversos setores contribuam com suas visões para a construção coletiva da política e plano de ação da SEMED, com fundamento nas evidências da avaliação;
- c) Que o monitoramento será realizado a partir do planejamento.

O público do evento foi estimado em 150 pessoas. A razão para a escolha de um ambiente externo se deu porque a SEMED e o município não dispõem de um espaço físico com a capacidade de abrigar tal público. Também foi levado em consideração o fato de que o ambiente externo reforça a presença dos atores externos à Secretaria para validação da decisão e o próprio sentido da avaliação “externa”. O ambiente de pandemia, em caso de duração das condições de biossegurança, poderá inviabilizar o evento presencial, sendo a realização de conferência virtual uma alternativa que poderá ser adotada, evitando, assim, tanto os riscos sanitários quanto as despesas com aluguel do espaço e alimentação. Destacamos essa possibilidade como forma de ação para que, caso seja do interesse da Secretaria, o processo se

inicie considerando o cenário de distanciamento social e o permitido.

A próxima seção apresenta a segunda ação deste plano, que se configura a adoção de uma estratégia de divulgação, sob a coordenação do NAE, que atenda às especificidades dos setores e funções desempenhadas pelos técnicos da Secretaria de Educação.

4.1.2 Processo de divulgação e apropriação dos resultados

Inicialmente, cumpre ressaltar que o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE não ocorre no vácuo, mas no âmbito da estrutura organizacional da SEMED, já descrita no Capítulo 2. A estrutura organizacional responde à construção da hierarquia e à divisão de trabalho em que os setores devem cumprir determinadas funções. Tais funções são tecnicamente diferenciadas através de atribuições e competências.

O desempenho do sistema organizacional depende do desempenho de todas as funções devidamente coordenadas com vistas aos objetivos definidos. Nesta esteira, são apresentados planos de ação que visem aprimorar o processo de divulgação dos resultados no que se refere a: divulgação e apropriação dos resultados, instrumentos e direção coordenação controle, responsabilização, cooperação interdependência e sinergia, transformação, cultura de avaliação.

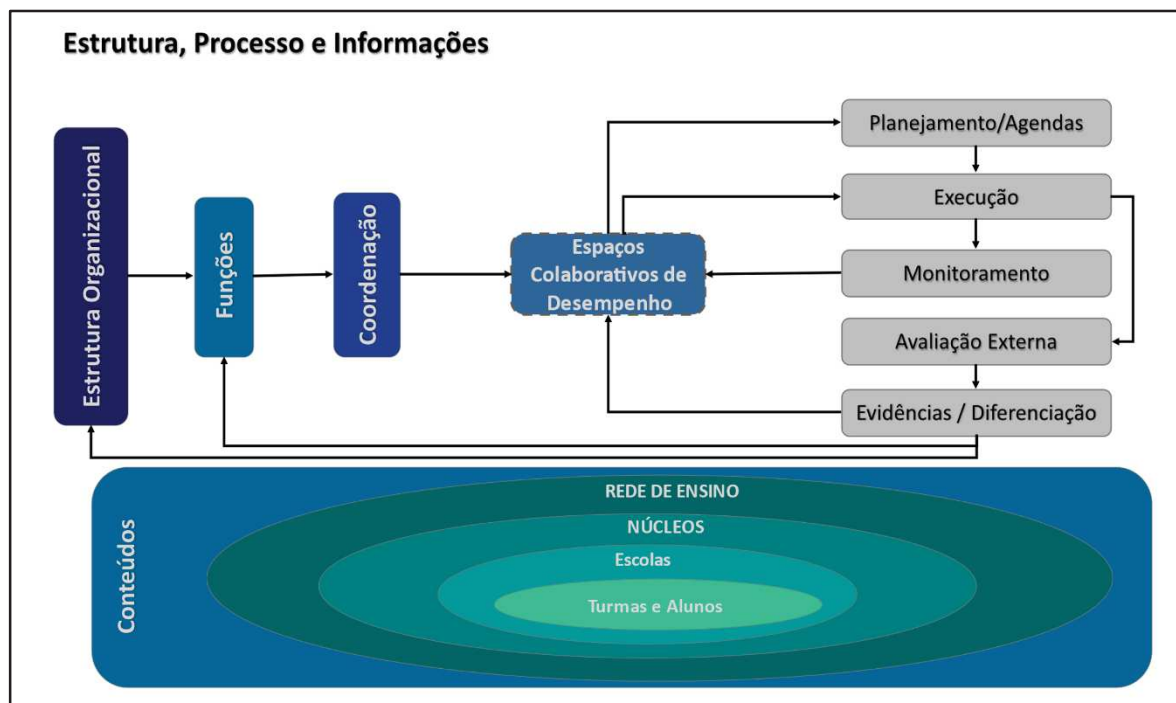
Conforme identificado nas evidências, é preciso superar o bloqueio da centralização do modelo padronizado da informação disponibilizada pelo NAE, reconhecendo as especificidades das competências e atribuições de cada um dos setores caracterizados na divisão e organização do trabalho da SEMED. Tal fato se relaciona também com as evidências encontradas de não percepção da diferenciação das funções e a centralização do processo de divulgação no NAE.

De outro lado, também é mister implementar um método capaz de romper com a visão e ações fragmentadas e compartimentalizadas típicas da estrutura burocrática da SEMED para o estabelecimento de uma cultura de avaliação que propicie o desempenho organizacional, que se relacionam diretamente com as evidências encontradas sobre cooperação, interdependência e sinergia.

Assim, o que sobressai das evidências é o desafio de aperfeiçoar as informações e o processo de divulgação dos resultados de forma a estimular o pleno exercício das funções diferenciadas e reconhecidas na divisão organizacional, ao tempo em que se implementam métodos de coordenações capazes de reconhecer a interdependência entre os setores e proporcionar cooperação e sinergia com vistas à melhoria do desempenho. Para vencer esse desafio, as proposições deste estudo seguem o modelo apresentado no Diagrama 10, em que se procurou evidenciar a integração do ciclo de políticas públicas com a estrutura organizacional,

seus espaços e componentes estruturais do resultado das avaliações:

Diagrama 10 - Proposta do Processo de Divulgação e Apropriação dos Resultados do SIMAE



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em São Luís (2019a) e nos dados da pesquisa.

Por exercerem funções diferenciadas, os setores demandam e analisam informações com perspectivas diferentes e, assim, contribuem para o conjunto. O reconhecimento dessa diferenciação é o primeiro passo para a construção de uma divulgação adequada. A padronização das informações sem esse reconhecimento implica em negar aos setores informações relevantes para o exercício de sua função ou, por outro lado, sobrecarregá-los com informações desnecessárias. Logo, é preciso definir a estrutura da informação que deve ser provida pelo NAE para cada uma das funções, que determinam modificações no processo de trabalho do próprio setor, ensejando, assim, mudanças das informações no processo de divulgação.

A primeira etapa do novo processo consiste em reconhecer as especificidades de cada um dos setores e suas limitações e, dessa forma, construir diferenciações no padrão da informação a ser divulgada, conforme proposto no Quadro 17:

Quadro 17 - Resumo da Ação 2: Estratégia de Divulgação e Apropriação dos Resultados Adequadas às Diferentes Funções Desempenhadas pelos Setores no Âmbito da SEMED

Ação (o quê?)	Identificação e definição do padrão de informação necessário ao pleno exercício de cada um dos setores da Administração Central, bem como da contribuição específica de cada uma dessas funções com ações para a melhoria do desempenho da Rede educacional. A ação deverá ter como produto um relatório estruturado pelo NAE, de identificação da demanda de informação e de identificação da contribuição funcional.
Justificativa (por quê?)	Estabelecer um padrão de informação sobre o resultado da avaliação compatível com o pleno exercício de cada um dos setores tipificados na organização, bem como estabelecer a contribuição de cada uma dessas funções como proposição de ações para a melhoria do desempenho educacional.
Local (onde?)	Salas de reunião da SEMED.
Tempo (quando?)	Anterior à divulgação dos resultados da avaliação, início do ano letivo.
Responsável (quem?)	NAE e Secretário Adjunto de Ensino.
Estratégia (como?)	Aplicação de formulários, entrevistas e reuniões do NAE com os responsáveis pelas diversas funções no âmbito da Administração Central.
Custo (quanto?)	Sem custos (todos os participantes são servidores da SEMED no exercício de suas funções e os espaços são os da Secretaria).

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base nos dados da pesquisa.

O objetivo da ação é identificar o conjunto de informações advindas da avaliação que, acrescidas do conhecimento específico dos setores, proporcionem a construção da contribuição funcional do desempenho. Essa construção decorrerá da interação entre o NAE e os integrantes dos setores. A escolha do NAE deve-se ao domínio da estrutura das informações e conhecimentos específicos sobre os resultados. Todos os setores devem contribuir para a análise do desempenho, ultrapassando a zona de conforto, agregando o valor relativo ao seu conhecimento específico à proposição de políticas e ações.

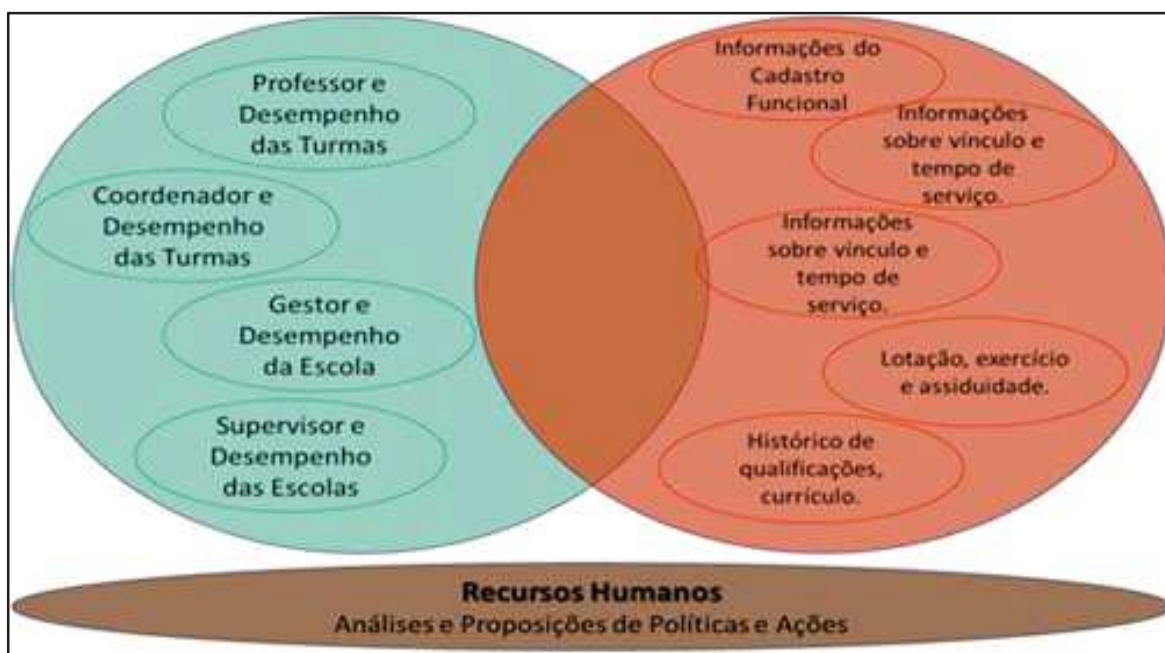
Uma área-chave em todos os sistemas educacionais são os recursos humanos, inclusive representado pelo peso das despesas de pessoal nos orçamentos de educação. Se os recursos humanos são tão importantes, qual a contribuição que o setor responsável por essa função deve ter na análise dos resultados? Qual o formato que as informações de desempenho devem receber para tornar efetiva a sua contribuição?

Mesmo sendo uma proposta de construção coletiva, o NAE deve ter uma concepção inicial clara sobre as contribuições de cada setor. Assim, no caso dos recursos humanos, a análise deve refletir uma avaliação do desempenho com a contribuição desses “recursos” para tal desempenho. Essa visão molda o formato básico das informações a serem ofertadas pelo NAE e a análise esperada do setor.

Assim, considerando o padrão de informações oriundas da avaliação, é forçoso imaginar

que a demanda de informações dos recursos humanos seja pautada pela vinculação do desempenho a esses recursos. A contribuição esperada será uma análise do desempenho com o perfil dos recursos humanos, conforme ilustrado no Diagrama 11:

Diagrama 11 - Análise de Desempenho – Setor de Recursos Humanos



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em São Luís (2019a).

Na análise do setor buscar-se-ão respostas para questões como: qual perfil profissional dos professores corresponde a um determinado desempenho? A qualificação ofertada influenciou no desempenho? Como se comportou o desempenho de acordo com a natureza dos vínculos empregatícios e o tempo de serviço? Há correlação entre o tempo de exercício do professor em determinada escola e o desempenho das suas turmas? As mesmas indagações podem ser efetuadas quanto aos coordenadores escolares, aos gestores e aos supervisores da Administração Central para um conjunto de escolas.

Se tais análises forem efetuadas, certamente terão influência na construção de uma política de gestão de pessoas voltadas para o desempenho. Podem, ainda, contribuir para a política de lotação, exercício, capacitação etc. Os recursos humanos são elementos essenciais do processo de ensino, todavia a função é tratada como “atividade-meio” e não como integrante de uma cadeia de meios e fins. Essa visão deixa o setor apenas com as características burocráticas como as de elaboração de folhas de pagamento, direitos e deveres do servidor, excluindo grande parte da nobre função de contribuir diretamente para o desempenho

educacional.

É preciso deixar claro que não se trata de um processo de avaliação do desempenho específico do servidor e, sim, da identificação de padrões de perfis aderentes aos resultados. Tais evidências é que podem possibilitar a construção de uma política de gestão de pessoas mais adequada ao desempenho.

O mesmo se dá com o setor de Currículo, que é responsável pela organização de todo o conteúdo pedagógico, sua distribuição em cada etapa de ensino a ser ministrado ao longo do ano. Para tanto, obedece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Território Maranhense (Base Estadual), por ainda não dispor de Base Municipal aprovada. É responsável por estabelecer a carga horária de ensino para cada conteúdo. Assim, sua função está diretamente relacionada ao conteúdo pedagógico das disciplinas. Então, é esperado que as informações a serem providas pelo NAE sejam estruturadas para apresentar os resultados de cada um dos conteúdos, conforme ilustrado na Figura 14:

Figura 14 - Análise de Desempenho – Setor de Currículo



Fonte: Elaborada pela autora (2021) baseado em São Luís (2019a).

Essa é uma mudança essencial no processo de divulgação e apropriação. As propostas decorrentes dessa análise devem influenciar o principal instrumento de planejamento pedagógico da Rede de ensino, a construção orientada dos planos políticos-pedagógicos das escolas.

A análise da dedicação das cargas horárias de ensino para cada componente curricular muda substancialmente, o que atualmente é a contribuição dada pelo setor. A análise do geral para o específico da escola possibilita entender se a lacuna se encontra em toda a Rede, em um núcleo ou em uma escola específica, possibilitando também orientações diferenciadas.

Os setores de Qualificação Profissional e formação continuada necessitam, em tese, de informações cujo padrão se aproxima muito do requerido pelo setor de currículo. Todavia, sua

análise e posteriores propostas têm conteúdos diferenciados que deveriam identificar lacunas nos resultados não cobertas por qualificações anteriormente empreendidas, melhoria de resultados que possam ser vinculados às qualificações anteriores e proposições de ações para atender às deficiências apontadas nos resultados alvo de análise. Inicialmente, é preciso que o setor estabeleça um construto se a lacuna em relação ao desempenho nos descritores decorre de reforço no conteúdo dos professores, na didática de ensino ou nos dois objetos. Além disso, deve considerar se houve algum efeito no desempenho em decorrência das formações efetuadas ao longo do período anterior à avaliação do SIMAE, considerando as turmas dos professores, público-alvo da formação.

As proposições do setor de formação devem buscar a melhoria do desempenho mediante o reforço do conteúdo, da didática ou de ambos. Além disso, deve apresentar o público-alvo, o período de aplicação (prévio à apresentação do conteúdo aos alunos), o provedor da formação, o correspondente gasto e o benefício esperado de cada uma das propostas de formação.

Um ponto adicional a ser mencionado é a formação em gestão escolar. Diferentemente da formação pedagógica, decorrente das evidências trazidas pela avaliação, a formação em gestão escolar deveria ser permanente. Além disso, deveria conter conteúdo específico sobre o processo de avaliação, a estrutura das informações advindas da avaliação e a idealização de ações. O mesmo se aplica à formação para o exercício das funções no âmbito da Administração Central.

Uma função complexa é exercida pelo setor de Alfabetização, que tem como característica a especialização em aspectos pedagógicos e ambientais (inclusive infraestrutura e assistência) dos alunos dos dois Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Assim, envolve a construção de uma visão dedicada a esses anos, mas que abrange um conjunto de análises consideradas em outras funções específicas. Assim, as informações a serem demandadas pelo setor têm foco nesses anos, porém absorve a complexidade que vai da identificação das turmas de cada alfabetizador, dos coordenadores, gestores e supervisores, das informações das formações empreendidas, das informações de perfil profissional e até mesmo do material pedagógico disponível e adequação da infraestrutura. Assim como o NAE, o setor não está formalmente definido no âmbito da estrutura organizacional da SEMED e, assim, conflitos de atribuições e competências com outras funções ainda persistem.

De toda ordem, a contribuição do setor deve ter foco no público-alvo e se ater a uma visão mais holística do que envolve essa etapa de ensino. Ela é fundamental para determinar o investimento e as ações para as etapas posteriores da aprendizagem.

As abordagens referentes aos setores de recursos humanos, currículo, formação e alfabetização exemplificam a complexidade a ser considerada e planejada para cada setor. Nesses casos, foi demonstrado como isso se dará com uma atividade considerada “meio”, uma ação considerada “fim”, um setor considerado como suporte ao ensino e um estruturado para atender determinado público-alvo.

Tais exemplos expressam a diferenciação entre os setores, a interdependência entre eles e a necessidade de cooperação e sinergia para que a melhoria do desempenho educacional seja alcançada.

Com esse entendimento, cada setor da organização tem e deve receber informações diferenciadas a serem construídas a partir do próprio conhecimento sobre o setor e da contribuição que deverá formular como ações, com fundamento na análise dos resultados. Todos têm valor a agregar e isso precisa ser construído e, dessa forma, propomos a seguinte ação a ser desenvolvida no âmbito da Administração Central.

A utilização de salas de reunião para a realização de reuniões e entrevistas é necessária, pois serão diagramados relatórios, fluxos de informação e manuseados exemplos e simulações com a utilização de informações de resultados do SIMAE. Se, em decorrência da pandemia não for possível a realização de eventos presenciais, poderão ser realizados eventos virtuais.

O Secretário Adjunto de Ensino é o detentor da atribuição de dirigir os aspectos pedagógicos da SEMED. Dessa forma, deve também dialogar institucionalmente com os pares sobre os fatores que influenciam o desempenho pedagógico. Uma vez que o NAE é a unidade técnica responsável pela avaliação e sua correspondente estrutura de métricas, o assessoramento do núcleo ao Secretário Adjunto é consequência natural. Recordamos que o NAE está hierarquicamente subordinado ao Secretário Adjunto de Ensino.

Conforme anteriormente proposto, o resultado da ação é a construção de um relatório que decorre da interação do NAE e Secretário Adjunto com os setores, assim é indispensável que, ao final, o relatório seja validado pelos participantes dessa interação.

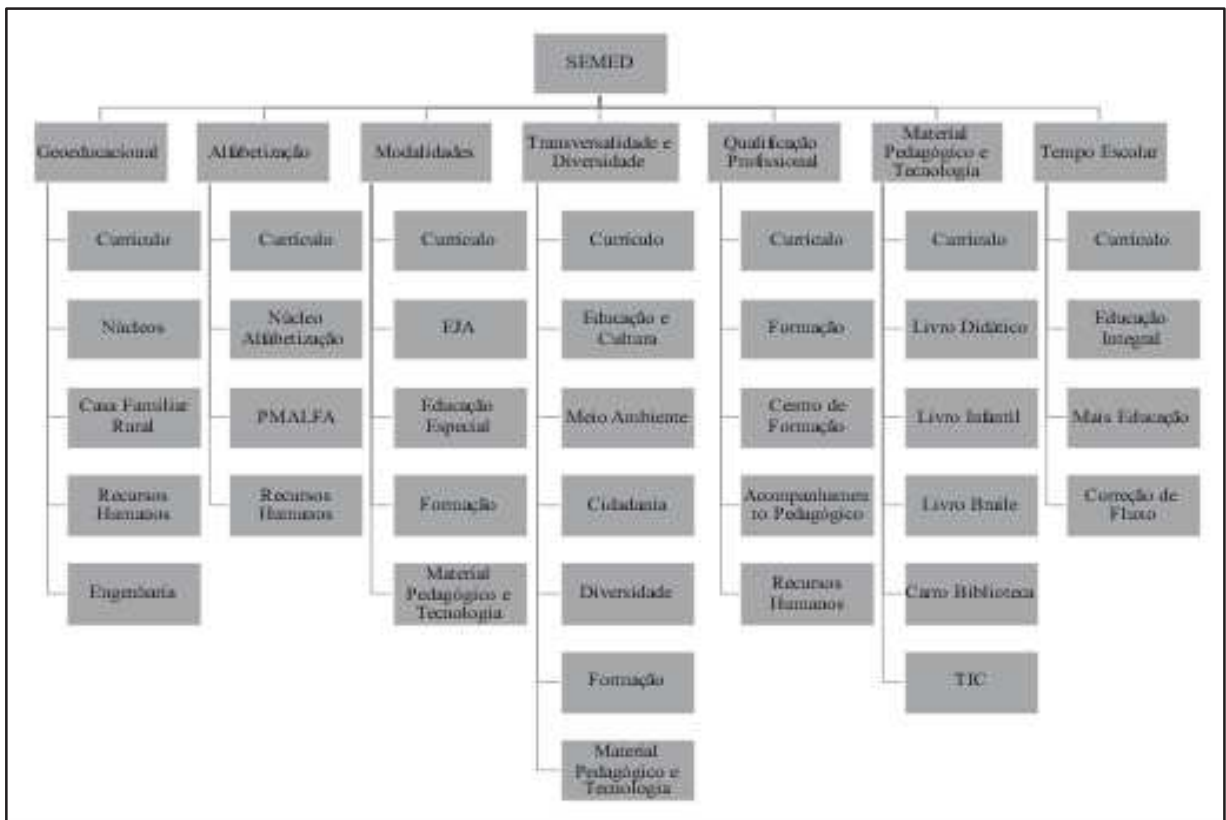
Da forma como previsto, cada setor terá conhecimento das informações que receberão, mais importante, qual será a respectiva contribuição propositiva de ações, agenda de trabalho para a melhoria do desempenho educacional. Além disso, também será estabelecida com clareza a sua responsabilidade no processo de divulgação e a apropriação em seu âmbito interno de organização da SEMED. Também ficam definidas as responsabilidades do NAE em prover as informações conforme os padrões estabelecidos, uma vez que é o setor que domina a estrutura das informações que compõem a avaliação empreendida pelo SIMAE.

As informações consolidadas pelo NAE estão relacionadas à estrutura organizacional

da SEMED e intrinsecamente ligadas aos setores. Para tanto, propomos que essa coordenação seja feita mediante espaços colaborativos de desempenho. Tais espaços foram formulados tendo um primeiro eixo voltado para o diagnóstico do desempenho do conteúdo pedagógico da avaliação, do *locus*, distribuição dos resultados nos espaços municipais – geografia do município (o *locus* diferencia urbano e rural, bairros com características socioeconômicas distintas, acesso a meios de transporte distintas etc.) – desse desempenho, da alfabetização, das modalidades de ensino e da transversalidade e diversidade social.

O segundo eixo se refere aos fatores que influenciam diretamente o desempenho futuro representados pela qualificação profissional, tempo escolar, material pedagógico e pela tecnologia de informação e comunicação, caracterizados como espaços, estrutura informal para agregar valor e quebrar a rigidez burocrática. É possível estruturar toda a Administração Central nos seguintes espaços cujas funções integrantes são detalhadas no Organograma 3:

Organograma 3 - Demonstração de Espaços Colaborativos



Fonte: Elaborado pela autora (2021) baseado em São Luís (2019a).

Assim, os espaços colaborativos são agrupados da seguinte forma: espaços de diagnóstico direto do desempenho: a) espaço Geoeducacional; b) espaço Alfabetização; c) espaço das Modalidades; d) espaço da Transversalidade e Diversidade; e espaços de produção

e desempenho educacional: a) Qualificação e Formação Profissional; b) Material Pedagógico e Tecnologias; c) Apropriação do Tempo Escolar.

O espaço Geoeducacional tem a finalidade de analisar o desempenho conforme o *locus* da execução. No caso da estruturação da SEMED, são *locus* naturais os núcleos e suas correspondentes escolas e anexos, a área rural e as casas familiares rurais. Cada um desses *locus* são detentores de especificidades contextuais sociais distintas que devem ser agregadas na avaliação de resultado. Fazem parte desse contexto o aspecto socioeconômico – pode ser mensurado por meio do INSE – e o de complexidade, que pode ser avaliado pelo indicador de complexidade da escola. Fatores contextuais relacionados ao provimento de recursos humanos e infraestrutura adequada também podem ser levados em consideração como contexto para o desempenho.

O espaço Alfabetização, foco que tem sido determinante no âmbito da política educacional da SEMED, é o ciclo de alfabetização. Tanto é que no âmbito da pesquisa foi destacado o setor de Coordenação de Alfabetização. Além disso, identificou-se uma coordenação para o Programa Mais Alfabetização (PMALFA)²⁶ do governo federal. Claramente, a SEMED considera a relevância do ciclo de alfabetização como base de sustentação do desempenho futuro dos estudantes da Rede.

Assim, a divulgação também deve prover informações diferenciadas para a análise do ciclo de alfabetização. Juntamente com a Coordenação de Currículo, esse é mais um espaço de colaboração que precisa ser construído pela gestão. Nesse caso, em virtude da necessidade de alta qualificação dos profissionais atuantes nesse ciclo, é recomendável a participação do setor de recursos humanos, responsável pela lotação, exercício e registro sobre a formação e desempenho dos profissionais da educação, evidenciando a atenção e prioridade que essa etapa inicial tem como alicerce para o desempenho nas etapas posteriores.

É importante analisar o desempenho relacionado ao contexto, principalmente dos recursos humanos, profissionais do magistério vocacionados e especializados em alfabetização. Há que se reconhecer que a alfabetização requer vocação, formação, material pedagógico e

²⁶ PMALFA: é um programa do governo federal que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização – para fins de leitura, escrita e Matemática – dos estudantes nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, com a finalidade de garantir apoio adicional – prioritariamente – no turno regular, com a presença opcional do assistente de alfabetização ao professor alfabetizador, por um período de 5 horas semanais para as unidades escolares não vulneráveis; ou período de 10 horas semanais para as unidades escolares vulneráveis, considerando os critérios estabelecidos na Portaria MEC nº 142/2018. Além disso, tem por finalidade a prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, mediante a intensificação de ações pedagógicas voltadas ao apoio e ao fortalecimento do programa (BRASIL, 2018b).

lúdico diferenciados, espaço físico de aprendizagem e de recreação distintos, assistência ao educando e outros elementos considerados relevantes pelo Núcleo de Alfabetização. O desempenho pedagógico futuro do alunado está atrelado a essa etapa.

Da mesma forma que para a alfabetização, o espaço Modalidades deve ser criado para ocorrer aos públicos-alvo, cujas funções são diferenciadas na estrutura organizacional da SEMED, até por terem processos executórios diferenciados na oferta de ensino. Nesse contexto, estão inseridas a Superintendência da Área de Educação de Jovens e Adultos e a Superintendência da Área de Educação Especial. Cumpre registrar que não há na SEMED um setor responsável por produzir análise de desempenho e propostas que considerem as perspectivas de raça, cor e gênero, consideradas fundamentais para a construção de políticas públicas de enfrentamento das desigualdades sociais. A necessidade de criação de espaço colaborativo próprio se dá com os temas transversais reconhecidos pela SEMED, a saber: educação ambiental, educação e cultura, e educação para a cidadania, justificada pela própria diferenciação dos alunos. É preciso, definitivamente, compreender que a presença deles não é uma questão de assistência social e, sim, uma obrigação de equidade educacional promotora de oportunidade e formadora para a vida. Desde o material pedagógico e contextuais devem favorecer esses alunos e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento e aprendizado.

A SEMED possui núcleos específicos que tratam de temas transversais como a educação ambiental, a cultura e a formação para a cidadania que justificam o espaço da transversalidade. Porém, não foi identificado no âmbito da Secretaria um setor específico que trate das diversidades como as de cor, raça e gênero. Nem mesmo os resultados das avaliações contemplam essas diversidades, o que vai na contramão da agenda social atual, inclusive incluída dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Reconhecemos que atualmente apenas o espaço Geoeducacional tem uma abordagem, mesmo que embrionária, já iniciada na SEMED, mas que precisa ser aperfeiçoada. Os demais espaços de diagnóstico precisam dar partida e serem acolhidos como uma experiência e oportunidade única de incorporação.

O espaço da Qualificação Profissional é proposto com o intuito de conceber as ações necessárias para cobrir deficiências de desempenho pedagógico identificadas a partir dos resultados. Trata-se de iniciativas que buscam a melhoria do desempenho através da ampliação do conhecimento e das práticas pedagógicas dos profissionais do magistério. Não são aquelas imaginadas apenas como necessárias à atualização profissional.

O espaço referente ao Material Pedagógico e Tecnologias foi concebido para possibilitar a análise da aderência e destaque do conteúdo dos recursos pedagógicos (livros, apostilas,

quadros digitais e outros) com os pontos fortes e fracos do desempenho demonstrado pelos resultados. O item de tecnologia foi incorporado principalmente para identificar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como promotoras da aprendizagem, o que ficou bastante evidenciado em decorrência do cenário de pandemia.

O espaço Tempo Escolar foi introduzido de forma a destacar a importância do tempo de permanência dos alunos na escola e a utilização desse tempo. A implantação progressiva de escolas de tempo integral e programas como o Mais Educação devem considerar os resultados da avaliação.

Os espaços colaborativos de desempenho podem ser constituídos por ato infralegal, mediante portaria ou outro ato normativo de responsabilidade única do Secretário(a) de Educação. Isso permitirá uma flexibilização e capacidade de adaptação que a cada ano possa ser renovada sem implicar num esforço adicional para validação externa. Os planos de ação – agendas de trabalho – resultantes dos espaços colaborativos, vão fundamentar o Plano de Ação da SEMED – Agenda de Trabalho da SEMED. Mais uma vez, é necessário articular as propostas e, de forma colaborativa, produzir um produto sinérgico, além da simples consolidação das diversas propostas dos espaços. Nesse sentido, sugere-se que o principal responsável seja a autoridade máxima do órgão, sendo esse espaço o que deve atender, de forma única, à apropriação dos resultados por parte da SEMED, conforme detalhado no Quadro 18:

Quadro 18 - Resumo da Ação 3: Agenda de Trabalho nos Espaços Colaborativos

Ação (o quê?)	Construção do plano de trabalho – agenda – dos espaços colaborativos de desempenho. A ação terá como produto o plano de ação – agenda de trabalho do espaço colaborativo.
Justificativa (por quê?)	Proporcionar a colaboração e a construção de planos de ação considerando os eixos propostos em um conjunto harmônico de proposições no âmbito de cada espaço.
Local (onde?)	Centro de Formação do Educador/SEMED.
Tempo (quando?)	Anterior ao início do ano letivo e da divulgação dos resultados para as escolas.
Responsável (quem?)	NAE e Secretário Adjunto de Ensino.
Estratégia (como?)	NAE concentra as proposições de planos e agendas das diversas funções encaminhando-os a todos os participantes dos espaços; reunião do NAE com cada espaço colaborativo de desempenho para a formulação da proposição do espaço colaborativo de desempenho.
Custo (quanto?)	Sem custos (todos os participantes são servidores da SEMED, no exercício de suas funções, e os espaços são os da Secretaria).

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base nos dados da pesquisa.

O Secretário Adjunto de Ensino tem a atribuição de coordenar todos os aspectos

pedagógicos relacionados à SEMED e, nesse caso, terá que dialogar com os pares para a construção das análises e propostas de ação. O NAE, como responsável técnico pela avaliação, é a unidade natural de assessoramento do Secretário Adjunto de Ensino. É preciso ressaltar que as unidades detentoras de funções e que estão sob a supervisão da Secretaria Adjunta participam dos espaços colaborativos de desempenho.

Como anteriormente descrito, os planos e as agendas a serem propostos no âmbito dos espaços colaborativos serão construídos a partir da contribuição dos vários setores, sem que isso represente apenas uma soma das contribuições. Também há que se considerar que não há tempo e recursos (humanos, materiais, tecnológicos e financeiros) disponíveis para atender a todas as propostas de ações. Assim, no espaço colaborativo de desempenho, cada setor deve apresentar as suas análises e propostas e, a partir da percepção dos participantes, as propostas devem ser concatenadas e priorizadas considerando-se o respectivo potencial para a melhoria do desempenho.

Dessa forma, se o processo não é de soma das propostas, também não é de disputa entre elas para que se tenham quais serão aprovadas ou rejeitadas. Consideramos que a melhoria do desempenho decorre do conjunto de forças (fatores que impulsionam o desempenho) e que, portanto, proposições de caráter isolado não têm por si só a capacidade de transformar radicalmente o desempenho.

De forma a exemplificar o tema no âmbito do espaço de colaboração geoes educacional, temos: a proposição do currículo para a escola “A” é de aumento da carga horária de ensino destinada ao descritor “x” e redução da carga “y”, a direção de núcleo propõe a revisão da gestão da escola; o recursos humanos informa que “z” professores serão aposentados e a substituição depende de contratação de novos professores; a engenharia afirma que a escola necessita urgentemente de reforma por questões de segurança e sanitárias, que o custo da reforma é mil reais e que a intervenção durará dois meses. Diante de tal cenário, qual proposta o espaço colaborativo irá encaminhar para alavancar o desempenho dos alunos da escola “A”?

O cenário anteriormente descrito, com alterações de variáveis, poderá ocorrer da escola “A” até a escola “N”. Todas demandaram ações e recursos, e isso precisa ser concatenado e compatibilizado, considerando a percepção dos agentes envolvidos no espaço de colaboração de desempenho.

No caso exemplificado, o resultado inicial das propostas dos espaços colaborativos não será o de construir um grande quebra-cabeça para tratar das especificidades de cada uma das escolas. A análise deve produzir políticas funcionais que alavanquem o desempenho, tais como:

- a) Qual política será adotada para adequar a carga horária dedicada a cada descritor

- avaliado;
- b) Qual a política será adotada para a revisão da gestão das escolas;
 - c) Qual a política será adotada para a substituição de professores em processo de aposentadoria;
 - d) Qual a política será adotada para a priorização das reformas das escolas e definição do calendário dos serviços.

Definidas tais políticas, é possível montar o “quebra-cabeça” para cada escola com fundamento em políticas gerais adotadas uniformemente e recomendadas pelo espaço colaborativo de desempenho.

A complexidade desse primeiro passo decorre de não haver histórico dessa construção, porém acredita-se que dessa forma será possível estabelecer critérios viáveis para que as análises e as proposições não voltem ao ponto zero a cada ano, contribuindo para a descontinuidade da gestão.

Se devidamente aplicada, a modelagem poderá possibilitar a construção de programações plurianuais das atividades de cada um dos setores, possibilitando inclusive a aplicação de projetos-piloto para ações de alto custo e incerteza de retorno.

Logo, a consolidação dos Planos de Ação, coordenada pelo NAE, resultará de encontros no Centro de Formação do Educador, que devem acontecer antes do início do ano letivo, com duração de 40h, durante uma semana, com discussões, análise dos resultados e elaboração dos respectivos planos de ação, conforme os espaços colaborativos.

Essa formulação e aprovação implicarão em ajustamentos consecutivos dos planos de ação até alcançar cada função. Dessa forma, pretende-se garantir uma formulação em rede, em *bottom-up*, mas que posteriormente considera as validações hierárquicas com os ajustes sendo efetuados em *top-down*, conforme direcionados pelos diversos planos.

Para a coordenação dessas etapas, dos diagnósticos e da compatibilidade das proposições inovadoras, a SEMED deverá contar com uma instância de suporte ao Secretário e ao Secretário-Adjunto de Ensino. O Núcleo de Avaliação Educacional, conforme o Relatório de Gestão (2016-2020), é o setor responsável por orientar a prática avaliativa das escolas e coordenar a aplicação das avaliações do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE), bem como

realizar estudos e análises dos dados produzidos pelo SIMAE e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, fornecendo indicadores de qualidade da educação municipal para subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento das políticas públicas educacionais, com

base em evidências, além de permitir que a qualidade da educação ofertada pela Rede seja mensurada. (SÃO LUÍS, 2020, p. 3).

Assim, o NAE é o espaço natural de instância de assessoramento ao Secretário Adjunto de Ensino.

Também deve ser considerada a questão dos instrumentos de divulgação e apropriação a serem utilizados pela SEMED. Para além dos atuais meios de comunicação de resultados já utilizados e oriundos do CAEd, a partir do Relatório de Identificação da Demanda de Informação e de Identificação das Contribuições, o NAE deverá formular Relatórios de Divulgação específicos para atender a essas demandas. Da mesma forma, deve propor uma estrutura de plano de ação – agenda de trabalho – de forma a possibilitar uma visão padronizada das diversas iniciativas dos setores e dos espaços colaborativos, conforme detalhamento do Quadro 19:

Quadro 19 - Resumo da Ação 4: Reformulação das Ações do NAE

Ação (o quê?)	Formulação das propostas de relatórios de divulgação de resultados dos setores e de planos de ação das funções e dos espaços colaborativos. A ação terá como produto o relatório de proposições para a divulgação dos resultados do SIMAE e de planos de ação – agendas de trabalho.
Justificativa (por quê?)	Proporcionar a concepção de relatórios-padrão para a divulgação dos resultados para cada setor da SEMED, bem como a padronização dos planos de ação – agenda de trabalho – das funções e dos espaços de colaboração de desempenho.
Local (onde?)	NAE.
Tempo (quando?)	Anterior à divulgação dos resultados.
Responsável (quem?)	NAE.
Estratégia (como?)	NAE concentra os relatórios de identificação de demanda de informações e de identificação de contribuições. O NAE elabora as propostas e providencia o consenso do formato com os responsáveis pelos setores e espaços colaborativos.
Custo (quanto?)	Sem custos (todos os participantes são servidores da SEMED, no exercício de suas funções, e os espaços são os da Secretaria).

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base nos dados da pesquisa.

Tais proposições deverão ser consensuadas com os respectivos responsáveis pelos setores e espaços colaborativos. Essa agenda de trabalho do NAE é aderente às suas atuais atribuições. A partir desses padrões de relatórios e de planos, as reuniões de formulação da política para o exercício passam a se dar com maior foco e com os participantes podendo ter acesso ao conjunto de informações dos resultados e propositivas de ações. Além disso, tais documentos passarão a constituir uma “memória das informações do processo”, facilitando a

retomada de um novo ciclo de planejamento e o próprio monitoramento das ações do exercício.

A evidência sobre a necessidade de coordenação já fora amplamente tratada ao longo da exposição anterior. Todavia, resta dar seguimento com propostas para a direção e o controle. A direção claramente ganhou uma dimensão, na qual se apoia a partir da construção do plano de ação/agenda de trabalho da SEMED, dos espaços colaborativos de desempenho e de cada uma das funções. A rigor, o conjunto da Administração Central já tem uma direção a seguir, entretanto tal função precisa ser coadunada com a função de controle que, conforme já ilustrado no Diagrama 9, está intimamente relacionada com a ação de monitoramento da execução das ações planejadas.

Em linhas gerais, esta ação configura a organização dos planos para a estruturação do Plano de Ação da SEMED e as estratégias de acompanhamento e monitoramento de todas as ações, que deverão ter suas execuções avaliadas bimestralmente em reuniões agendadas previamente para este fim. Caberá ao NAE, enquanto assessoria direta dos secretários de educação, a elaboração de relatórios mensais, com *feedback* da execução dos planos.

Tal fato implica na concepção de um ciclo que envolve a direção-execução-monitoramento da execução-ajuste de direção. Esse ciclo independe da realização de uma nova avaliação externa, não podendo ter um prazo de conclusão demasiadamente longo que implique em ausência de ajuste, nem demasiadamente curto para subtrair tempo valioso a ser dedicado à execução, sobrecarregando as unidades e os gestores com excesso de atividades de controle. Inicialmente, é recomendável que esse ciclo ocorra em um prazo mais curto – bimestral – e seja expandido na medida em que a SEMED internalize o conceito desse ciclo.

Um aspecto relevante para que esse ciclo tenha êxito é o fato de que os planos de ação contenham os prazos de execução para cada uma das proposições, subsidiando a construção de um portfólio de ações para monitoramento nos respectivos ciclos. Assim, o Quadro 20 detalha o plano de ação para o monitoramento dos planos de ação:

Quadro 20 - Resumo da Ação 5: Resumo da Proposta de Monitoramento dos Planos de Ação

Ação (o quê?)	Monitoramento da execução dos planos de ação e agendas de trabalho. A ação deverá ter como produto o relatório de monitoramento e direção do plano de ação da SEMED.
Justificativa (por quê?)	Proporcionar o conhecimento coletivo da execução do Plano de Ação da SEMED e das decisões diretivas adotadas para o seu ajustamento.
Local (onde?)	Centro de Formação do Educador/SEMED.
Tempo (quando?)	Bimestral e posteriormente ajustado ao calendário das avaliações pedagógicas das escolas.
Responsável (quem?)	NAE e Secretário Adjunto de Ensino.
Estratégia (como?)	NAE concentra os relatórios de execução dos setores e dos espaços colaborativos de desempenho e os consolida com as devidas proposições de decisões de ajuste. As decisões devem ser corroboradas em cada instância decisória.
Custo (quanto?)	Sem custos (todos os participantes são servidores da SEMED, no exercício de suas funções, e os espaços são os da Secretaria).

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base nos dados da pesquisa.

Com esse PAE, pretende-se contribuir para a consolidação de uma cultura de avaliação na Rede Municipal de Educação de São Luís, numa perspectiva de divulgação de resultados que resulte em apropriação pedagógica e ações de intervenção sistêmicas, primando pela elevação da qualidade educacional de forma equânime. Logo, importa investir num processo de divulgação que atenda as especificidades e funções de cada setor, dentro da estrutura organizacional da Secretaria, de forma a minimizar gastos e traçar estratégias pontuais de apropriação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período Pós-Constituição de 1988, a educação brasileira passou a incorporar a qualidade do ensino como um objetivo, extrapolando, assim, o foco único da universalização. O país conta com o SAEB desde 1990 e em 2007 implantou o Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB), com o propósito de avaliar o desempenho das Redes escolares e seus alunos. O enfoque na qualidade e “desempenho” impulsionou os entes federados a adotarem sistemas próprios de avaliação externa, o que ocorreu no município de São Luís em 2017 com o Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE).

O entendimento de que a adoção de sistemas de avaliação por si só não conduz a uma melhoria dos resultados educacionais orientou este estudo sobre o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE. Assim, o principal objetivo foi investigar e analisar o processo de divulgação do SIMAE e os seus resultados, de forma a possibilitar a apropriação pedagógica, com estudo de caso que teve como unidades de análise os sistemas de avaliação em funcionamento nas Redes municipais de São Luís, SIMAE, e de Teresina, SAETHE, identificando semelhanças e diferenças históricas e processuais, tornando viável a proposição de um plano de ação para a melhoria do processo de divulgação e apropriação em São Luís, respondendo à questão de pesquisa: “como aprimorar o processo de divulgação e a apropriação pedagógica dos resultados do SIMAE de modo a viabilizar o planejamento de políticas e ações públicas para a melhoria do desempenho?” e sendo dividido em 5 capítulos, quais sejam: (1) Introdução; (2) A implementação do sistema municipal de avaliação educacional de São Luís (SIMAE) e a divulgação dos resultados; (3): Análise do material e do processo de divulgação do SIMAE; (4): Propostas de apropriação dos resultados do SIMAE - Plano de Ação Educacional e (5): Considerações finais.

Na introdução trouxemos as principais características e elementos das avaliações externas a nível nacional e do município de São Luís, bem como a caracterização da Secretaria Municipal de Educação, para tanto, no segundo capítulo discorreremos sobre o SAEB e IDEB e o seu histórico de desenvolvimento. Como catalisador da adoção dos sistemas de avaliação externa pelos entes federados, destacamos os pressupostos da continuidade, transparência, amplo acesso como fatores que consolidaram o valor social da educação. A seguir, foram apresentados os elementos contextuais da rede municipal de São Luís, dentre os quais a estrutura organizacional, quantidade de matrículas, recursos humanos, constituição da Rede de ensino. Nessa abordagem, destacamos a rigidez burocrática e verticalização da estrutura organizacional, com enclausuramento no exercício das funções na Administração Central, o

que posteriormente no Capítulo 3 coadunou com os dados de pesquisa relacionadas com a incipiente “coordenação” e “integração” dos processos de divulgação e apropriação apontados no Capítulo 3.

Ainda no Capítulo 2, foram apresentados e analisados os resultados do IDEB e do SIMAE. Os resultados foram contextualizados numa visão histórica de uma política e gestão educacional fragmentada e descontínua em que os resultados observados e analisados sustentam que não houve uma transformação positiva do desempenho. Tal fato é inclusive referenciado como uma das razões para a adoção e implantação do sistema de avaliação externa. Também se destaca a decisão e implantação do Programa de Intervenção Pedagógica – PIP em decorrência da apropriação dos resultados do SIMAE para os anos iniciais do ensino fundamental.

No Capítulo 3 analisou-se comparativamente os instrumentos, o material utilizado e os processos de divulgação e apropriação dos resultados dos sistemas de avaliação externa de São Luís e Teresina. Para tanto, foi apresentado o referencial teórico que fundamenta esse estudo de caso, do qual destacamos o entendimento de que os sistemas de avaliação externa não se constituem um fim em si mesmos e sim um instrumento de construção de evidências para a adoção de políticas e ações transformadoras, parte do ciclo de políticas públicas. Assim, a postura foi a de considerar a avaliação como uma “pesquisa social” cujos resultados devem ser divulgados com os mesmos princípios da divulgação da pesquisa científica e cuja apropriação se coaduna com o conceito de “apropriação tecnológica”.

A partir da base conceitual, foi realizada a pesquisa de campo constituídas de entrevistas com atores partícipes dos processos de divulgação e apropriação de resultados de São Luís e Teresina. As entrevistas semiabertas tiveram como foco identificar o histórico e as razões para a implantação dos sistemas de avaliação externa, a estratégia de implantação, os fluxos processuais, as funções organizacionais envolvidas e os elementos de coordenação até a formulação das propostas de intervenção pedagógica decorrentes da apropriação.

A análise dos meios materiais de divulgação fornecidos pelos serviços especializados de avaliação externa junto ao CAEd demonstrou que os mesmos são semelhantes. São portais, elementos gráficos e revistas de igual conteúdo e natureza. Todavia, a característica das decisões, estratégias de implantação dos sistemas de avaliação e os mecanismos de coordenação, implementação e controle das ações de divulgação e apropriação dos resultados se mostraram bastante distintos.

De forma concisa, a decisão de implantação em São Luís se deu em *top down*, *sem* que houvesse uma discussão interna ou experiência anterior com processos de avaliação externa.

Em Teresina a decisão ocorreu no âmbito de um contexto de consenso entre hierarquia da administração central, em rede e fundamentada em experiências prévias com processos de avaliação. Em São Luís não foi observada a constituição de uma estratégia formal ou informal de implantação da avaliação, enquanto em Teresina essa estratégia foi clara e continua até hoje, mesmo não sendo formalmente caracterizada. Já sob o aspecto processual, em São Luís não são consideradas as diferenciações funcionais decorrentes da departamentalização, que o rigor do enclausuramento da estrutura organizacional requeria um esforço crescente de coordenação na análise e apropriação dos resultados e a necessidade de organizar as modificações inovadoras na política educacional que implementadas proporcionem ao sistema capacidade de gerar melhores resultados.

No Capítulo 4 é proposto um plano de ação com propostas de alteração no processo de divulgação e apropriação dos resultados em São Luís propiciam a construção de uma organizada para o desempenho alicerçado nas evidências dos resultados da avaliação externa.

O plano de ação é estruturado em 5 (cinco) estratégias, cujas ações são desenvolvidas de forma a modificar a característica do processo decisório e a estratégia de implantação de um modelo em *top down* para uma modelagem híbrida com a combinação de decisão hierárquica com a estruturação em rede. É proposto um modelo de divulgação que rompe com a centralização no Núcleo de Avaliação Educacional – NAE em que são reconhecidas e privilegiadas a diferenciação funcional, bem como as respectivas responsabilidades. Para romper com o enclausuramento das funções na administração central é proposta a criação de “espaços de colaboração” que buscam agregar análise e formulações de inovação integrada por visões diferenciadas do resultado, até se consolidarem em um plano de ação da Secretaria de Educação.

Cumprе esclarecer que o estudo e, conseqüentemente, as propostas apresentadas se limitaram à Administração Central das Secretarias de Educação dos Municípios. Mesmo considerando as escolas como um relevante espaço de inovação e o *locus* onde a política educacional é executada, a Administração Central tem a função relevante de coordenar a construção da política com uma visão sistêmica. Essa visão deve ser formada para que haja um entendimento harmônico com as escolas, pois lá não existe uma segmentação das funções como ocorre na Administração Central e, sendo assim, a gestão escolar responde de forma única por todas as funções. Todavia, as escolas também são capazes de propor e ajustar política e ação inovadoras com a vantagem de estarem muito mais próxima do tecido social a que atendem. Assim, o processo de divulgação e apropriação dos resultados no âmbito das escolas e sua relação com a Administração Central devem ser objeto de novas pesquisas. Outros fatores

identificados, tais como: a) processo de meritocracia para a seleção de gestores escolares; b) organização e formalização da estrutura organizacional da Administração Central e das Escolas; c) suficiência de supervisores escolares; d) escolas (anexos) sem quadro diretivo; e) suficiência de profissionais do magistério; e f) institucionalização do NAE e do SIMAE, mesmo com reconhecidos reflexos no desempenho foram limitados pelo tema e merecem ser objeto de novas pesquisas.

Dessa forma, todo o esforço desse estudo de caso foi no sentido de contribuir para que a Secretaria de Educação de São Luís tenha uma proposta de adequação do processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE, consolidando a avaliação como alicerce para a construção de políticas e ações educacionais que alavanquem o desempenho dos alunos, alcançando, assim, um reconhecido valor público.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. *In*: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 173-200.
- ALBAGLI, S. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996.
- BECKER, F. R. Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, España, n. 53, v. 1, 2010.
- BLASIS, E. Avaliações em larga escala: contribuições para a melhoria da qualidade na educação. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 251-268, 2013.
- BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da Educação Básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2020.
- BRASIL. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex post. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2018a. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218_avaliacao_de_politicas_publicas_vol2_guia_expost.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012**. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-867-2012-07-04.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Mais Alfabetização**: Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento. Brasília, DF: MEC, abr. 2018b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores**: Guia do formador módulo 1. Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/guia_for_1.pdf. Acesso em: 1 dez. 2019.
- BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, 2006.
- BROOKE, N. (org). **Avaliação da Educação Básica**: a experiência brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação&Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2010.

BURGOS, M. B.; SANTOS, M. M.; FERREIRA, P. V. G. Avaliação, alfabetização e responsabilização: os casos de Minas Gerais e Ceará. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2012.

BUZATO, M. E. K. Cultura digital e apropriação ascendente: apontamentos para uma educação 2.0. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 283-304, dez. 2016.

CASTRO, M. H. G. A consolidação da política de avaliação da Educação Básica do Brasil. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 271-296, set./dez. 2009.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Portal do SIMAE**. Juiz de Fora: CAEd, 2019b. Disponível em: <https://simae.caedufjf.net/>. Acesso em: 18 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Proposta de Metas de Aprendizagem para São Luís**. Juiz de Fora: CAEd, 17 abr. 2018. p. 1-5.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Resultados do SIMAE (2017-2018)**. Juiz de Fora: CAEd, 2019a.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 115, p. 139-154, mar. 2002.

FEITOSA, M. M. R.; GRILL, I. G.; PINTO, L. M. C. Programa “São Luís Te Quero Lendo e Escrevendo”: uma política de desfragmentação na área de educação. *In*: MARANHÃO. Prefeitura Municipal de Educação. **Formação dos educadores: uma ação estratégica e transversal às políticas públicas para a educação**. São Luís: Semed, 2004.

FONTANIVE, N. S. A divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares: limitações e perspectivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 78, p. 83-100, mar. 2013.

FONTANIVE, N. S. Avaliação em larga escala no Brasil: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb/95). *In*: BOMENY, H. (org.). **Avaliação e determinação de padrões na educação latino-americana**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Preal, 1997.

FONTANIVE, N. S.; ELLIOT, L. G.; KLEIN, R. Os desafios da apresentação dos resultados da avaliação de sistemas escolares a diferentes públicos. **Revista Electronica Iberoamericana Sobre Calidad, Eficacia y Cambio em Educacion**, Recife, v. 5, n. 2, p. 262-273, 2007.

GAZZOLA&ASSOCIADOS CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA. **A experiência de Minas Gerais com o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP): alfabetização no tempo certo**. Belo Horizonte, 2018. 40 slides, colorido.

GERTLER, P. J. *et al.* **Avaliação de impacto na prática**. 2. ed. Washington D.c: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2012. 374 p.

GIMENES, N. *et al.* Além da Prova Brasil: investimentos em sistemas próprios de avaliação externa. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 12-32, abr./ago. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HORTA NETO, J. L. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 91, n. 227, p. 84-104, jan./abr. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/censo2010/dados_divulgados/index.php?uf=31. Acesso em: 20 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=25272&t=resultados>. Acesso em: 20 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>. Acesso em: 20 ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**. Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: <http://ana.inep.gov.br/ANA/>. Acesso em: 18 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota técnica**: Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse) participantes da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/ana/resultados/2014/nota_tecnica_inse.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota técnica**: Teoria de Resposta ao Ítem. Brasília, DF: Inep, 2011. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/nota_tecnica/2011/nota_tecnica_tri_enem_18012012.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019**. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019. Brasília, DF: Inep, 2019a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-366-de-29-de-abril-de-2019-86232542>. Acesso em: 13 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Brasília, DF: Inep, 2019a.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 18 set. 2020.

KHAMIS, K. A. R. M. O Ideb em foco: uso de resultados e formação de professores nas escolas. *In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR*, 9., 2015, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2015.

OLIVEIRA, A.; LOPES, A. C. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 38, p. 19-41, jan./abr. 2011.

OLIVEIRA, V. M. M. **A trajetória do Sistema de Avaliação da Educação do estado do Rio de Janeiro-SAERJ**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M.; ARCAS, P. H. Sistemas estaduais de avaliação: interfaces com qualidade e gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 31, n. 3, p. 667-680, jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/63800/37029>. Acesso em: 18 out. 2020.

MACHADO, C. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 70-82, jan./jun. 2012.

MOSSO, M. M. **Planejamento educacional estratégico e tático: educação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: ESC, 2013. Disponível em: <http://mariomanhaes.com.br/wp-content/uploads/2017/06/planejamento-educacionalestrategico-tatico.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MOURA, E. C. L. **A utilização dos resultados das avaliações de larga escala pelos diretores das escolas municipais de Teresina**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

QEDU. **Resultados do Ideb São Luís**. [S. l.]: QEdU, 2020. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/brasil/ideb>. Acesso em: 14 set. 2020.

SILVA, H. C. O que é divulgação científica? **Ciência e Ensino**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 53-59, 2006.

SIMÕES, L.; GOUVEIA, L. B. **Apropriação de Tecnologia Web 2.0 no Ensino Superior**. *Cadernos de Estudos Mediáticos*, Porto, Portugal, n. 65, p. 67-74, 2011.

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p.793-822, set./dez. 2010.

SANTANA, A. C. M. A constituição do Estado Avaliativo e o aumento das avaliações externas: propagando um ensino desigual para todos. *In: ROTHEN, J. C.; SANTANA, A. C. M. (org.). Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa*. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 37-50.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Política Públicas**. Brasília, DF: Enap, 2006. p. 21-42. v. 1.

SÃO LUÍS. **Hino e brasão**. São Luís: Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/pagina/57>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SÃO LUÍS. Lei nº 6.001, de 9 de novembro de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação - PME, e dá outras Providências. **Diário Oficial do Município**: São Luís, ano 35, n. 214, p. 1-10, 18 nov. 2015.

SÃO LUÍS. **Lei nº 4.749, de 3 de janeiro de 2007**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal de São Luís, e dá outras providências. São Luís: Câmara Municipal, 2007. Disponível em: <https://camara-municipal-de-sao-luis.jusbrasil.com.br/legislacao/572080/lei-4749-07#>. Acesso em: 29 ago. 2020.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação (org.). **Resumo Executivo PIP – São Luís**. São Luís: Semed, 2017c. 3 p.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação (org.). **Segundo Relatório Parcial do Resumo PIP – São Luís**. São Luís: Semed, 2019b.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Organograma**. São Luís: Semed, 2019a.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. Portaria nº. 00033/2016 - GAB/SEMED. [Atribuições do Núcleo Alfabetização]. **Diário Oficial do Município**: São Luís, ano 36, n. 72, p. 14, 19 abr. 2016. Disponível em: <http://sistemas.semاد.saoluis.ma.gov.br/easysearch/cachedownloader?collection=default&docId=eac92b9a460dbcdf9b12337e156d79ce58ee1142&fieldName=Visualizar&extension=bht.zi p#q=n%C3%BAcleo%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 out. 2018.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. Portaria nº. 0032/2016 - GAB/SEMED. [Atribuições do Núcleo de Avaliação]. **Diário Oficial do Município**: São Luís, ano 36, n. 134, p. 3, 22 jul. 2016. Disponível em: <http://sistemas.semاد.saoluis.ma.gov.br/easysearch/cachedownloader?collection=default&docId=1d2ef130ba0bce348a797f3bc85930e4553a9738&fieldName=Visualizar&extension=bht.zi p#q=Analisar%20e%20emitir%20pareceres%20em%20resposta%20%C3%A0s%20demanda s%20sobre%20o%20processo%20de%20avalia%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 out. 2018.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. Portaria nº. 148-A/2014 - GAB/SEMED. Institui o Núcleo de Avaliação da SEMED com o objetivo de planejar, elaborar, implantar, articular e acompanhar o Sistema de Avaliação da Rede Municipal de Educação de São Luis-MA. **Diário Oficial do Município**: São Luís, ano 34, n. 179, p. 5-6, 17 set. 2014. Disponível em: <http://sistemas.semاد.saoluis.ma.gov.br/easysearch/cachedownloader?collection=default&docId=12049d73eb05c3f853ef4f13bccc3428bf87d3d9&fieldName=Visualizar&extension=bht.zi p#q=nucleo>. Acesso em: 19 out. 2018.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Núcleo de Avaliação Educacional – NAE: Relatório de Gestão da SAE – 2016 a 2020**. São Luís: Semed, 2020.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender**. São Luís: Semed, 2017a. Disponível em:

https://www.saoluis.ma.gov.br/projetos.asp?id_projeto=34. Acesso em: 28 mar. 2020.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Gestão- SEMED**, 1º Quadrimestre. São Luís: Semed, 2018a. 376 p.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Revista do Gestor Escolar**. São Luís: Semed; Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2018c. Disponível em: <http://simae.caedufjf.net/wp-content/uploads/2019/05/SIMAE-2018-RG-WEB.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **SIMAE 2017 - Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís: Avaliação Diagnóstica - Relatório Técnico**. São Luís: Semed, 2017b.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **SIMAE 2018 - Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís**. Avaliação Somativa - Relatório Preliminar. São Luís, 2018b.

SILVA, J. B. M. N. **Desafios da avaliação em larga escala no estado do Amazonas: contribuições para a divulgação e apropriação dos resultados do Sadeam**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SILVA, J. C. C. **Um estudo sobre a política e o material de divulgação de resultados da Prova Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, jan./abr. 2014.

SOLIGO, V. Possibilidades e desafios das avaliações em larga escala da Educação Básica na gestão escolar. **Revista On-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 9, 2010.

SOUSA, S. Z. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 407-420, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a08v19n2.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

SOUSA, S. Z.; PIMENTA, C. O.; MACHADO, C. Avaliação e gestão municipal da educação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 14-36, set./dez. 2012.

TORMES, J. R.; MONTEIRO, L.; MOURA, L. C. S. G. A. Estudo de caso: uma metodologia para pesquisas educacionais. **Ensaio Pedagógico**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 18-25, jan./abr. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 205 p.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Gestor de Secretaria Municipal de Educação de Teresina

PERGUNTA	OBJETIVO
Qual sua formação acadêmica	Conhecer o perfil do entrevistado
Quanto anos de experiência em gestão educacional	
Qual a função que desempenhou na Secretaria na implementação do SAETHE	
Qual a situação problema levou a gestão municipal a implementar um Sistema próprio de avaliação no município, mais especificamente o SAETHE?	Verificar sobre o entendimento da importância da avaliação externa.
Na sua opinião, qual a importância para município de Teresina ter uma avaliação externa própria.	Perceber da importância de avaliação externa para a educação
Tem conhecimento como acontece ou acontecia o processo de divulgação dos resultados do SAETHE no âmbito da Administração Central até chegar na escola. Descreva.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE na Administração Central
Em relação ao processo de divulgação e apropriação dos resultados descrito, este sofreu modificações/aprimoramento ao longo do tempo (da implementação até a última edição)? Se sim, você pode descrevê-los, ou seja, relatar como esse processo foi modificado e \ ou aprimorado desde 2014.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE na Administração Central
Qual a percepção sobre os processos de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE do município e como isso tem contribuído para possíveis melhorias da educação	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE na Administração Central e a contribuição para a melhoria da qualidade da educação
Tem conhecimento de quais são os profissionais envolvidos nesse processo de divulgação e apropriação dos resultados e suas respectivas funções na rede municipal de educação	Conhecer como os profissionais da Administração Central participam do processo de divulgação dos resultados do SAETHE
Na sua opinião quais os aspectos positivos e os que podem ser melhorado nesse processo de divulgação na Secretaria	Conhecer os aspectos positivos e as fragilidades do processo de divulgação dos resultados na Secretaria

**APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Coordenador do Setor de
Avaliação de Teresina**

PERGUNTA	OBJETIVO
Qual sua formação acadêmica	Conhecer o perfil do entrevistado
Quanto anos de experiência no magistério e ou na gestão educacional	
Qual a função que desempenha na Secretaria	
Qual a situação problema levou a gestão municipal a implementar um Sistema próprio de avaliação no município, mas especificamente o SAETHE?	Verificar sobre o entendimento da importância da avaliação externa.
Na sua opinião, qual a importância para município de Teresina ter uma avaliação externa própria.	Perceber da importância de avaliação externa para a educação
Tem conhecimento como acontece ou acontecia o processo de divulgação dos resultados do SAETHE no âmbito da Administração Central até chegar na escola. Descreva.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE na Administração Central
Em relação ao processo de divulgação e apropriação dos resultados descrito, este sofreu modificações/aprimoramento ao longo do tempo (da implementação até a última edição)? Se sim, você pode descrevê-los, ou seja, relatar como esse processo foi modificado e/ ou aprimorado desde 2014.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE na Administração Central
Qual a percepção sobre os processos de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE do município e como isso tem contribuído para possíveis melhorias da educação.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE na Administração Central e a contribuição para a melhoria da qualidade da educação
Quais os profissionais envolvidos nesse processo de divulgação e apropriação dos resultados e suas respectivas funções na rede municipal de educação	Conhecer como os profissionais da Administração Central participam do processo de divulgação dos resultados do SAETHE
Na sua opinião quais os aspectos positivos e os que podem ser melhorado nesse processo de divulgação na Secretaria	Conhecer os aspectos positivos e as fragilidades do processo de divulgação dos resultados na Secretaria

**APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Gerente de Formação da
Secretaria Municipal de Educação de Teresina**

PERGUNTA	OBJETIVO
Qual sua formação acadêmica	Conhecer o perfil do entrevistado
Quanto anos de experiência no magistério e ou na gestão educacional	
Qual a função que desempenha na Secretaria	
Qual a situação problema levou a gestão municipal a implementar um Sistema próprio de avaliação no município, mas especificamente o SAETHE?	Verificar sobre o entendimento da importância da avaliação externa.
Na sua opinião, qual a importância para município de Teresina ter uma avaliação externa própria.	Perceber da importância de avaliação externa para a educação
Tem conhecimento como acontece ou acontecia o processo de divulgação dos resultados do SAETHE no âmbito da Administração Central até chegar na escola. Descreva.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE na Administração Central
Em relação ao processo de divulgação e apropriação dos resultados descrito, este sofreu modificações/aprimoramento ao longo do tempo (da implementação até a última edição)? Se sim, você pode descrevê-los, ou seja, relatar como esse processo foi modificado e/ ou aprimorado desde 2014.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE na Administração Central
Qual a percepção sobre os processos de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE do município e como isso tem contribuído para possíveis melhorias da educação.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SAETHE na Administração Central e a contribuição para a melhoria da qualidade da educação
Quais os profissionais envolvidos nesse processo de divulgação e apropriação dos resultados e suas respectivas funções na rede municipal de educação	Conhecer como os profissionais da Administração Central participam do processo de divulgação dos resultados do SAETHE
Na sua opinião quais os aspectos positivos e os que podem ser melhorado nesse processo de divulgação na Secretaria	Conhecer os aspectos positivos e as fragilidades do processo de divulgação dos resultados na Secretaria

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Gestor de Secretaria Municipal de Educação de São Luís

PERGUNTA	OBJETIVO
Qual sua formação acadêmica	Conhecer o perfil do entrevistado
Quanto anos de experiência em gestão educacional	
Qual a função que desempenhou na Secretaria na implementação do SIMAE	
Qual a situação problema levou a gestão municipal a implementar um Sistema próprio de avaliação no município, mais especificamente o SIMAE?	Verificar sobre o entendimento da importância da avaliação externa.
Na sua opinião, qual a importância para município de São Luís ter uma avaliação externa própria.	Perceber da importância de avaliação externa para a educação
Tem conhecimento como acontece o processo de divulgação dos resultados do SIMAE no âmbito da Administração Central até chegar na escola. Descreva.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE na Administração Central
Em relação ao processo de divulgação e apropriação dos resultados, você percebeu modificações e/ou aprimoramento desde a implementação em 2017? Se sim, você pode descrevê-los.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE na Administração Central
Qual a percepção sobre os processos de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE do município e como isso tem contribuído para possíveis melhorias da educação	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE na Administração Central e a contribuição para a melhoria da qualidade da educação
As ações, diretrizes e planos de ação da SEMED tem como mote os resultados do SIMAE?	Perceber se os resultados são utilizados para o planejamento das ações da SEMED
pensa sobre definir o seu planejamento estratégico situacional da Secretaria Municipal de Educação tendo como alicerce o trabalho com gestão de resultados para a melhoria dos resultados em nosso município?	
Em relação ao SIMAE e ao próprio resultado dessa avaliação, a SEMED conta com algum programa de responsabilização junto aos gestores e própria comunidade escolar para as metas projetadas alcançadas? Como percebe a aplicabilidade dessa política em São Luís?	Conhecer as ações administrativas diante dos resultados do SIMAE, bem como a presença ou ausência de alguma política de responsabilização.
O senhor acompanha os resultados das escolas e o desempenho dos alunos. Se sim, quais medidas são tomadas diante da falta de avanço no desempenho dos estudantes;	Entender com o gestor da pasta se comporta diante dos resultados
Tem conhecimento de quais são os profissionais envolvidos nesse processo de divulgação e apropriação dos resultados e suas respectivas funções na rede municipal de educação.	Conhecer como os profissionais da Administração Central participam do processo de divulgação dos resultados do SIMAE

<p>Como o processo de divulgação e os próprios resultados impactam nas decisões a serem tomadas e nas ações dos profissionais da Administração Central (secretários de educação, superintendentes, diretoras de núcleo, técnicos de acompanhamento, equipe de formação) e seu trabalho com e nas escolas.</p>	<p>Conhecer como o Secretário e demais técnicos da Administração Central utilizam os resultados divulgados como ponto de partido para suas respectivas ações</p>
<p>O senhor conhece o protocolo praticado pela equipe de acampamento? Quais instrumentos são utilizados para os efetivos trabalho nas escolas? Como a Secretaria poderia melhorar esses processos?</p>	
<p>Tem conhecimento como a divulgação é feita para os professores na escola? E como os docentes utilizam os resultados para melhorar sua ação e o desempenho os estudantes</p>	<p>Conhecer como os professores conhecem os resultados e como esses impactam nas ações pedagógicas e no desempenho dos estudantes.</p>
<p>Tem conhecimento se a formação dos gestores escolares e docentes tem como ponto de partida os resultados e as necessidades por eles evidenciada.</p>	<p>Saber se a formação da rede (gestores escolares, coordenadores pedagogia e docentes) tem como ponto de partida os resultados do SIMAE.</p>
<p>Na sua opinião quais os aspectos positivos e os que podem ser melhorado nesse processo de divulgação na Secretaria</p>	<p>Conhecer os aspectos positivos e as fragilidades do processo de divulgação dos resultados na SEMED.</p>
<p>O como é o diálogo do núcleo de avaliação com os outros setores da Administração Central (setor de currículo, acompanhamento, formação) em relação ao processo de avaliação externa e a divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE</p>	<p>Perceber como o setor de avaliação diálogo com os outros setores da SEMED, tendo em vista a divulgação e apropriação dos resultados SIMAE</p>

APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional de São Luís e Coordenadoras de Formação de Coordenadores Pedagógicos e de Gestores Escolares e Coordenadores Escolares

PERGUNTA	OBJETIVO
Qual sua formação acadêmica	Conhecer o perfil do entrevistado
Quanto anos de experiência em gestão educacional e /ou avaliação	
Qual a função que desempenhava na Secretaria na implementação do SIMAE	
Qual a situação problema levou a gestão municipal a implementar um Sistema próprio de avaliação no município, mais especificamente o SIMAE?	Verificar sobre o entendimento da importância da avaliação externa.
Na sua opinião, qual a importância para município de São Luís ter uma avaliação externa própria.	Perceber da importância de avaliação externa para a educação
Como acontece o processo de divulgação dos resultados do SIMAE no âmbito da Administração Central até chegar na escola. Descreva.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE na Administração Central
Ao analisar uma experiência mais consolidada de divulgação de resultados, no caso, a praticada em Teresina foi percebido que o esse processo é feito com todos os técnicos da Administração Central que participam ativamente desse processo. A partir dele, estão aptos a serem multiplicadores para a equipe gestora e professores, todo técnico da secretaria, bem com a equipe gestora tem condições de ministrar uma oficina de análise de resultados. Qual sua opinião sobre essa formação em rede e a responsabilização desse processo de divulgação? Como poderia ser feito em São Luís?	
Ainda com base na experiência observada em Teresina, o setor de avaliação conta com profissionais especialistas em estatísticas que ajudam na análise dos resultados. Qual seu entendimento sobre a importância ou não da presença desse profissional no setor?	Perceber a relevância da presença de um estatístico no setor de avaliação, bem como a importância de análise estatística dos resultados
Quais são os profissionais envolvidos nesse processo de divulgação e apropriação dos resultados e suas respectivas funções na rede municipal de educação.	Conhecer como os profissionais da Administração Central participam do processo de divulgação dos resultados do SIMAE
Em relação ao processo de divulgação e apropriação dos resultados, este passou modificações e/ou aprimoramento desde a implementação em 2017? Se sim, você pode descrevê-los.	Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE na Administração Central

<p>Você tem conhecimento de como o processo de divulgação e os próprios resultados impactam nas decisões a serem tomadas e nas ações dos profissionais da Administração Central (secretários de educação, superintendentes, diretoras de núcleo, técnicos de acompanhamento, equipe de formação) e seu trabalho com e nas escolas.</p>	<p>Conhecer como o Secretário e demais técnicos da Administração Central utilizando os resultados divulgados como ponto de partida para suas respectivas ações</p>
<p>Qual a percepção sobre os processos de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE no município e como isso tem contribuído para possíveis melhorias da educação</p>	<p>Conhecer o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE na Administração Central e a contribuição para a melhoria da qualidade da educação</p>
<p>As ações, diretrizes e planos de ação da SEMED tem como mote os resultados do SIMAE?</p>	<p>Perceber se os resultados são utilizados para o planejamento das ações da SEMED</p>
<p>Em relação ao SIMAE e ao próprio resultado dessa avaliação, a SEMED conta com algum programa de responsabilização junto aos gestores e própria comunidade escolar para que as metas projetadas sejam alcançadas?</p>	<p>Conhecer as ações administrativas diante dos resultados do SIMAE, bem como a presença ou ausência de alguma política de responsabilização.</p>
<p>A senhora acompanha os resultados das escolas, o desempenho dos alunos. Se sim, quais medidas são tomadas diante da falta de avanço no desempenho dos estudantes;</p>	<p>Entender com o gestor da pasta se comporta diante dos resultados</p>
<p>Como é o diálogo do núcleo de avaliação com os outros setores da Administração Central (setor de currículo, acompanhamento, formação) em relação ao processo de avaliação externa e a divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE</p>	<p>Perceber como o setor de avaliação diálogo com os outros setores da SEMED, tendo em vista a divulgação e apropriação dos resultados SIMAE</p>
<p>Como o processo de divulgação e os próprios resultados impactam nas decisões a serem tomadas e nas ações dos profissionais da Administração Central (secretários de educação, superintendentes, diretoras de núcleo, técnicos de acompanhamento, equipe de formação) e seu trabalho com e nas escolas.</p>	<p>Conhecer como o Secretário e demais técnicos da Administração Central utilizando os resultados divulgados como ponto de partida para suas respectivas ações</p>
<p>Tem conhecimento de como é feita a divulgação para os professores na escola? E como os docentes utilizam os resultados para melhorar sua ação e o desempenho os estudantes?</p>	<p>Conhecer como os professores conhecem os resultados e como esses impactam nas ações pedagógicas e no desempenho dos estudantes.</p>
<p>Tem conhecimento se a formação dos gestores escolares e docentes tem como ponto de partida os resultados e as necessidades por eles evidenciada?</p>	<p>Saber se a formação da rede (gestores escolares, coordenadores pedagogia e docentes tem como ponte de partida os resultados do SIMAE.</p>
<p>Na sua opinião quais os aspectos positivos e os que podem ser melhorado nesse processo de divulgação na Secretaria</p>	<p>Conhecer os aspectos positivos e as fragilidades do processo de divulgação dos resultados na SEMED.</p>

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa, com título provisório **“Divulgação e apropriação das avaliações externas do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís- SIMAE: possibilidades para o seu aprimoramento”**. Nesta pesquisa pretendemos investigar e analisar o processo de divulgação do SIMAE e dos seus resultados de forma a possibilitar a apropriação; analisar o SIMAE, enquanto avaliação externa, tendo como referência o SAEB e o Sistema de Avaliação Educacional de Teresina- SAETHE; estudar os Sistemas de Avaliação Municipal, enquanto política pública e partir desse movimento, analisar como a divulgação dos resultados pode contribuir para uma apropriação pedagógica, a partir das potencialidades e fragilidades apontadas pelos sujeitos da pesquisa e por fim, propor estratégias de divulgação e apropriação pedagógica dos resultados para os técnicos da Administração Central. O motivo que nos leva a estudar tal temática, está na percepção de que o SIMAE ainda não possibilita uma apropriação pedagógica pela rede municipal. Portanto, ainda não atingiu os objetivos de sua existência, o que evidencia a necessidade de aprimoramento do processo de divulgação para apropriação pedagógica e a institucionalização de ações sistêmicas em toda rede. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: pesquisas bibliográficas, entrevistas com os profissionais ligados aos Sistemas de avaliação dos municípios de São Luís e Teresina, analisadas a luz dos referências teóricos estudados que tratam de avaliação externa. A pesquisa contribuirá para proporção do aprimoramento do processo de divulgação, estratégias, processos e procedimentos (protocolos) que possibilitarão uma apropriação dos resultados mais eficientes no âmbito da Administração Central, o que poderá repercutir positivamente nas escolas, enquanto espaço de implementação das políticas e, conseqüentemente, no desempenho dos estudantes. Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr.(a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer

aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O (a) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora** e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados no mesmo local acima indicado.

O(A) Sr.(a) concorda que o material coletado possa ser utilizado em outros projetos do **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora**, sendo assegurado que sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos?

() Sim ou () Não

Caso sua manifestação seja positiva, esta autorização poderá ser retirada a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos da pesquisa **“Divulgação e apropriação das avaliações externas do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís- SIMAE: possibilidades para o seu aprimoramento”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2020

Nome	Assinatura participante	Data
------	-------------------------	------

Nome	Assinatura pesquisador	Data
------	------------------------	------

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Nome do Pesquisador Responsável: Ana Karolina Moniz Salomão

Endereço: Rua professor Ronald Carvalho n º09. Edifício Imperial Residence,
apartamento 302.Jardim Renascença

CEP:65075-035/São Luís - MA

Fone: (98) 98892-3177

E-mail:anasalomao.mestrado@caed.ufjf.br